

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL  
DOUTORADO

MANA MARQUES ROSA

**OBJETOS QUE CIRCULAM:**  
PERSPECTIVAS DA CULTURA MATERIAL PARA O ESTUDO DA FEIRA DA  
MARRETA EM GOIÂNIA (GO)



Feira da Marreta no início dos anos 2000. Foto: José Rosa.

GOIÂNIA

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

#### 2. Nome completo do autor

MANA MARQUES ROSA

#### 3. Título do trabalho

OBJETOS QUE CIRCULAM: PERSPECTIVAS DA CULTURA MATERIAL PARA O ESTUDO DA FEIRA DA MARRETA EM GOIÂNIA (GO)

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

**a)** consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

**b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Mana Marques Rosa, Discente**, em 28/10/2024, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Suzane De Alencar Vieira, Coordenadora de Pós-Graduação**, em 19/12/2024, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4918795** e o código CRC **71A90BD6**.

---

MANA MARQUES ROSA

**OBJETOS QUE CIRCULAM:**

PERSPECTIVAS DA CULTURA MATERIAL PARA O ESTUDO DA FEIRA DA  
MARRETA EM GOIÂNIA (GO)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Faculdade de Ciências Sociais (FCS), da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Doutora em Antropologia.

**Área de concentração:** Antropologia Social.

**Linha de pesquisa:** Etnografia dos patrimônios, memórias, paisagens e cultura material.

**Orientadora:** Profa. Dra. Manuelina Maria Duarte Cândido.

GOIÂNIA

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Rosa, Mana Marques

Objetos que circulam [manuscrito] : Perspectivas da cultura material para o estudo da Feira da Marreta em Goiânia (GO) / Mana Marques Rosa. - 2023.

163 f. : il.

Orientador: Prof. Manuelina Maria Duarte Cândido.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Goiânia, 2023.

Bibliografia.

1. Antropologia dos objetos. 2. Cultura Material. 3. Biografia Cultural. 4. Feira da Marreta. I. Duarte Cândido, Manuelina Maria, orient. II. Título.

CDU 572

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Tese intitulada **OBJETOS QUE CIRCULAM: PERSPECTIVAS DA CULTURA MATERIAL PARA O ESTUDO DA FEIRA DA MARRETA EM GOIÂNIA (GO)**, de autoria da doutoranda Mana Marques Rosa, defendida e aprovada em **14 de novembro de 2023**, pela seguinte banca examinadora:

Presidente:

Profa. Dra. Manuelina Maria Duarte Cândido (Orientadora, PPGAS-UFG)

Avaliadores externos:

Prof. Dr. José Reginaldo Santos Gonçalves (PPGSA-UFRJ)

Prof. Dr. Manuel Ferreira Lima Filho (Museu Antropológico da UFG)

Avaliadoras internas:

Profa. Dra. Izabela Maria Tamasso (PPGAS-UFG)

Profa. Dra. Janine Helfst Leicht Collaço (PPGAS-UFG)

Suplentes:

Profa. Dra. Barbara Maisonnave Arisi (Vrije Universiteit Amsterdam)

Prof. Dr. Tiago Silva Alves Muniz (PPGAS-UFG)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

### ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº 008/23-D da sessão de Defesa de Tese de **MANA MARQUES ROSA**, que lhe confere o título de Doutora em Antropologia Social, na área de concentração Antropologia Social.

Aos catorze dias do mês de novembro de 2023, às 14:30 horas, via webconferência, realizou-se a sessão de julgamento da Tese de Doutorado de **MANA MARQUES ROSA**, intitulada *OBJETOS QUE CIRCULAM: PERSPECTIVAS DA CULTURA MATERIAL PARA O ESTUDO DA FEIRA DA MARRETA EM GOIÂNIA (GO)*. A Banca Examinadora foi composta pelos/as seguintes Professores/as Doutores/as: Manuelina Maria Duarte Cândido (PPGAS/UFG - presidente); José Reginaldo Santos Gonçalves (membro externo - PPGSA/UFRJ); Manuel Ferreira Lima Filho (membro externo - MA/UFG); Izabela Maria Tamaso (membro interno - PPGAS/UFG); Janine Helfst Leicht Collaço (membro interno - PPGAS/UFG); Barbara Maisonnave Arisi (membro suplente - Vrije Universiteit Amsterdam) e Tiago Silva Alves Muniz (membro suplente - PPGAS/UFG). A candidata apresentou seu trabalho, foi arguida pela Banca e respondeu às arguições. Ao final da arguição, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, pelo qual foi atribuído à doutoranda o seguinte resultado: **aprovada** pelos seus membros. Reabertos os trabalhos, a presidente proclamou os resultados e encerrou a sessão pública, da qual foi lavrada a presente ata, que vai assinada por ela e os/as demais integrantes da Banca Examinadora.

#### TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Manuel Ferreira Lima Filho, Professor do Magistério Superior**, em 14/11/2023, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Manuelina Maria Duarte Candido, Professor do Magistério Superior**, em 14/11/2023, às 18:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Izabela Maria Tamaso, Professora do Magistério Superior**, em 14/11/2023, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janine Helfst Leicht Collaco, Professora do Magistério Superior**, em 20/11/2023, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Suzane De Alencar Vieira, Coordenadora de Pós-Graduação**, em 29/11/2023, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4138109** e o código CRC **8642F98B**.

---

**Referência:** Processo nº 23070.060870/2023-12

SEI nº 4138109

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Goiás (UFG).

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFG), em nome do secretário Marcelo Rizzo.

À Manuelina Maria Duarte Cândido, pela orientação, apoio e constante encorajamento.

Às professoras Izabela Tamasso, Janine Collaço e Ema Pires, que, durante as disciplinas regulares do programa, contribuíram com o processo de pesquisa.

Às professoras Janine Collaço e Rosana Pinheiro-Machado, pelas valiosas contribuições no exame de qualificação.

Às professoras e aos professores da banca de defesa da tese: Izabela Maria Tamasso, Janine Helfst Leicht Collaço, José Reginaldo Santos Gonçalves e Manuel Ferreira Lima Filho (titulares); Barbara Maisonnave Arisi e Tiago Silva Alves Muniz (suplentes).

Às amigas e aos amigos, Cássia Oliveira, Pedro Constantino, Taiana Martins, Tatiana Leal (Coletivo Marreta), Andréia Pires, Adriano Correia, Babidu Barbosa, Vinícius Brito e Wanessa Damasceno, que contribuíram direta e indiretamente com as reflexões durante o trabalho de campo e ao longo da escrita da tese.

A todas as pessoas que fazem a Feira da Marreta acontecer como uma importante referência patrimonial de Goiânia.

Essa pesquisa foi realizada em homenagem (em memória) ao meu pai, José Rosa, fotógrafo e frequentador da Feira da Marreta.

*Prefiro as máquinas que servem para não funcionar:  
quando cheias de areia de formiga e musgo – elas  
podem um dia milagrar de flores.  
(Os objetos sem função têm muito apego pelo abandono.)*

*Também as latrinas desprezadas que servem para ter  
grilos dentro – elas podem um dia milagrar violetas.  
(Eu sou beato em violetas.)*

*Todas as coisas apropriadas ao abandono me religam  
a Deus.*

*Senhor, eu tenho orgulho do imprestável!  
(O abandono me protege.)*

(Manoel de Barros, 2010)

## RESUMO

Amparada em estudos que focalizam a “vida social” dos objetos, seus itinerários e “biografias culturais” em direção a uma “antropologia dos objetos” ou uma “antropologia das coisas”, a presente etnografia<sup>1</sup> visa analisar e apresentar a biografia cultural da Feira da Marreta, realizada no município de Goiânia (GO), compreendendo seus aspectos históricos e culturais em torno da valoração, negociação e trocas de objetos materiais, examinando o percurso das coisas, seus trânsitos, ambiguidades e singularizações diante da complexa relação que os seres humanos estabelecem com os objetos em seu meio cultural. Uma vez produzidos, mercantilizados e descartados, os objetos são reintroduzidos no circuito das trocas econômicas, caracterizando os mercados de “segunda mão” e viabilizando uma “segunda vida” das coisas, tal como ocorre nos processos de patrimonialização e musealização de bens culturais. A partir da compreensão desses trânsitos torna igualmente possível observar os processos de valoração, desfuncionalização, interpretação e ressignificação a que são submetidos os objetos materiais em diferentes contextos. Dessa forma, a pesquisa tem como foco (1) analisar as formas de circulação, trocas e valoração dos objetos materiais no contexto da Feira da Marreta; (2) construir, a partir de etnografias, os percursos de exemplares das coisas transacionadas na feira, examinando aspectos dos seus processos de desfuncionalização, interpretação e ressignificação; e (3) refletir acerca dos processos de seleção, “atribuição de relevância” e construção de patrimônios culturais eventualmente identificados neste estudo de caso.

**Palavras-chave:** Antropologia dos objetos. Cultura Material. Biografia Cultural. Feira da Marreta.

---

<sup>1</sup> A pesquisa recebeu apoio financeiro e avaliação sistemática da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) processo nº 88882.386010/2019-01 do Programa de Demanda Social (DS) da instituição.

## ***ABSTRACT***

The following research is based on studies that focus on the “social life” of objects, their trajectories and “cultural biographies”, seeking to move towards an “anthropology of objects” or an “anthropology of things”. This ethnography presents and analyzes a cultural biography of *Feira da Marreta* (Marreta’s Flea Market), which happens in Goiânia (GO) city, seeking to understand its historical and cultural aspects concerning value, negotiation and exchange of material objects. This objective is unfolded and developed through the observation of objects’ paths, circulation, ambiguities and singularities in face of the intricate relationships human beings create with them inside specific cultures. Objects were once produced, became commodities and were tossed away, but they are brought back to the circuit of economic exchange inside the so-called “second hand” markets, thus enabling a “second life” of things, similarly to what happens with cultural goods in patrimonialization and musealization processes. To understand this circulation is what allows us to observe processes that affect objects by creating value, defunctionalization, and new interpretations and meanings in different contexts. Therefore, this research is an effort (1) to analyze the circulation, exchange and value of material objects in *Feira da Marreta* (Marreta’s Flea Market); (2) to create the trajectories of the objects exchanged inside this market, using ethnography, and understanding defunctionalization, interpretations and new meanings; and (3) to consider attentively the processes of selection, “value attribution” and construction of cultural patrimony that perhaps we might be able to identify in this case study.

**Keywords:** Anthropology of objects. Material Culture. Cultural Biography. Feira da Marreta.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Feira da Marreta no início dos anos 2000. Foto: José Rosa.....	16
Imagem 2: Feira da Marreta. Foto: Mana Rosa (2019).....	56
Imagem 3: Feira da Marreta, por José Rosa, no início dos anos 2000.....	56
Imagem 4: Feira da Marreta, já em funcionamento no estacionamento da SGPA, no início dos anos 2000. Foto: José Rosa.....	64
Imagem 5: Aspecto dos objetos expostos e comercializados na Feira da Marreta. Foto: Mana Rosa (2019).....	67
Imagem 6: Aspecto dos objetos expostos e comercializados na Feira da Marreta. Foto: Mana Rosa (2021).....	68
Imagem 7: Pontos de venda na calçada da Avenida Fuad Rassi, Nova Vila. Foto: Mana Rosa (2022).....	70
Imagem 8: Mapa de localização da Feira da Marreta, situada entre a 5ª Avenida, à esquerda, e a Avenida Fuad Rassi, à direita. Fonte e elaboração: Google Earth/Gabrielle Matos (2021).....	71
Imagem 9: Feira da Ladra. Foto: Mana Rosa (2012).....	75
Imagem 10: Feira da Marreta. Foto: Mana Rosa (2019).....	75
Imagem 11: Feira da Ladra. Foto: Mana Rosa (2012).....	75
Imagem 12: Feira da Marreta. Foto: Mana Rosa (2019).....	75
Imagem 13: Caixas de fósforo à venda na Feira da Ladra, em Lisboa, Portugal. Foto: Mana Rosa (2012).....	90
Imagem 14: Caixas de fósforo à venda na Feira da Praça Benedito Calixto, em São Paulo (SP). Foto: Mana Rosa (2022).....	90
Imagem 15: Quadro “Origem da Feira da Marreta”, veiculado na matéria “Feira muda de nome, mas não muda a prática” (Paulo, 2013).....	96
Imagem 16: Objetos na Feira da Marreta. Fotos: Mana Rosa (2022).....	103
Imagem 17: Objetos dispostos sobre lonas na Feira da Marreta. Foto: Frame de vídeo Coletivo Marreta (2023).....	104
Imagem 18: Tábua de madeira. Foto: Tatiana Leal (2023).....	105
Imagem 19: Suporte para planta. Foto: Mana Rosa (2023).....	105
Imagem 20: Capinhas de celular usadas. Foto: Mana Rosa (2023).....	105
Imagem 21: Caixa de som à venda na Feira da Marreta. Foto: Mana Rosa (2021).....	106
Imagem 22: Identificação dos setores e áreas de concentração dos objetos na Feira da Marreta. Fonte e elaboração: Google Earth/Mana Rosa (2021).....	109
Imagem 23: Exemplo das práticas de entretenimento na Feira da Marreta. Frame de vídeo Coletivo Marreta (2023).....	110
Imagem 24: Feira da Marreta no início dos anos 2000. Foto: José Rosa.....	110
Imagem 25: Ferramentas na Feira da Marreta. Foto: Mana Rosa (2023).....	111
Imagem 26: Roupas de segunda mão, brechós, na Feira da Marreta. Foto: Mana Rosa (2021).....	112
Imagem 27: Indumentária exposta na feira. Foto: Mana Rosa (2023).....	113
Imagem 28: Objeto de coleção exposto por feirante na Feira da Marreta. Foto: Mana Rosa (2023).....	114
Imagem 29: Objetos-abandono na Feira da Marreta. Fotos: Mana Rosa (2023).....	115
Imagem 30: Objetos-abandono na Feira da Marreta. Fotos: Mana Rosa (2023).....	116
Imagem 31: Lote de armações de óculos à venda na Feira da Marreta. Foto: Mana Rosa (2022).....	116

Imagem 32: Carrinho de frutas na Feira da Marreta. Frame de vídeo Coletivo Marreta (2023). .....	117
Imagem 33: Alex canta <i>Easy</i> na Feira da Marreta. Frame de vídeo Coletivo Marreta (2023)..	118
Imagem 34: Aspecto da exposição de objetos na Feira da Marreta. Foto: Mana Rosa (2022).	120
Imagem 35: Bonecas expostas na Feira da Marreta. Foto: Mana Rosa (2018). .....	120
Imagem 36: Ponto de venda na calçada da SGPA. Foto: Mana Rosa (2022). .....	121
Imagem 37: Feira da Marreta. Fotos: José Rosa. ....	123
Imagem 38: Feira da Marreta montada ao lado da antiga linha férrea de Goiânia. Foto: Mana Rosa (2022). .....	124
Imagem 39: Demarcação informal de alguns pontos de venda na Feira da Marreta. Fotos: Mana Rosa (2022). .....	125
Imagem 40: Ponto de venda próximo à entrada da feira mais à direita em relação ao mapa ilustrativo. Foto: Frame de vídeo Coletivo Marreta (2023). .....	126
Imagem 41: Objeto na Feira da Marreta. Foto: Mana Rosa (2023). .....	127
Imagem 42: O porquinho. Foto: Tatiana Leal (2023). .....	128
Imagem 43: Objetos curiosos expostos na Feira da Marreta. Fotos: Mana Rosa (2022). .....	129
Imagem 44: Coleção de dentaduras exposta por feirante na Feira da Marreta. Foto: Tatiana Leal (2023). .....	130
Imagem 45: Exposição de dentaduras na Feira da Marreta. Foto: Tatiana Leal (2023). .....	131
Imagem 46: Feirante expõe dentaduras, mas vende óleo lubrificante automotivo na Feira da Marreta. Foto: Frame de vídeo Coletivo Marreta (2023). .....	132
Imagem 47: Alex cantor se apresenta no seu ponto de venda na Feira da Marreta. Foto: Frame de vídeo Coletivo Marreta (2023). .....	134
Imagem 48: Objetos que são retirados do lixo e comercializados na Feira da Marreta. Foto: Frame de vídeo Coletivo Marreta (2023). .....	136
Imagem 49: Cartões postais na Feira da Ladra em Lisboa. Foto: Mana Rosa (2012). .....	136
Imagem 50: Coleção de chaveiros na Feira da Marreta. Foto: Tatiana Leal (2023). .....	136
Imagem 51: Prato de cerâmica na Feira da Marreta. Foto: Mana Rosa (2019). .....	136
Imagem 52: Coleção de numismática exposta na Feira da Marreta. Foto: Frame de vídeo Coletivo Marreta (2023). .....	137
Imagem 53: Esboços de lambe-lambe elaborados por Tatiana Leal (2023) para a proposição do projeto <i>Exposição de Lambe na Feira da Marreta</i> no Fundo de Arte e Cultura de Goiás, edital 2023. ....	139
Imagem 54: Parte do material elaborado pelo Coletivo Marreta para a submissão do projeto audiovisual em edital do FAC (2023). Fonte e elaboração: Cássia Oliveira / Coletivo Marreta (2023). .....	140
Imagem 55: Parte do material elaborado para a apresentação do projeto de mapeamento das feiras em Goiás e no Distrito Federal. Fonte e elaboração: Cássia Oliveira / Coletivo Marreta (2023). .....	142
Imagem 56: Esboço do <i>website</i> a ser realizado como resultado das pesquisas realizadas durante o mapeamento das feiras em Goiás e no Distrito Federal. Fonte e elaboração: Cássia Oliveira / Coletivo Marreta (2023). .....	142
Imagem 57: Esboço do <i>website</i> a ser realizado como resultado das pesquisas realizadas durante o mapeamento das feiras em Goiás e no Distrito Federal. Fonte e elaboração: Cássia Oliveira / Coletivo Marreta (2023). .....	143

## SUMÁRIO

Introdução.....	12
Capítulo 1. Perspectivas sobre a cultura material ou estudo das coisas .....	20
1.1 Pensando por meio de coleções, objetos e coisas .....	35
1.2 Objetos e coisas .....	39
1.3 Objetos e representação .....	43
Capítulo 2. Feira livre, uma categoria de análise .....	47
2.1 Feiras e mercados como categoria patrimonial.....	57
2.2 A Feira da Marreta como objeto de estudo.....	62
Capítulo 3. O mapeamento de feiras congêneres e o estigma .....	74
3.1 O paralelo com outras feiras .....	79
3.2 O rolo como fenômeno cultural .....	92
Capítulo 4. O trabalho de campo na Feira da Marreta .....	101
4.1 Domingo é dia de feira.....	123
4.2 O surgimento do Coletivo Marreta .....	138
Considerações finais .....	144
REFERÊNCIAS .....	148

## Introdução

*As coisas têm peso, massa, volume, tamanho, tempo, forma, cor, posição, textura, duração, densidade, cheiro, valor, consistência, profundidade, contorno, temperatura, função, aparência, preço, destino, idade, sentido.  
As coisas não têm paz.*

(Arnaldo Antunes, 2006)

Recentes estudos sobre cultura material, informados pela Antropologia (Gonçalves, 2007; Guimarães, 2011; Carengo, 2011; Miller, 2013; Bonnot, 2015; Oliveira, 2015; Debary, 2017), têm enfatizado a relação indissociável entre o mundo material e os seres humanos, de modo que torna patente a afirmação de que “a interpretação antropológica de quaisquer formas de vida social e cultural passa necessariamente pela descrição etnográfica dos usos individuais e coletivos de objetos materiais” (Gonçalves, 2007, p. 8).

Não obstante a assertiva e o tema dos objetos não serem novidades na disciplina, tendo acompanhado o seu desenvolvimento e os paradigmas teóricos ao longo de sua história, foi somente a partir da década de 1960 que os objetos materiais passaram a ser pensados como parte integrante de sistemas simbólicos, cuja função, mais que “representar”, é a de “organizar e constituir a vida social” (Gonçalves, 2007, p. 21).

Anteriormente a esse período, a descrição etnográfica dos objetos materiais esteve apoiada em modelos conceituais que buscavam indicadores de estágios de evolução e traços culturais entre as sociedades. As decorrentes críticas a esses paradigmas – evolucionista e difusionista – progressivamente deslocaram o foco dos estudos de cultura material da descrição formal e técnica dos objetos para a interpretação de seus usos e significados no meio social. Esse percurso das teorias antropológicas sobre os objetos é explorado por José Reginaldo Gonçalves (2007), que considera que “acompanhar as interpretações antropológicas produzidas sobre os objetos materiais é até certo ponto acompanhar as mudanças nos paradigmas teóricos ao longo da história dessa disciplina” (Gonçalves, 2007, p. 16).

Estudos atuais, por seu turno, enfocam a “vida social das coisas” (Appadurai, 2008), a forma como circulam no meio social, as suas “biografias culturais” (Kopytoff, 2008), a variedade dos processos de valoração a que são submetidos, o potencial de agência que detêm, a formação de coleções e os “atos de colecionar” (Fabian, 2010), entre outras abordagens que desafiam a noção dos objetos como algo inerte, estático e sem vida. Dado que o valor jamais é intrínseco aos objetos, tais concepções problematizam a variação da atribuição de valores às

coisas, contribuindo para a apreensão dos diferentes significados que assumem ao transitarem em diferentes contextos – em feiras e mercados, por exemplo.

Appadurai (2008), ao propor uma nova perspectiva sobre a circulação de mercadorias na sociedade, afirmou que as coisas, assim “como as pessoas, têm uma vida social” (Appadurai, 2008, p. 15). Analisar a história dos objetos, suas formas, seus diferentes usos, classificações e modos de apropriação por parte de seus portadores, permite compreender a complexidade das relações estabelecidas entre os seres humanos e os objetos materiais que produzem, utilizam, significam, preservam e descartam. Por meio dessa abordagem, o autor esclarece que as coisas “não têm significados afora os que lhes conferem as transações, atribuições e motivações humanas” e que somente pela análise de suas trajetórias “podemos interpretar as transações e os cálculos humanos que dão vida às coisas” (Appadurai, 2008, p. 17).

Kopytoff (2008), da mesma forma, discorre sobre a ambiguidade de valoração dos objetos, afirmando que a condição de mercadoria é apenas uma fase na vida das coisas, ou seja, a depender de fatores culturais e sociais, transitam dentro e fora do “estado de mercadoria”, são, ao mesmo tempo, mercantilizadas ou desmercantilizadas. Em suas palavras, “o fato de que um objeto tenha sido comprado ou trocado nada nos diz sobre o seu *status* subsequente ou sobre se ele vai continuar ou não a ser uma mercadoria” (Kopytoff, 2008, p. 103). Ao destacar diversas esferas de valor que influenciam as trocas e as relações estabelecidas com os objetos, o autor sugere o estudo de suas “biografias culturais”. Nesse contexto, ele argumenta que:

Ao fazer a biografia de uma coisa, far-se-iam perguntas similares às que se fazem às pessoas: quais são, sociologicamente, as possibilidades biográficas inerentes a esse ‘status’, e à época e à cultura, e como se concretizam essas possibilidades? De onde vem a coisa, e quem a fabricou? Qual foi a sua carreira até aqui, e qual é a carreira que as pessoas consideram ideal para esse tipo de coisa? Quais são as ‘idades’ ou as fases da ‘vida’ reconhecidas de uma coisa, e quais são os mercados culturais para elas? Como mudam os usos da coisa conforme ela fica mais velha, e o que lhe acontece quando a sua utilidade chega ao fim? (Kopytoff, 2008, p. 92).

Ainda a respeito da ambiguidade da condição das mercadorias na vida social, Kopytoff (2008) pondera sobre os objetos materiais cuja mercantilização torna-se restrita ou mesmo impedida, a exemplo dos mercados de usados, dos itens de coleção, de objetos rituais, monumentos, museus etc. A entrada de alguns itens nessa esfera restrita ou proibida de trocas mercantis é denominada pelo autor como processo de “singularização”. Conforme afirma, “a cultura assegura que algumas coisas permaneçam inconfundivelmente singulares, e resiste à mercantilização de outras coisas. Por vezes, ela singulariza o que foi mercantilizado” (Kopytoff,

2008, p. 100). Este trânsito de coisas entre “esferas descontínuas e ambíguas” de valoração leva à compreensão de que “os sistemas culturais de classificação refletem a estrutura e os recursos culturais das sociedades em questão” (Kopytoff, 2008, p. 97).

Desse modo, pesquisas amparadas nas formulações de tais teóricos têm avançado no sentido da consolidação de uma “antropologia das coisas” (Appadurai, 2008) ou uma “antropologia dos objetos” (Gonçalves, 2007), por meio das quais os objetos materiais são analisados em função da série de relações sociais, simbólicas, econômicas, políticas etc. que os envolvem. Vale notar, a respeito dessa nomenclatura, que alguns autores (Henare; Holbraad; Wastell, 2007; Ingold, 2012) vêm chamando a atenção para a distinção entre “coisa” e “objeto”, enfatizando a característica das “coisas” de reunir múltiplos significados, serem mais fluidas e integrarem-se aos ciclos e às dinâmicas da vida e do ambiente, em contraste com os “objetos” que se estabelecem como fatos consumados, inertes e fechados em si, “oferecendo para nossa inspeção suas superfícies externas e congeladas” (Ingold, 2012, p. 29).

Baseados nas noções de biografia e de esferas de valoração, foram estudados, para citar alguns exemplos, os usos rituais dos balaios no bloco de carnaval Afoxé Filhos de Gandhi, na cidade do Rio de Janeiro (Guimarães, 2011); a trajetória de patrimonialização das ruínas do centro urbano do extinto município de São Marcos (RJ) (Oliveira, 2015); o itinerário biográfico de uma garrafa de sidra de origem francesa encontrada em uma escavação na Normandia (Bonnot, 2015); a análise da trajetória de recirculação de objetos descartados como lixo e coletados por membros de uma cooperativa de catadores em Buenos Aires, Argentina, (Carenzo, 2011) e as peculiaridades que assumem as trocas comerciais de objetos usados, caracterizando os mercados e as feiras de “segunda mão” (Debary, 2017). Tais exemplos indicam a validade analítica do conceito de biografia cultural e fornecem suporte e inspiração para a presente pesquisa sobre a Feira da Marreta em Goiânia (GO).

Assim, é ante esse amplo repertório de reflexões acerca da “antropologia dos objetos” que a etnografia desenvolve o exame e a apresentação da “biografia cultural” da Feira da Marreta<sup>2</sup>, localizada no município de Goiânia (GO). Tal estudo envolve a compreensão das distintas formas de circulação e valoração dos objetos no espaço da feira, ora recolocados na esfera mercantil pelo trabalho de catadores de materiais recicláveis, ora promovendo a troca de objetos que, retirados do ambiente doméstico, são “singularizados” enquanto antiguidades ou relíquias. De modo geral, pretende-se com essas análises indicar um caminho para

---

<sup>2</sup> A denominação “Feira da Marreta” é a mais popular e amplamente utilizada tanto pelos feirantes quanto pela população em geral na cidade; contudo, o nome oficial da feira é Feira Múltiplo.

desnaturalizar a relação estabelecida com os objetos no meio social, compreendendo-os para além dos seus aspectos formais e funcionais em direção a uma ontologia dos objetos. Particularmente, evidenciam a vida social dos objetos, seus trânsitos, suas formas de circulação, seu potencial de agência, a distinção entre “coisas” e “objetos” e as noções de vida e de biografia que incidem sobre eles.

Em diálogo estreito com os estudos de objetos, cultura material e materialidade, a presente pesquisa adota uma perspectiva interdisciplinar que atravessa a Arqueologia, a História e a Museologia. Diferentes abordagens antropológicas têm se nutrido do encontro com essas áreas para refletir sobre a vida social das coisas, a relação entre objetos e mercadorias, suas biografias culturais (Appadurai; Kopytoff, 2008), as técnicas de produção (Mura, 2011), materialidade (Ingold, 2012, 2015; Miller, 1998, 2013), a formação de coleções (Fabian, 2010), a constituição de museus e patrimônios (Gonçalves, 2007; Abreu, 2005, 2008), a análise dos resíduos sólidos (Rial, 2016), os estudos de descartes, entre outras abordagens que advêm da frutífera produção junto à cultura material.

A Feira da Marreta, tema desta etnografia, consiste em uma feira de variedades onde circula um amplo e heterogêneo conjunto de objetos materiais – novos e usados, atuais e antigos – que são expostos e comercializados semanalmente, tais como: utensílios domésticos, ferramentas, rádios, televisores, peças automotivas, relógios, celulares, livros, cadeiras, bibelôs, aparelhos de vinil, quadros, louças, baterias, motores, fogões, instrumentos musicais, brinquedos, mobílias, roupas, calçados, plantas, ervas medicinais, bicicletas, artesanatos, entre muitos outros que integram e constituem a feira como um “lugar” diferenciado, onde inúmeras práticas culturais são concretizadas e reproduzidas. Realizada sempre aos domingos no estacionamento da Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura (SGPA), a feira ocorre há mais de meio século, formando parte importante das atividades econômicas e de lazer que acontecem na região da Vila Nova – antigo bairro operário originado em decorrência da construção da nova capital, Goiânia, em meados da década de 1930.

Ela se assemelha de forma muito evidente aos “mercados de usados” ou “mercados de pulgas” descritos por Debary (2017), onde se pode encontrar de tudo: “objetos esquecidos, curiosos, quebrados, estragados, rachados”, bem como objetos associados a movimentos de ruptura, desfazimento de coleções, heranças, mudanças ou falências (Debary, 2017, p. 40). Assim, é comum que os mercados de segunda mão ofereçam objetos inusitados, sem utilidade ou qualidade aparentes, cuja atribuição de valor de troca pode variar conforme o contexto.



Imagem 1: Feira da Marreta no início dos anos 2000. Foto: José Rosa.

É preciso notar, ademais, que feiras e mercados são, em um sentido mais amplo, considerados no interior das categorias de classificação dos patrimônios culturais<sup>3</sup> por constituírem “locais focais da vida social”, cujas narrativas e representações simbólicas são tematizadas e participam da construção dos “sentidos de pertencimento, memória e identidade de diferentes grupos sociais” (Iphan, 2014). A etnografia, portanto, reflete também sobre a seleção de bens culturais elevados à categoria patrimônio e seus consequentes processos de patrimonialização e musealização. De modo especial, a atenção está voltada para os processos de valoração, desfuncionalização, interpretação e ressignificação de objetos materiais em interface com os estudos de patrimônios culturais e museus, considerando que esse debate poderá contribuir de maneira efetiva para a reflexão acerca dos processos de seleção, classificação e hierarquização de bens culturais realizados pelas políticas de preservação.

Compreendendo que “o percurso geográfico e simbólico de um objeto, pelo pouco que podemos capturar nas suas mínimas repercussões históricas, oferece ao etnólogo um meio particularmente eficaz de analisar as questões e as construções sociais em obra, por exemplo, na produção do que se convencionou nomear patrimônio” (Bonnot, 2015, p. 122), pretende-se aprofundar a discussão sobre a atribuição de valor a objetos que circulem na vida social a partir

---

<sup>3</sup> Estão inscritas no *Livro de Registro dos Lugares* do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), as feiras de Campina Grande, inscrita em 2017, e a de Caruaru, registrada em 2006.

do estudo da Feira da Marreta. Dessa forma, será possível aferir, tal como na canção de Arnaldo Antunes, referenciada por Cristina Bruno (2009), que “as coisas não têm paz”.

Finalmente, a pesquisa teve o objetivo geral de analisar e apresentar a “biografia cultural” da Feira da Marreta, compreendendo seus aspectos históricos e culturais em torno da valoração, negociação e trocas de objetos materiais, examinando o percurso das coisas, seus trânsitos, ambiguidades e singularizações diante da relação que os seres humanos estabelecem com os objetos em seu meio cultural. Especificamente, a pesquisa visou (1) compreender as formas de circulação, trocas e valoração dos objetos materiais no contexto da feira; (2) construir, a partir de etnografias, os percursos de exemplares das coisas transacionadas, examinando aspectos dos seus processos de desfuncionalização, interpretação e ressignificação; e (3) refletir acerca dos processos de seleção, “atribuição de relevância” (Cardoso, 2014) e construção de patrimônios culturais eventualmente identificados durante o estudo de caso. Ao etnografar a Feira da Marreta, a princípio, estamos pensando em sua biografia cultural como meio para a compreensão das diferentes esferas de valoração em que os objetos circulam. Kopytoff (2008) oferece algumas pistas ao afirmar que:

O mundo das coisas se presta a um número infindável de classificações, baseadas em características naturais e em percepções idiossincráticas. A mente individual pode brincar com todas elas, construindo uma cadeia infinita de classes e universos distintos de valores comuns, e modificando esferas de trocas (Kopytoff, 2008, p. 104).

Dessa forma, a pesquisa recorre ao vasto domínio dos patrimônios culturais e museus para refletir sobre os critérios de seleção e valoração que operam a entrada de objetos de uso comum (bens culturais) na esfera do patrimônio (bens patrimoniais) ou, conforme conceituado por Izabela Tamasso (2007), nos “sistemas patrimoniais”. Ao realizar o estudo da circulação dos objetos na vida social e compreender os diferentes sentidos atribuídos às coisas em diferentes contextos, pode-se contribuir para o debate a respeito da representação dos patrimônios culturais, visto que nem sempre aquilo que é selecionado e valorado enquanto patrimônio possui “ressonância” (Gonçalves, 2007) frente aos portadores diretos dos bens culturais (Tamasso, 2007).

No primeiro capítulo é apresentada uma discussão a respeito da inserção e do avanço dos estudos de cultura material no interior da Antropologia, demonstrando brevemente algumas contribuições da chamada virada ontológica na disciplina para o tema dos objetos. Para tanto, inicialmente explora a construção da noção de cultura material em diálogo com a Arqueologia, a História e os estudos da técnica e da tecnologia na Antropologia, para, enfim,

debater como a superação de categorias dicotômicas, como natureza e cultura, material e imaterial e sujeito e objeto, contribui para reposicionar as pesquisas de cultura material na disciplina a partir de novas abordagens metodológicas. Essa discussão aponta para o emprego de diferentes termos como “coisa”, “objeto”, “artefato” e “materialidade”, gerando a necessidade de refletir sobre essas categorias em relação ao nosso objeto de estudo. Nesse sentido, pondera sobre os sistemas de classificação pré-estabelecidos e correntemente adotados para o entendimento da posição que os objetos materiais ocupam nos sistemas culturais, demonstrando seus trânsitos e suas constantes reclassificações.

Em seguida, no segundo capítulo, os estudos antropológicos sobre feiras e mercados são contextualizados em interface com o campo do patrimônio cultural e dos museus, de modo a elucidar a inclusão desses lugares entre as categorias de classificação e preservação dos patrimônios culturais. A conexão entre estes estudos é realizada a partir de feiras já inventariadas e inscritas no *Livro de Registro dos Lugares* do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a exemplo da Feira de Caruaru (PE) e a Feira de Campina Grande (PB). Nesse ponto, a Feira da Marreta é igualmente apresentada na qualidade de objeto de estudo, demonstrando o seu histórico de criação e apontando suas particularidades em relação a outras feiras marcadas por um consumo de tipo mais especializado. Embora a Feira da Marreta não esteja na mira das políticas de preservação, importa compreender o modo como se constitui enquanto “lugar” onde são realizadas práticas culturais relevantes para seus frequentadores, mas também enquanto espaço destinado à exposição e à venda de objetos pouco usuais, em sua maioria de segunda mão, comercializados frequentemente com valor apenas simbólico, conforme constatado nas incursões à feira.

No caso das feiras caracterizadas pela comercialização de objetos usados, passados de mão em mão, notou-se a frequente estigmatização desses lugares como espaços voltados para a venda de objetos de procedência duvidosa. Diante disso, no capítulo 3, foi examinado o problema do estigma da Feira da Marreta e demais feiras de segunda mão frente a outros comércios mais hegemônicos, cujos usos do espaço urbano são “autorizados” pelo poder público. O mapeamento de feiras congêneres à Feira da Marreta possibilitou a verificação da presença dessa modalidade de comércio em distintas localidades, no Brasil e no mundo, como, por exemplo, a Feira da Ladra, em Lisboa; a Feira do Rastro, em Madri; a Feira de San Pedro Telmo, em Buenos Aires, e a Feira do Rolo, em Ceilândia, entre outras. Particularmente em relação às feiras brasileiras, constatou-se que elas são genericamente conhecidas como “feiras do rolo” em muitos estados, sendo o “rolo” interpretado como uma prática associada à antiga instituição do escambo.

Acreditamos que traçar as biografias culturais dos objetos que circulam nas feiras do rolo pode contribuir para combater o estigma de lugares irregulares e perigosos, além de estimular a visitação e a valorização das práticas de venda, troca e consumo de objetos usados, já que notoriamente são estigmatizadas quando não associadas a referências culturais consagradas.

No quarto e último capítulo, são demonstradas as estratégias utilizadas para a realização do trabalho de campo, a interlocução com feirantes e frequentadores, bem como a apresentação de alguns objetos materiais em evidência na feira.

A entrada ou saída dos objetos em diferentes esferas de valoração foi tema abordado em etnografia anterior sobre o modo como os museus na cidade de Goiás (GO) constituem um “sistema museológico” (Rosa, 2016) em estreito diálogo com as narrativas patrimoniais que, ao longo da história da cidade, configuraram o “sistema patrimonial” de Goiás (Tamaso, 2007), cidade-patrimônio listada como Patrimônio Mundial da Unesco em 2001. Dessa forma, a atual etnografia visa ao aprimoramento desse quadro esquemático, agora abrangendo outras categorias de objetos passíveis de atravessar esses sistemas com base no cruzamento dos estudos de patrimônio e antropologia dos objetos, em sintonia com a linha de pesquisa<sup>4</sup> “etnografia dos patrimônios, memórias, paisagens e cultura material” do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás (PPGAS/UFG).

---

<sup>4</sup> A referida linha de pesquisa contempla estudos sobre “processos e expressões dos patrimônios culturais; políticas públicas culturais; interfaces conceituais dos patrimônios, narrativas arqueológicas, museus e cultura material; etnografia das memórias e paisagens”. Disponível em: <https://ppgas.fcs.ufg.br/p/2111-linhas-de-pesquisa>.

## Capítulo 1. Perspectivas sobre a cultura material ou estudo das coisas

*É claro que a nuvem não é realmente um objeto, mas uma intumescência de vapores que se incha à medida em que é carregada por correntes de ar. Observar as nuvens, eu diria, “não é ver a mobília do céu, mas vislumbrar o céu-em-formação, nunca o mesmo entre um momento e outro”.*

(Tim Ingold, 2012)

Os objetos – e a materialidade – sempre estiveram presentes na história da Antropologia, seja por meio de relatos de viajantes, expedições etnográficas, práticas de colecionamento, descrições, estudos comparativos, ou mesmo nos espaços institucionalizados dos museus, nos quais a disciplina surge com a vocação para a formação e classificação de coleções etnográficas. Nesse contexto, os objetos eram colecionados para dar prova material das sociedades estudadas, ilustrando, assim, os relatos etnográficos.

Os estudos comparativos centravam-se, então, no exame da produção técnica como resposta para a satisfação de problemas universais, além de indicarem estágios de “evolução” entre as sociedades. Concebida como um “agregado de objetos e traços culturais” (Gonçalves, 2007, p. 17), a cultura, e as diferenças culturais, poderiam ser apreendidas por meio de sua manifestação material, dando origem aos chamados estudos de cultura material.

Porém, o foco na análise e na descrição das formas dos objetos, suas técnicas de produção e seus materiais constitutivos, aos poucos é redirecionado para a compreensão de seus contextos de produção, usos sociais e significados culturais. De acordo com Gonçalves (2007), para quem, “acompanhar as interpretações antropológicas produzidas sobre os objetos é até certo ponto acompanhar as mudanças nos paradigmas ao longo da história da disciplina” (Gonçalves, 2007, p. 16), tal perspectiva foi introduzida a partir das críticas de Franz Boas ao método comparativo e aos modelos evolucionista e difusionista. Ao longo da história da disciplina e dentre várias clivagens relativamente aos estudos de cultura material, os objetos materiais foram mobilizados analiticamente em razão de indicarem *status* e posições sociais, constituírem meios comunicacionais, além de integrarem sistemas simbólicos e de representação capazes de organizar a vida social. Segundo Gonçalves (2007), a partir dos anos 1960, os estudiosos de antropologia simbólica passaram a pensar os objetos,

Não mais enquanto parte de uma totalidade social e cultural que se confunde com os limites de uma determinada sociedade ou cultura empiricamente considerada, mas sim enquanto parte de sistemas simbólicos ou categorias culturais cujo

alcance ultrapassa esses limites empíricos e cuja função, mais do que a de ‘representar’, é a de organizar e constituir a vida social (Gonçalves, 2007, p. 21).

Para o autor, todavia, ao depositar maior ênfase nas relações sociais ou simbólicas, a moderna concepção de cultura construída nesse contexto acabou por preferir os estudos dos materiais e das técnicas. Logo, as questões relacionadas aos estudos de cultura material ficaram restritas aos museus e aos arqueólogos, na medida em que a Antropologia se concentrou nos estudos de parentesco, rituais, gênero, entre outros (Lima Filho, 2012, p. 112). Nesse esquema, os objetos materiais são pensados como meros reflexos dos sistemas simbólicos, presumindo a separação entre o mundo sociocultural e o mundo material, sujeito e objeto.

No entanto, a partir dos anos 1980 é possível notar um crescente e renovado interesse da Antropologia relativamente aos estudos dos objetos, fato observado por Fabian (2010) ao afirmar que a retomada destes estudos no interior da disciplina gerou uma série de reformulações e entendimentos que contribuíram para a mudança de paradigmas, notadamente frente a posições positivistas e colonialistas (Fabian, 2010, p. 61), ao mesmo tempo em que impulsionou o tema da cultura material para a “vanguarda da antropologia”. No contexto atual, o que se percebe é um esforço de reposicionar os estudos dos objetos por meio da superação de dicotomias como natureza e cultura, sujeitos e objeto, materialidade e imaterialidade.

Em apresentação à coletânea de artigos que compõem o número dedicado ao tema da cultura material da revista *Horizontes Antropológicos*, Silva (2011) enfatiza que os estudos antropológicos sobre objetos, presentes desde os inícios mais remotos da disciplina, recentemente vêm passando por uma série de reformulações respaldadas por posições teóricas e materiais etnográficos dos mais diferentes pontos geográficos (Silva, 2011, p. 7). Assim, estudos clássicos como os de Malinowski (1978) e Mauss (2003)<sup>5</sup> além de indicarem a precedência dos estudos sobre objetos na Antropologia, formam o alicerce para análises mais recentes, a partir das quais são ampliadas as possibilidades de exame da circulação e troca de objetos nas sociedades contemporâneas.

Nesse sentido, a compreensão do histórico de construção da ideia de cultura material permite localizar os estudos dos objetos no interior da Antropologia e de suas tendências, tendo em vista as abordagens recentes sobre o tema. Isso porque se considera que “a melhor maneira de entender, transmitir e apreciar nossa humanidade é dar atenção à nossa materialidade fundamental” (Miller, 2013, p. 10).

---

<sup>5</sup> Publicados originalmente em 1922 e 1925, nessa ordem.

No que se refere à concepção da noção de “cultura material”, alguns autores têm apontado para a característica polissêmica da expressão e a conseqüente indefinição que ela acarreta, gerando, inclusive, dificuldades em sua conceituação (Bucaille; Pesez, 1989; Rede, 1996; Duarte Cândido, 2005). Isso se deve à sugestão implícita de que em se tratando da materialidade, a cultura material desconsidera os aspectos imateriais envolvidos nas formas de produção, classificação e usos dos objetos. Ao sugerir a redução da expressão ao aspecto material, o binômio gera uma ambigüidade na qual se pode incorrer no equívoco de uma concepção que separa o material do imaterial.

Por essa razão, a expressão é considerada bastante restritiva por não abranger a totalidade de aspectos da noção, composta apenas em parte pela materialidade na qual a cultura se expressa (Bucaille; Pesez, 1989). Nesse sentido, Jean-Marie Pesez (1988) nota que “a cultura material tem uma relação evidente com as injunções materiais que pesam sobre a vida do homem e às quais o homem opõe uma resposta que é precisamente a cultura” (Pesez, 1988, p. 180).

Richard Bucaille e Jean-Marie Pesez (1989), ao tratarem da origem, da história e da definição de cultura material, afirmam que ela é relativamente antiga e de difícil delimitação, visto que ao longo de seu desenvolvimento recebeu diversas influências derivadas das transformações epistemológicas que levaram ao estabelecimento das ciências humanas. A renovação do pensamento científico ocorrida em meados do século XIX resultou na construção de metodologias nas quais os objetos materiais se sobressaem na qualidade de evidências ou demonstração de provas materiais. Segundo os autores, a ideia de cultura material surge por volta de 1850 no encontro entre várias correntes de pensamento e destacam neste processo os avanços dos estudos de “pré-história” e Arqueologia, o materialismo histórico expresso nas obras de Marx e Engels, as análises de Antropologia social e cultural de autores como Tylor e Morgan, bem como os impactos do evolucionismo científico postulado por Darwin. É nesse contexto de rupturas e renovações epistemológicas que se elaboraram as “condições sociológicas e científicas” que permitiram “o aparecimento gradual da ideia de cultura material” (Bucaille; Pesez, 1989). Em suas palavras,

Esta noção, à semelhança de muitas outras ideias dantes inimagináveis, passa a ser possível a partir do momento em que, com todos os mestres já citados, muda a definição da finalidade e do objeto científico e se desenvolve uma metodologia que pressupõe o recurso ao concreto, ao tangível, ao material (Bucaille; Pesez, 1989, p. 4).

No entanto, segundo os autores, foi somente a partir de 1920 que a noção de cultura material passou a ser mais difundida dentre as ciências humanas, sobretudo na História e na

Arqueologia. Por um lado, a escola dos *Annales*, ao objetivar o estudo da vida cotidiana, das técnicas, dos sistemas produtivos e das formas de organização social, possibilitou a ampliação do domínio da disciplina pela introdução da cultura material como fonte para a produção de conhecimento histórico. A Arqueologia, por seu turno, ao se desenvolver enquanto disciplina dedicada à investigação de vestígios materiais, erige suas bases epistemológicas no campo da cultura material, tornando este o seu objeto de estudo e contribuindo sobremaneira para o seu desenvolvimento. É, portanto, a partir da Arqueologia que a noção de cultura material dá um grande salto: “quem diz arqueologia, diz vestígios de habitações e de edifícios, de objetos domésticos e de utensílios etc., logo, de cultura material” (Bucaille; Pesez, 1989).

No que diz respeito à Antropologia, ao contrário, os autores afirmam que os fenômenos materiais ocuparam um interesse apenas secundário na disciplina, mais preocupada com fenômenos simbólicos e representações mentais. Dessa forma, esclarecem que:

A inclinação da antropologia para o estudo – rigoroso, é certo, mas talvez demasiado exclusivo – das formas socioculturais menos materiais parece, portanto, representar quase uma constante desta disciplina, que a desvia, a longo prazo, da investigação da cultura material propriamente dita (Bucaille; Pesez, 1989, p. 9).

Entretanto, os autores não deixam de mencionar a importância das pesquisas realizadas por Leroi-Gourhan no âmbito da Antropologia da técnica e suas contribuições para a história da cultura material, não obstante considerarem estes estudos uma exceção no plano geral da disciplina antropológica.

A definição da noção – e não conceituação – de cultura material que apresentam, por fim, tem como premissa o próprio binômio e é estruturada a partir de quatro grandes características. No que se refere ao termo “cultura”, está relacionada à coletividade e à repetitividade, contrapondo-se a aspectos individuais e a acontecimentos singulares. De outro lado, relativo à materialidade, está associada ao interesse pelos fenômenos infraestruturais como causa e aos objetos concretos que os explicam. Assim, a tentativa de definição da expressão deve-se ao fato de que a cultura material carrega diferentes conotações provenientes das áreas onde opera analiticamente e que, embora apresente características estáveis e permanentes, não houve uma preocupação em defini-la com exatidão.

De acordo com Bucaille e Pesez (1989), as origens da expressão esclarecem, por um lado, a sua flexibilidade e, por outro, a vasta interdisciplinaridade do termo em confluência com outras áreas do conhecimento. Daí também advém a dificuldade mencionada inicialmente em conceituar e delimitar o seu campo de atuação.

Miller (2013), ao apresentar sua própria perspectiva sobre o estudo da cultura material, prefere reportar-se ao “estudo dos trecos”. Para o autor, a cultura material consiste em um conjunto de pesquisas que se interessam por uma variedade de coisas que podem ser denominadas “trecos”. Em suas palavras,

Na prática, esses estudos se inspiram em temas e perspectivas interessantes, mais que em subdisciplinas definidas, absorvidas em interesses próprios, e, no entanto, fora do campo aqui em atuação. A cultura material prospera como substituta indisciplinada de uma disciplina: é inclusiva, abrangente, original, às vezes com pesquisas e observações particulares (Miller, 2013, p. 7).

Na opinião do autor, o fato de a cultura material não ter se constituído enquanto disciplina isolada e se situar no cruzamento com outras disciplinas acadêmicas, “da arqueologia à arquitetura, da sociologia ao design” (Miller, 2013, p. 8), não implica prejuízos; pelo contrário, é visto como vantajoso, já que permite maior liberdade nas análises que transcendem os limites e as restrições disciplinares. Mais especificamente, essa liberdade é expressa pela possibilidade de prescindir reducionismos disciplinares tradicionais, visto que: “studies of the house do not have to be reduced to housing studies, nor studies of design to design studies. By the same token studies of the transnational identity of commodities do not have to be reduced to kinship, class or gender<sup>6</sup>” (Miller, 1998, p. 4).

A cultura material, concebida interdisciplinarmente, revela-se pujante no âmbito da Antropologia, segundo Miller (1998), a partir da insistência de que as coisas importam porque não são separadas dos mundos sociais. Já na década de 1980, as pesquisas passaram a demonstrar que os mundos sociais são constituídos tanto pela materialidade quanto o contrário, viabilizando a construção de teorias em que a cultura material não se constitui como um meio, mas como um fim em si mesma. Tal é a “teoria dos trecos” elaborada pelo autor, através da qual argumenta que “a cultura vem dos trecos” (Miller, 2013, p. 83), não sendo dissociada deles. É dessa forma que Miller ainda questiona a validade de uma teoria da representação para a compreensão da relação estabelecida entre sujeitos e objetos.

Da mesma forma que Fabian (2010), Miller declara que, nos anos de sua formação acadêmica, a abordagem semiótica predominante impossibilitava o reconhecimento da materialidade da cultura, de modo que os objetos eram considerados signos e símbolos que servem apenas para representar. Segundo Fabian (2010), “coisas, objetos, artefatos, não faziam

---

<sup>6</sup> Tradução livre: “Os estudos da casa não devem ser reduzidos a estudos de habitação, nem os estudos de projeto a estudos de *designs*. Da mesma forma, os estudos da identidade transnacional das mercadorias não precisam ser reduzidos ao parentesco, classe ou gênero”.

parte da agenda de pesquisas da antropologia em sua fase modernista” (Fabian, 2010, p. 59). Essa discussão será pormenorizada mais adiante, em face do surgimento de novas abordagens antropológicas que discutem o papel da agência atribuído tanto a sujeitos quanto a objetos; instigando, dessa forma, a superação de dicotomias modernas, como natureza/cultura, sujeito/objeto, material/imaterial.

Por ora, consideramos, como afirmado por Manuel Lima Filho (2012), que a cultura material está “entre campos”; logo, a Antropologia em diálogo com ela também está. Dessa forma, em seguida, será apresentada uma síntese de abordagens que, da Arqueologia à História, passando pelos estudos de Antropologia da técnica, visa contextualizar o surgimento de uma perspectiva ontológica para a análise das coisas, tendo como referência a publicação *Thinking Through Things* (Henare; Holbraad; Wastell, 2007), considerada rentável epistemologicamente em razão de conceber novas estratégias metodológicas para os estudos da cultura material.

Considerando a cultura material como um sistema de produção de conhecimentos sobre as coisas, a Arqueologia fez desta o seu objeto de estudo. Sobretudo porque esteve associada a um acentuado interesse na dimensão formal<sup>7</sup>, artefactual e concreta das sociedades, a disciplina, segundo Tânia Lima (2011), tendeu a ser considerada a mais hábil para investigar o “complexo domínio material da cultura” (Lima, 2011, p. 12). Como vimos, não obstante os estudos de cultura material transcenderem a Arqueologia, é a partir dela que primeiramente pontuaremos alguns aspectos no que diz respeito a esses estudos. De acordo com Lima,

Maior que a de outros campos do conhecimento que também utilizam a cultura material como dado, essa forte identificação tem suas raízes, certamente, no fato de que, por não poder contar mais com os atores sociais em cena, ela constitui a fonte primária da Arqueologia para o acesso ao passado da humanidade, quando não a única, como ocorre na arqueologia pré-histórica. Por essa razão, mais que as demais, a disciplina teve forçosamente que se aparelhar – teórica, metodológica e tecnicamente – para lidar em maior profundidade com os aspectos concretos, tangíveis, da produção humana (Lima, 2011, p. 12).

Sob a influência do evolucionismo do século XIX, a Arqueologia fundou seus objetivos em torno da ordenação e da classificação de artefatos com base em esquemas pré-estabelecidos, por exemplo, na biologia e de acordo com os princípios da evolução e da seleção natural. Nesse sentido, “a cultura material, ordenada em etapas fundadas em avanços tecnológicos, forneceu as evidências necessárias para a sustentação de grandes esquemas de

---

<sup>7</sup> Segundo Tânia Lima (2011), a Arqueologia, além do aspecto formal, opera a partir de outras duas dimensões, tempo e espaço, ao investigar a transformação dos sistemas socioculturais a partir da cultura material (Lima, 2011, p. 12).

desenvolvimento progressivo” (Lima, 2011, p. 13). Aos poucos, adicionou-se a essas operações a necessidade de se apreender os contextos de produção dos artefatos; isto é, onde foram produzidos, os sujeitos envolvidos, as técnicas empregadas e por quais motivos.

Ao recuperar a trajetória do conceito de cultura material a partir dos cânones da Arqueologia, Lima (2011) e Soares (2020) pontuam que, sob os paradigmas histórico-culturalista, processualista e pós-processualista, respectivamente, a cultura material foi entendida como: (1) reflexo passivo da cultura pelo qual os objetos portariam significados inerentes; (2) resposta adaptativa, não biológica, às pressões do meio ambiente sofridas pelos grupos humanos; e (3) signos e agentes ativos na ordenação da vida social, não possuindo significados inerentes (Soares, 2020, p. 2). Sob este último paradigma, os estudos dos objetos foram redimensionados no contexto em que surgiam os “novos materialistas”, representados por Alfred Gell, Bruno Latour, Marshal Sahlins, Daniel Miller e Mary Douglas. De acordo com Lima (2011), a partir da década de 1980,

Um profundo mal-estar com o entendimento da cultura material como algo inerte, com função primordialmente utilitária, destinada tão somente a preencher as necessidades da adaptação humana ao meio ambiente, desencadeou uma forte reação em setores acadêmicos afinados com a teoria social da pós-modernidade (Lima, 2011, p. 18).

A reação a esse “mal-estar” levou à formulação de novas perspectivas atualmente em discussão que refutam dicotomias modernas como sistema x estrutura, sociedade x indivíduo, geral x particular, sujeito x objeto, entendendo que “na medida em que objeto e sujeito, constituído e constituinte, estão associados indelevelmente em uma relação dialética, são parte um do outro, são a mesma coisa, embora diferentes” (Lima, 2011, p. 19). É nesse sentido que Soares (2020) busca discutir a possibilidade de uma “abordagem ontográfica” para a problematização das coisas no âmbito da Arqueologia, acompanhando as discussões antropológicas sobre o tema.

Recorrendo às análises sobre Antropologia simétrica propostas por Viveiros de Castro, Soares parte do entendimento de que sujeitos e objetos são agentes teóricos, diluindo a dimensão representacional e passiva dos objetos de pesquisa. Segundo o autor, a introdução de tais noções na Arqueologia promoveu a adoção de novas perspectivas metodológicas para a cultura material, nomeadamente o método ontográfico apresentado a partir dos trabalhos de Almiria Henare, Martin Holbraad, Benjamin Albert e Yvone Marshal que integram, inclusive, a coletânea *Thinking Through Things* (Henare; Holbraad; Wastell, 2007), que trataremos mais adiante.

Do ponto de vista da História, Marcelo Rede (1996) introduz o assunto da cultura material a partir de duas questões que considera fundamentais para a disciplina: a primeira, relacionada ao interesse pelas formas variantes de interação entre as sociedades e sua cultura material; e a segunda, associada à inserção da cultura material no processo de produção do conhecimento historiográfico. Isso porque a cultura material é, “a um só tempo, parte do fenômeno histórico e fonte documental para a sua compreensão (Rede, 1996, p. 266).

Partindo da publicação *History from things: essays on material culture* (1993), o autor apresenta alguns exemplos que demonstram diferentes concepções sobre o assunto. Na primeira abordagem citada, concebida por Jules D. Prown e considerada paradigmática, os objetos são vistos como meros reflexos de crenças e valores dos indivíduos que os produzem e/ou utilizam, bem como da sociedade à qual pertencem. Sob esse ponto de vista, a análise da cultura material visa especialmente ao “universo mental” comum das sociedades, notadamente por traduzir experiências humanas fundamentais tais como morte, mortalidade, amor, sexualidade, papéis de gênero etc., desconsiderando, conseqüentemente, sua materialidade e sua historicidade. Segundo Rede (1996), “a cultura material seria, portanto, reflexo de uma cultura concebida como patrimônio abstrato, alheia a toda materialidade” (Rede, 1996, p. 267).

Da mesma forma que Prown, e ainda sob uma abordagem semiológica, Jacques Maquet considera que os significados dos objetos são construídos a partir de uma experiência humana comum, ou seja, podem ser entendidos independentemente de suas determinações culturais. “Uma faca, por exemplo, será sempre uma faca”. Com esses exemplos, Rede esclarece que:

A cultura material participaria em um grau muito pequeno do processo de atribuição artificial, codificada, de valores e sentidos; sua existência poderia ser cultural, mas em uma cultura concebida menos como conjunto distinto de atributos de uma sociedade do que como caráter geral da humanidade (Rede, 1996, p. 268).

As críticas a essas noções concentram-se na falta de uma perspectiva histórica mais apurada nas análises e na ênfase nos componentes simbólicos da cultura, que perpetuam a separação entre o âmbito geral da cultura e sua manifestação física: a cultura material.

Assim, há um esforço por deslocar o foco das considerações ideológicas para a compreensão dos contextos de produção e consumo dos objetos; em suma, das relações sociais implicadas nas relações com o mundo material. Conforme dito anteriormente, a abertura para a análise dos contextos de produção e de consumo da cultura material foi introduzida pela Arqueologia ao considerar as limitações das classificações tipológicas dos objetos. Como exemplo, Rede menciona a perspectiva biográfica da análise de Lamberg-Karlovsky ao estudar

a extensão geográfica e cronológica de um conjunto de vasos de clorita<sup>8</sup>, o que inclui, além dos significados simbólicos dos contextos arqueológicos, o exame de questões relativas à produção e distribuição dos artefatos. De acordo com Rede, nesse caso,

Os significados simbólicos dos desenhos e dos contextos arqueológicos (templários e funerários) permitem, segundo o autor, apontar o compartilhamento intercultural de um sistema de crenças e rituais ligado à morte e às práticas funerárias. No entanto, as questões relativas à produção e distribuição dos vasos não são descartadas: procura-se posicionar o estudo face ao debate acerca da circulação de bens, que opõe aqueles que pensam a distribuição através de mecanismos formais de mercado, oferta e procura e preços e aqueles que defendem a existência de sistemas de alocação variados, assentados em mecanismos de distribuição, reciprocidade ou troca de bens de luxo entre elites (Rede, 1996, p. 269).

As demais abordagens apresentadas por Rede derivam da associação da cultura material ao comportamento humano e a fatores psicológicos. A cultura material aparece, então, como indícios de posições e hierarquias sociais, demonstração de poder, bem como projeção do sujeito no processo de individuação. Contudo, são feitas distinções quanto aos aspectos simbólicos dos objetos, que podem variar no interior de uma mesma sociedade e fora dela, em comparação com outras formas de organização social. Um exemplo disso são as vestimentas, também estudadas por Miller (2013), e seu potencial de sinalizarem maior ou menor grau de *status* social a depender da sociedade em questão. Ao estudar a indumentária, Miller afirma que:

O conceito de pessoa, a percepção do eu e a experiência de ser um indivíduo são radicalmente diferentes em tempos diferentes e em lugares diversos, e particularmente em relação às disparidades de indumentária. Em cada caso, descobrimos que o vestuário desempenha papel considerável e atuante na constituição da experiência particular do eu, na determinação do que é o eu (Miller, 2013, p. 63).

Em seguida, são debatidas as conexões entre materialidade e imaterialidade sem as quais, segundo Rede, a noção de cultura material se torna inoperante. De acordo com o autor, não é possível separar analiticamente os aspectos materiais da cultura daqueles imateriais que lhes conferem existência; por exemplo, os sistemas classificatórios, as relações sociais e de ordem simbólica. Consequentemente, tomar os objetos apenas por suas características físicas e por seus materiais constitutivos implica em reduzi-los à sua materialidade imanente. Todavia, o autor chama a atenção para a constatação de que até mesmo a escolha da matéria-prima é

---

<sup>8</sup> Grupo de minerais esverdeados gerados pela transformação de silicatos ferro-magnesianos. Mineral do grupo das micas. Disponível em: <https://didatico.igc.usp.br/minerais/silicatos/filossilicatos/clorita/>. Acesso em: 3 out. 2023.

culturalmente determinada e destaca, nessa correlação de aspectos, a virtude da expressão, a despeito da ambiguidade, que denota que a matéria sustenta uma matriz cultural enquanto a cultura possui uma dimensão material. Em suas palavras,

É justamente por não se limitarem aos seus ingredientes materiais que as coisas têm um papel que excede ao de quadro físico da vida social. Tal distinção seria, aliás, inconcebível. O universo material não se situa fora do fenômeno social, emoldurando-o, sustentando-o. Ao contrário, faz parte dele, como uma de suas dimensões e compartilhando de sua natureza, tal como as ideias, as relações sociais, as instituições (Rede, 1996, p. 274).

O entendimento da cultura material enquanto matriz e mediadora de relações sociais leva à consideração de que “a questão da cultura não pode ser dissociada daquela da materialidade” (Rede, 1996, p. 274), pois esta não consiste em um segmento separado das formas culturais/imateriais existentes.

Por fim, ao elucidar o que considera as “tendências recentes nos estudos de cultura material”, Marcelo Rede aponta os limites das abordagens apresentadas, reconhecendo o campo da cultura material como necessariamente interdisciplinar. Ao tratar da inclusão da cultura material como fonte documental para a produção de conhecimento histórico, afirma que ainda há uma forte resistência em pensar exclusivamente a partir dos objetos e que, portanto, a disciplina não avançou metodologicamente a ponto de superar a prevalência das fontes escritas. Nesse sentido, afirma que:

A dificuldade em reconhecer a cultura material como matriz e vetor de relações redundava em uma subavaliação de seu papel social e, conseqüentemente, contribuiu para a formulação de noções de cultura incapazes de assimilá-la na extensão de seus significados. Quer a cultura material seja vista como reflexo condicionado do pensamento ou do comportamento humanos, quer como geradora espontânea de novas realidades físicas, seu entendimento como fenômeno social fica seriamente prejudicado (Rede, 1996, p. 281).

Situando a discussão a partir dos estudos da técnica e da tecnologia, Fabio Mura (2011), por outro lado, demonstra que a separação entre material e imaterial é derivada de uma visão dicotômica entre “Homem/Natureza” e discute a necessidade de superar metodologicamente essa contraposição. Vista dessa forma, a relação entre a sociedade e a cultura material se baseia num princípio de causalidade efetivado pelos processos de produção e pelos sistemas produtivos. Segundo o autor, busca-se, por um lado, compreender o modo como “os princípios químicos e físicos são articulados entre si para dar vida aos objetos” e, por

outro, visa-se compreender a relação que existe entre os princípios sociais e culturais e os fenômenos técnicos” (Mura, 2011, p. 96). Em todo caso, a produção da cultura material é invariavelmente interpretada como sendo a passagem do “natural” para o “artificial” a partir da materialização das técnicas. Por conseguinte, repara que “a Natureza seria composta de elementos relacionados entre si por fatores de ordem ecológica, ao passo que o Homem seria a expressão de uma sociedade, de uma cultura, de um sistema simbólico, de uma representação mental” (Mura, 2011, p. 97).

Após apresentar criticamente um importante repertório de análises sobre técnica e tecnologia na Antropologia, baseado sobretudo nas obras de André Leroi-Gourhan (1940), Mura demonstra que o modo de proceder metodologicamente a partir de dicotomias é próprio do pensamento moderno, e reflexo de uma tradição ocidental que separa natureza e cultura, sujeito e objeto, material e imaterial. Recorrendo aos estudos dos fenômenos técnicos de Leroi-Gourhan, o autor discute que a ênfase nos processos produtivos de objetos (a partir das noções de tendência técnica, ambiente técnico e fato técnico) abastecer um determinismo de tipo material bastante criticado pela Antropologia simbólica. Nessa perspectiva, o processo evolutivo das técnicas ocorre por meio da concatenação entre habilidades e a disponibilidade de recursos materiais envolvidos no ato de produzir. Dessa forma, o autor esclarece que “a experiência em um determinado lugar, caracterizado por certa materialidade, unida à capacidade de invenção e/ou obtenção de empréstimos de princípios técnicos” (Mura, 2011, p. 100) é suficiente para conceber o “fato técnico”, ou o “ato de produção”.

Na perspectiva da Antropologia simbólica a equação é invertida e tanto os objetos quanto a escolha dos materiais e das técnicas empregadas em sua produção derivam de sistemas simbólicos que condicionam a relação com o mundo material. Portanto, o desenvolvimento de técnicas e a produção de objetos não consiste puramente em um processo de interação com materiais em um ambiente favorável, mas se deve, sobretudo, a motivações simbólicas e a fatores de ordem cosmológica. Diante dessas observações, Mura entende que, se por um lado, na abordagem de Leroi-Gourhan, os estudos de cultura material se baseiam no determinismo material, por outro, a partir da ênfase nos sistemas simbólicos, ocorre outro tipo de determinismo, agora de tipo cultural, igualmente negativo no que se refere à mobilização analítica da cultura material (Mura, 2011, p. 105).

Com efeito, nota-se, a partir das abordagens apresentadas, como o modo de pensar a “cultura material”, a partir de dicotomias pré-estabelecidas que separam natureza e cultura, material e imaterial, sujeito e objeto, é insuficiente para compreender a complexa relação das sociedades com os objetos materiais que produzem, utilizam, significam, representam etc.

Podemos provisoriamente concluir que os determinismos material e cultural apontados resultam da tradição intelectual moderna que opõe natureza e cultura, promovendo, conseqüentemente, a separação do mundo sociocultural e o mundo material.

Ao debatermos a construção da noção de cultura material em diálogo com as diversas áreas do saber nas quais ela desponta, podemos agora pormenorizar as dificuldades de conceituação do termo anunciadas anteriormente, entendendo que residem especialmente na concepção dicotômica implícita no binômio que separa os aspectos materiais e imateriais envolvidos na produção e no usufruto dos objetos materiais, escamoteando a relação de continuidade e reciprocidade entre eles. Superar e tornar inoperantes essas divisões constituem o fundamento da virada ontológica na Antropologia, entendida como o esforço de romper com os pressupostos do multiculturalismo de que a alteridade reside nas diferentes formas de representação da realidade (uma natureza, várias culturas), incluindo a entrada de outros agentes – não humanos – nas análises sociais.

Ao contrário, uma perspectiva ontológica permite considerar a existência efetiva de diversas realidades, através das quais é possível engendrar novas perspectivas teóricas para a análise da cultura material, tomando as coisas em si mesmas como canais para a produção de conceitos. Segundo Miller (2013), uma teoria da representação,

Pouco nos diz sobre a verdadeira relação entre pessoas e coisas; ela tende sempre a reduzir as últimas às primeiras. De modo que isso sugere a necessidade de uma ambição a mais: a possibilidade de se desenvolver uma teoria das coisas *per se* que não se reduza às relações sociais (Miller, 2013, p. 76).

Assim é o método proposto na coletânea *Thinking Through Things* (2007), que visa, a partir das experiências etnográficas descritas na obra, abrir caminhos para conceitos genuinamente novos. O objetivo declarado é reformular o método etnográfico no que diz respeito ao estudo da cultura material e, dessa forma, tomar as coisas encontradas no campo como elas se apresentam, em vez de assumir imediatamente o que significam ou representam (Henare; Holbraad; Wastell, 2007, p. 2). Nas palavras dos autores, “things, it is suggested, ought not to be delineated in advance of the ethnographic encounters from which they emerge. To preempt an ethnographically defined understanding of what constitutes a thing would be to simply offer an alternative *theory* of things<sup>9</sup>” (Henare; Holbraad; Wastell, 2007, p. 5, grifo dos autores).

---

<sup>9</sup> Tradução livre: As coisas, sugere-se, não devem ser delineadas antes dos encontros etnográficos dos quais emergem. Prevenir uma compreensão etnograficamente definida do que constitui uma coisa, seria simplesmente oferecer uma teoria alternativa das coisas.

Pensar através das coisas, portanto, consiste em considerar diferentes realidades ontológicas nas abordagens dos estudos da cultura material. De acordo com Henare, Holbraad e Wastell (2007), a vantagem de pensar em termos de ontologia é que, ao contrário de adaptar ou elaborar perspectivas teóricas – frequentemente tomadas de empréstimo de outras disciplinas, como é o caso da cultura material –, a abordagem ontológica favorece um processo contínuo de produção teórica a partir das coisas. Assim, não se trata apenas de como os fenômenos humanos podem ser iluminados por perspectivas teóricas diversas, mas, ao contrário, como os fenômenos em questão, nesse caso as coisas, podem, elas próprias, oferecer iluminação (Henare; Holbraad; Wastell, 2007, p. 8).

Duas questões principais norteiam a publicação *Thinking Through Things* (2007), organizada em virtude do interesse em se pensar o lugar dos objetos e da materialidade nas interpretações antropológicas: como seria uma Antropologia orientada para os artefatos, que não se resumisse a cultura material? Poderia tal projeto se desenvolver, não como um subgênero da disciplina, mas como um meio de reconfigurar os métodos analíticos da Antropologia de modo geral?

É baseada nestas preocupações que a coletânea representa um esforço por “reformular a relação entre o método etnográfico e a teoria antropológica no que concerne ao estudo daquilo que se convencionou chamar cultura material” (Basques, 2010, p. 151). O ponto principal é conceber estratégias analíticas em que as “coisas” possam ser consideradas em si mesmas. Em vez de presumir que os significados são separados de suas manifestações materiais (cultura material), nas perspectivas adotadas, pelo contrário, “meanings are not ‘carried’ by things but just *are identical* to them<sup>10</sup>” (Henare; Holbraad; Wastell, 2007, p. 3). Dessa forma, “significados” e “coisas” não devem ser considerados separadamente; são idênticos.

Os autores esclarecem que o propósito é desestabilizar as distinções centrais presentes desde as origens da disciplina, tais como pessoas e coisas, matéria e significado, representação e realidade, e, assim, desenvolver novas formas de escrever e refletir sobre as experiências etnográficas. Essas premissas, segundo os autores, neutralizam o problema do conhecimento antropológico como representação, pois os significados não precisam mais ser escavados, iluminados, decodificados e interpretados: significados e coisas formam uma identidade. O desafio é desautorizar as oposições binárias justamente porque tais noções não são universalmente compartilhadas, são resultado de uma concepção moderna de cultura cujas

---

<sup>10</sup> Tradução livre: “os significados não são “carregados” pelas coisas, mas são idênticos a elas”.

dicotomias são consideradas pouco úteis ou até mesmo inadequadas para refletir seriamente sobre as diferenças.

A recusa da distinção entre significados e coisas permite “pensar através das coisas” do modo como elas se apresentam, e não por meio de teorias já consumadas. Conseqüentemente, consiste em um método eficiente em gerar uma pluralidade de conceitos e teorias (Henare; Holbraad; Wastell, 2007, p. 23), demonstrando o vigor dos estudos de cultura material para a área geral da Antropologia. Nas palavras dos autores,

The project, then, is primarily methodological. It encourages anthropologists to attend to ‘things’ as they emerge in diverse ethnographic settings, and to begin such investigations with what, for the ethnographer, may appear as a logical reversal: rather than providing data to which theory is applied, revealing the strengths and flaws of an existing theoretical model, the things encountered in fieldwork are allowed to dictate the terms of their own analysis – including new premises altogether for theory (Henare; Holbraad; Wastell, 2007, p. 4).<sup>11</sup>

Ao apresentar sua moção contrária à discussão “Ontologia é apenas outra palavra para cultura” (2019), Martin Holbraad afirma que “a tarefa antropológica, então, não é explicar por que os dados etnográficos são como são, mas sim compreender o que eles são – em vez de explicação ou de interpretação, o que é necessário é a conceitualização”; e complementa, afirmando que “em vez de usarmos nossos próprios conceitos analíticos para dar sentido a uma determinada etnografia (explicação, interpretação), usamos a etnografia para repensar os nossos conceitos analíticos” (Holbraad, 2019, p. 14). O propósito da Antropologia, nesse sentido, é a geração de conceitos (Venkatesan, 2019, p. 3).

A tradição antropológica fundada na ideia de representação estabeleceu como principal interesse da disciplina a análise das diferentes formas como as culturas representam o mundo. Baseado na ideia de unidade da natureza e múltiplas visões de mundo, o conhecimento acerca da alteridade é produzido segundo um projeto moderno, cartesiano, ocidental, que separa natureza e cultura. Assim, para a interpretação das “coisas”, uma abordagem “representacionista” tende a considerar os objetos como veículos de signos que revelam um conjunto de valores, crenças, normas e ideias.

---

<sup>11</sup> Tradução livre: O projeto, então, é basicamente metodológico. Encoraja os antropólogos a prestar atenção às “coisas” à medida que surgem em diversos cenários etnográficos e a iniciar tais investigações com o que, para o etnógrafo, pode parecer uma inversão lógica: em vez de fornecer dados aos quais a teoria é aplicada, revelando os pontos fortes e falhas de um modelo teórico existente, permite-se que as coisas encontradas no trabalho de campo ditem os termos de sua própria análise - incluindo novas premissas para a teoria.

Na acepção de Ingold, referenciada também na introdução da coletânea *Thinking Through Things*, “a cultura é concebida como algo que paira sobre o mundo material, mas não o permeia” (Ingold, 2000, p. 340). Assim, os significados, embora incorporados nas coisas, são distintos das próprias coisas. Dessa forma, os objetos são mobilizados em razão de elucidar sistemas culturais considerados objetos de estudos nesse esquema e o grau de importância das “coisas” nas análises.

De acordo com Soares (2020), para levar a sério uma perspectiva ontológica é preciso “evitar as representações epistemológicas, a redução das articulações a meras ‘visões de mundo’, e passar a considerar as afirmações dos nativos como afirmações de ‘mundos’ ou naturezas distintas” (Soares, 2020, p. 4). Por essa mesma razão, é evitado o uso dos termos “objetos”, “artefatos” ou até mesmo a expressão “cultura material”, uma vez que estão demasiadamente carregados dos pressupostos epistemológicos acima indicados. A preferência pela denominação “coisa” se justifica pelo fato desta carregar uma bagagem teórica mínima e, portanto, esvaziada de significados. Estes serão construídos à medida que se avança nos estudos das coisas *per se*, conforme proposto no “método ontográfico” para as coisas em *Thinking Through Things*.

As abordagens acima apresentadas visam fornecer um panorama a respeito da inserção e atualização dos estudos de cultura material no âmbito da Antropologia e do modo como a análise da relação entre sujeitos e objetos pode avançar no cruzamento com diferentes disciplinas. Em síntese das correntes teóricas ou dos “modelos de compreensão do mundo material presentes na antropologia”, Débora Leitão e Rosana Pinheiro-Machado (2010) apresentam as classificações sugeridas por Turgeon (2007) e Fabian (2004) acerca das diferentes fases, paradigmas ou momentos históricos que fundamentam os estudos de cultura material. Para Turgeon, os objetos materiais podem ser compreendidos como “objeto testemunha”, “objeto signo”, “objeto social” e “objeto memória”. Fabian, por sua vez, identifica dois momentos principais dessas análises, denominados “*material culture old style*” e “*material culture new style*”.

Partindo de tais sugestões, as autoras adotam três categorias para pensar a cultura material: “objeto testemunha” e “objeto signo”, equivalentes ao momento “*old style*”, e “objeto construtor”, categoria introduzida por elas capaz de agrupar as ideias de “objeto social” e “objeto memória”, caracterizando a fase “*new style*”. Para elas, os estudos recentes de cultura material, *new style*, refletem a necessidade de se “tratar as coisas como fatos sociais”, pois são, ao mesmo tempo, produtos e produtoras de relações sociais, memórias, identidades. Em suas palavras,

Uma vez que, seguindo a sugestão de Latour (2007), tratamos as coisas como ‘fatos sociais’, procurando abolir a distinção de substância entre sujeitos e objetos, podemos perceber as relações sociais como não sendo necessariamente anteriores aos objetos a elas associados, mas, a um só tempo, constitutivas e construídas por tais objetos (Leitão; Pinheiro-Machado, 2010, p. 237).

É dessa forma que, segundo as autoras, ao compreendermos os objetos como “construtores” de relações sociais, ou seja, enquanto fatos sociais, as abordagens contemporâneas da cultura material “concebem as coisas como cultura”, diferentemente das abordagens dos objetos como “testemunhas”, que entendem as culturas enquanto “coisas” (Leitão; Pinheiro-Machado, 2010, p. 244).

Por outro lado, no que se refere ao domínio dos patrimônios culturais, elas ainda observam o modo como as coisas participam ativamente dos processos de construção dos sentidos de pertencimento, memórias e identidades, podendo, inclusive, os objetos de usos cotidianos e não-oficiais serem eficazes nesses processos devido à sua lógica circulatória no meio social, constituindo importantes referências patrimoniais (Leitão; Pinheiro-Machado, 2010, p. 244). Por fim, afirmam que essa perspectiva “revitalizada” da cultura material ou “antropologia das coisas” pode oferecer contribuições para estudos de diversas áreas, notadamente “os estudos das ciências sociais sobre o consumo de objetos, até suas reflexões sobre identidades, memórias, artes, museus e políticas de patrimônio” (Leitão; Pinheiro-Machado, 2010, p. 232).

### **1.1 Pensando por meio de coleções, objetos e coisas**

Considerando o debate em torno do emprego dos termos “coisa”, “objeto” e “artefato”, e com o objetivo de construir uma definição que melhor atenda os propósitos do estudo da Feira da Marreta, propomos refletir sobre o conceito de “coleção” apresentado por Krzysztof Pomian (1984), em confluência com as novas tendências dos estudos de cultura material, que consideram insuficiente o termo objeto para explicar o modo como as coisas ganham ou perdem valor à medida que transitam em diferentes esferas de valoração.

Pomian (1984), ao discorrer sobre a precedência dos atos de colecionar, afirma que a “história das coisas, assim como a do homem, explana-se no tempo geológico” (Pomian, 1984, p. 70). Seja devido a um instinto de propriedade, propensão para acumular, prazer estético, prestígio, fonte de conhecimento ou religiosidade, o fato é que a “coleção” se apresenta como categoria universalmente difundida, não se restringindo às modernas civilizações ocidentais.

Assim, mobiliários funerários, oferendas, tesouros, relíquias e objetos sagrados, figuram – entre tumbas, templos e residências – coleções de tipologias e épocas distintas. Questiona o autor: como se pode caracterizar este universo composto de elementos tão numerosos e heteróclitos? O que têm em comum uns com os outros? Na tentativa de responder a tais questionamentos, Pomian (1984) define uma coleção como sendo:

Qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público (Pomian, 1984, p. 53).

No entanto, o autor não se exime de igualmente apontar os paradoxos que qualquer conceituação pode suscitar, considerando que tal definição exclui, por exemplo, “todas as exposições que são apenas momentos do processo de circulação ou da produção dos bens materiais”, bem como “todas as acumulações de objetos formadas por acaso e também aqueles que não estão expostos ao olhar (como os tesouros escondidos), qualquer que seja o seu caráter” (Pomian, 1984, p. 53).

Traçando historicamente a incidência de processos de acumulação e de colecionamento de objetos diversificados, Pomian (1984) apresenta um repertório de exemplos em que a categoria “coleção” pode ser verificada segundo os critérios definidos anteriormente: dos túmulos aos templos sagrados, das casas dos detentores do poder às instituições museológicas, todos os objetos são dispostos com a finalidade de serem expostos ao olhar e, por essa razão, são conservados e protegidos, sendo, ainda, alienados dos circuitos das transações econômicas. Locomotivas, espadas, canhões e espingardas, reunidos em coleções, não servem para os fins aos quais foram criados. Nas palavras do autor:

Os utensílios, os instrumentos e os fatos recolhidos numa coleção ou num museu de etnografia não participam nos trabalhos e nos dias das populações rurais ou urbanas. E é assim com cada coisa, que acaba neste mundo estranho, onde a utilidade parece banida para sempre (Pomian, 1984, p. 51).

Assim, os objetos de coleção são entendidos como aqueles que possuem um valor de troca sem, no entanto, terem valor de uso. Sua preciosidade, explica Pomian (1984), entretanto, está associada ao caráter comum de realizar o intercâmbio entre o mundo visível e o invisível, ou seja, é devido à virtude de intermediar e representar o invisível, o sagrado, o passado, os acontecimentos, os mitos etc., que lhes são atribuídos valores diferenciados pelos quais se justificam a sua permanência e proteção especial contra os processos naturais de

degradação. Não obstante apresentarem diferenças segundo a sua tipologia, as coleções apresentadas como exemplo pelo autor cumprem a mesma função de “permitir aos objetos que a compõem desempenhar o papel de intermediários entre os espectadores, quaisquer que eles sejam, e os habitantes de um mundo ao qual aqueles são exteriores” (Pomian, 1984, p. 67).

É dessa forma que, ao distinguir “objetos de coleção” e “coisas” em geral, Pomian (1984) desenvolve a ideia de “semióforo”, tão difundida entre os estudiosos de museus e de Museologia.

De um lado estão as *coisas*, os *objetos úteis*, tais como podem ser consumidos ou servir para obter bens de subsistência, ou transformar matérias brutas de modo a torná-las consumíveis, ou ainda proteger contra as variações do ambiente. Todos esses objetos são manipulados e todos exercem ou sofrem modificações físicas, visíveis: consomem-se. De um outro lado estão os *semióforos*, *objetos que não têm utilidade*, no sentido que acaba de ser precisado, mas que representam o invisível, são *dotados de um significado*; não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura (Pomian, 1984, p. 71, grifos do autor).

Dada a característica fundamental de representarem o invisível, coisas convertidas em semióforos partilham de um estatuto diferenciado de valoração ou “regime de valor”. Destituídas das funções para as quais foram criadas, são submetidas a processos de conservação, são restauradas, expostas ao olhar e mantidas sob controle ambiental, de modo a minimizar os efeitos de deterioração.

Nesse sentido, “coisas” úteis e de uso comum tornam-se “objetos” – são “objetificadas” – e preservadas em razão da iminência da “perda” e do desaparecimento, fatores que fundamentam as políticas e os processos de preservação dos patrimônios culturais de modo geral. Nos museus, instituições de colecionamento e guarda por excelência, os objetos ingressam mediante critérios de seleção institucionalmente estabelecidos, em conformidade com as políticas de acervo e aquisição. São musealizados, ou seja, submetidos a processos de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposições e ações educativas).

No entanto, é necessário retroceder um pouco para examinar as condições, os trânsitos ou os processos de valoração que possibilitam a incorporação de coisas de uso comum em coleções. Como sabemos, os objetos não possuem valor intrínseco; é apenas por meio de processos de atribuição que eles ganham ou até perdem valor. De acordo com Gonçalves (2007):

O deslocamento dos objetos materiais para os espaços de coleções privadas ou públicas ou para museus (por exemplo, na condição de ‘objetos etnográficos’ ou ‘arte primitiva’) pressupõe evidentemente a sua circulação

anterior e posterior em outras esferas. Antes de chegarem à condição de objetos de coleção ou de objetos de museu, foram objetos de uso cotidiano, foram mercadorias, dádivas ou objetos sagrados (Gonçalves, 2007, p. 24).

Assim, interessa compreender as formas de circulação dos objetos que os permitem adentrar em diferentes esferas de valoração ou, como denominou Appadurai (2008), “regimes de valor”; demonstrando que as coisas possuem uma “vida social” e que, portanto, é possível apreender suas “biografias culturais” (Kopytoff, 2008).

Refletir acerca dos processos de atribuição de valores diferenciados a coisas e a bens culturais de naturezas distintas consiste em um dos objetivos da etnografia sobre a Feira da Marreta. O intuito é verificar em que medida as coisas transacionadas na feira podem ser correlacionadas à noção de coleção apresentada por Pomian (1984), tendo em vista a análise dos processos de desfuncionalização e ressignificação dos objetos materiais nesse contexto, conforme assinalado na introdução. Precisamente porque, tal como afirmado por Fabian (2010), não se deve ignorar a temporalidade do mercado que afeta as “histórias de vida” e os “itinerários” das coleções (Fabian, 2010, p. 67).

Ao debater sobre os “atos de colecionar” e sua repercussão no trabalho etnográfico, o autor destaca que “a comodificação de objetos” pode ser considerada “não tanto o resultado dos atos de colecionar, mas seu pré-requisito” (Fabian, 2010, p. 67) e, portanto, deve ser encarada como um problema epistemológico a ser enfrentado. Não obstante sua discussão aludir à negociação e à comercialização de objetos mantidos em museus, a tomamos aqui como ponto de partida para a compreensão de que, uma vez convertidos em semióforos, os “objetos de coleção” não estão completamente a salvo de retornarem à condição de “coisas” e a reintegrarem os circuitos das atividades econômicas. Pode acontecer, como exemplificado por Pomian (1984), de:

Objetos considerados semióforos por um grupo, e, portanto, mantidos fora do circuito das atividades econômicas, podem ser vistos por um outro grupo, no quadro de uma mesma sociedade, como valores de uso virtuais, o que leva os membros deste último grupo a tentar reinseri-los no circuito, se necessário pelo roubo ou pelo saque (Pomian, 1984, p. 73).

Por outro lado, entende-se que a condição de mercadoria é apenas uma fase na “vida social” das coisas. Estas, por sua vez, são suscetíveis a processos de “singularização” (Kopytoff, 2008) pelos quais são retiradas da esfera mercantil, evidenciando-se os seus significados: tornam-se “objetos” no sentido demonstrado por Pomian (1984).

## 1.2 Objetos e coisas

Ao evocar o conceito de coleção apresentado por Pomian (1984), definido como sendo quaisquer conjuntos de objetos expostos ao olhar, mantidos fora dos circuitos das atividades econômicas e submetidos a uma proteção especial, sejam eles coleções particulares ou de museus, pretende-se ir além e compreender os trânsitos e os percursos das coisas que permitem que elas possam integrar coleções. De acordo com Gonçalves (2007),

Na medida em que os objetos materiais circulam permanentemente na vida social, importa acompanhar descritiva e analiticamente seus deslocamentos e suas transformações (ou reclassificações) através dos diversos contextos sociais e simbólicos: sejam as trocas mercantis, sejam as trocas cerimoniais, sejam aqueles espaços institucionais e discursivos tais como as coleções, os museus e os chamados patrimônios culturais (Gonçalves, 2007, p. 15).

A par das considerações de Pomian (1984) acerca da distinção entre semióforos (objetos de coleção) e coisas (objetos úteis), e da variação da atribuição de valor a que estão sujeitos, é possível notar a existência de uma outra categoria: a dos objetos considerados “desperdícios”. Ao classificar os objetos materiais entre aqueles detentores de significado ou de utilidade, afirmando que “para que um valor possa ser atribuído a um objeto por um grupo ou por um indivíduo, é necessário e suficiente que esse objeto seja útil ou que seja carregado de significado”, considera, entretanto, a presença de “objetos que não reúnem nem a primeira nem a segunda destas condições”. Privados de valor, já não são objetos, “são desperdícios” (Pomian, 1984, p. 72).

A divisão que propõe entre objetos úteis e significantes, exclui, conseqüentemente, as ocorrências da perda de valor, visto que “nenhum objeto é ao mesmo tempo e para um mesmo observador uma coisa e um semióforo”. Todavia, elucida a concorrência existente na escolha entre a utilidade e o significado, já que “quanto mais carga de significado tem um objeto, menos utilidade tem, e vice-versa” (Pomian, 1984, p. 72). Dessa forma, é possível questionar: como interpretar a situação de “liminaridade” desses chamados “desperdícios”, que, destituídos de valor simbólico e de uso, retornam ao circuito das atividades humanas que conferem valor aos objetos materiais?

Ingold (2012) considera que o mundo material não é constituído por objetos, mas por coisas. Ao criticar a noção de “objeto” e propor a retomada da noção de “coisa”, argumenta, com efeito, que habitamos um “ambiente sem objetos” (ASO), ao afirmar que:

Embora nós possamos *ocupar* um mundo repleto de objetos, para o ocupante os conteúdos do mundo parecem já se encontrar trancados em suas formas finais, fechados em si mesmos. É como se eles tivessem nos dado as costas. *Habitar* o mundo, pelo contrário, é se juntar ao processo de formação. E o mundo que se abre aos habitantes é fundamentalmente um *ambiente sem objetos* (Ingold, 2012, p. 31, grifos do autor).

Dessa forma, o autor entende que em um mundo onde só há objetos, as coisas foram contidas, sendo retiradas dos fluxos que as trazem à vida. Dito de outro modo, reduzir “coisas” a “objetos” é desconsiderar os elementos e os fluxos de materiais que se entrecruzam na formação do mundo material. Uma pedra, por exemplo, somente é um objeto se “nós a extrairmos do processo de erosão e deposição que a levou até aquele lugar, e lhe conferiu seu presente tamanho e forma” (Ingold, 2012, p. 29).

Assim, os “objetos” são entendidos como um fato consumado, estão mortos, inertes, encerrados em si, “oferecendo para nossa inspeção suas superfícies externas e congeladas” (Ingold, 2012, p. 29). As coisas, em contrapartida, não são contidas em si, possuem vida, se movem e se integram aos ciclos e dinâmicas da vida e do ambiente “precisamente porque não foram reduzidas ao estado de objeto” (Ingold, 2012, p. 34). Em suas palavras,

As coisas estão vivas, como já notei, porque elas vazam. A vida no ASO não é contida: ela é inerente às próprias circulações de materiais que continuamente dão origem à forma das coisas ainda que elas anunciem a sua dissolução (Ingold, 2012, p. 32).

Essas considerações vão de encontro ao modelo hilemórfico – e a vertentes dos estudos de cultura material – de se pensar a formação de coisas como sendo resultado da junção entre matéria (*hyle*) e forma (*morphé*). Sob essa perspectiva, o mundo material é interpretado em relação ao modo como a materialidade está envolvida e projetada nas ações humanas que lhes emprestam forma, função e significado. Segundo Ingold (2012), o próprio conceito de cultura material consiste em uma expressão do hilemorfismo matéria-forma, razão pela qual o autor intenta derrubar o modelo e substituí-lo “por uma ontologia que dê primazia aos processos de formação ao invés do produto final, e aos fluxos e transformações dos materiais ao invés dos estados de matéria” (Ingold, 2012, p. 26).

Podemos pressupor, por conseguinte, que as esferas descontínuas e ambíguas de valoração são inerentes às “coisas”, tal como entendidas por Ingold (2012). Assim, é nesse agregado de fios vitais, ou emaranhados, que as coisas, os desperdícios, os resíduos, os descartes etc., existem para além de “objetos úteis” ou “semióforos”: não são facilmente classificáveis. A essas noções adiciona-se a perspectiva sobre “os restos” apresentada por

Debary (2017), pela qual o autor compreende os resultados dos processos históricos e patrimoniais, além dos objetos de segunda mão que permitem às coisas uma segunda vida.

Em um mundo no qual prevalecem “objetos”, por outro lado, os fluxos vitais e os movimentos que permitem a sua circulação entre diferentes esferas de valoração são interrompidos, tal como ocorre na classificação dos patrimônios culturais, acervos museológicos ou objetos integrantes de coleção (semióforos). Relativamente ao semióforo, Pomian (1984) reconhece a sua “vida” anterior, afirmando que “embora tivessem um uso determinado, as peças de museu ou de coleção já não o tem” (Pomian, 1984, p. 51). Para tanto,

Tudo se passa como se não houvesse outra finalidade do que acumular os objetos para os expor ao olhar. Ainda que não tenham qualquer utilidade e nem sequer sirvam para decorar os interiores onde são expostos, as peças de coleção ou de museu são, todavia, rodeadas de cuidados. Para reduzir ao mínimo os efeitos corrosivos de fatores físico-químicos, submetem-se a um controlo atento variáveis tais como a luz, a umidade, a temperatura, a poluição do ar, etc.; restauram-se sempre que possível os objetos estragados; expõem-se os objetos de modo a que apenas seja possível vê-los e não tocá-los (Pomian, 1984, p. 52).

Estão mortos, nas acepções de Ingold (2012). Contudo, é justamente por habitarmos um ambiente formado por “coisas”, e não por “objetos” que, apesar de empregarem medidas para a sua estabilização (do ponto de vista da sua conservação), os objetos inevitavelmente se transformam, pois, “mesmo o mais resistente dos materiais não pode resistir para sempre aos efeitos da erosão e desgaste” (Ingold, 2012, p. 37).

Dessa forma, são colocadas em questão a inevitabilidade da perda, da destruição e a inexorabilidade do tempo que justificam, por toda parte, os “atos de colecionar” (Fabian, 2010). De acordo com Ingold (2012),

A sociedade moderna, é claro, tem aversão ao caos. Mas por mais que ela tenha tentado, através da engenharia, construir um mundo material à altura das suas expectativas – ou seja, um mundo de objetos discretos e bem ordenados –, suas aspirações são constantemente frustradas pela recusa da vida em ser contida (Ingold, 2012, p. 36-37).

Portanto, ao optarmos pela definição de “coisas” para a identificação dos objetos que são transacionados na Feira da Marreta, consideramos ainda as formas de classificação a que são sujeitas. Enquanto “desperdícios” (Pomian, 1984), não são objetos (nem úteis, nem simbólicos). Enquanto “coisas” (Ingold, 2012) podem ser pensadas na variedade de sentidos que podem obter quando apropriadas de diferentes maneiras. É somente percorrendo os

itinerários dessas coisas que se poderá compreender os processos de seleção envolvidos nos atos da recolha do lixo, quem as vende ou troca, os sujeitos que as consomem e por qual motivação, se são úteis, se representam, se passam a integrar coleções, se são presenteadas, entre outras infundáveis possibilidades que as atribuições de valores lhes autorizam.

Outra perspectiva apresentada por Debary (2017) permite-nos pensar sobre os objetos como “restos” ou como “aquilo que resiste ao desaparecimento”. Em seu trabalho sobre a criação do Ecomuseu<sup>12</sup> do *Creusot Montceau-les-Mines*, envolvendo a forma como a cidade converteu seu passado industrial em patrimônio, o autor reflete sobre objetos que “ultrapassam os limites de seus usos originais [...] retornando a habitar o presente” (Debary, 2017, p. 18). Ao narrar suas experiências de campo a respeito da triagem do lixo doméstico na cidade, o antropólogo diz ter sido provocado a pensar sobre os “dejetos” e o modo como estão relacionados a uma lógica circulatória igualmente reconhecida no campo dos museus e do patrimônio. Em seu entendimento, “se abordarmos a questão da reciclagem dos resíduos de maneira simétrica à do patrimônio, podemos considerar que ambas colocam o problema do tratamento dos restos da História” (Debary, 2017, p. 35).

Enfim, as abordagens ora apresentadas auxiliam na compreensão do circuito social das coisas e no modo como transitam em diferentes esferas de valor pelas quais são ressignificadas. Eventualmente destituídas das funções para as quais foram criadas, determinadas formas são menos importantes do que os usos que se fazem delas. Na Feira da Marreta, por exemplo, coisas de diferentes tipos e materiais (refrigeradores, bicicletas, cadeiras, quadros, vasilhames, cinzeiros, motores, aparelhos eletrônicos, brinquedos etc.) são reinseridas nos circuitos mercantis, não obedecendo necessariamente a um único sistema de classificação. Ao serem reintroduzidas e reutilizadas, pode acontecer de mudarem substancialmente de estatuto. Tal como constatado por Ingold (2012): “onde quer que olhemos, os materiais ativos da vida estão vencendo a mão morta da materialidade que tenta tolhê-los (Ingold, 2012, p. 37). É dessa forma que podemos observar as coisas que, retiradas do lixo, voltam à vida no contexto da Feira da Marreta.

---

<sup>12</sup> O termo “ecomuseu” surgiu no contexto das reflexões que deram origem ao movimento da Nova Museologia. Foi anunciado publicamente pela primeira vez em 1971, mas sua elaboração é atribuída à Hugues de Varine, ainda que seu esboço seja relacionado à Georges Henri Rivière. Condiz com uma percepção sistêmica de museu que integra a participação da comunidade. Do mesmo modo, exprime uma ampliação dos vértices da relação estabelecida entre edifício, coleção e público para território, patrimônio e sociedade. Outros termos como museu comunitário e museu de vizinhança, também condizem com a experimentação de modelos e processos museais derivados da Nova Museologia, que, de modo geral, rompem com a ideia de colecionismo para a afirmação de uma Museologia de caráter social (Duarte Cândido, 2003).

Ao colocar em evidência objetos provenientes de descartes, obsoletos, considerados velhos, trecos, quinquilharias, em desuso, mas que são recolhidos, selecionados, expostos, reaproveitados e reinseridos no circuito das trocas econômicas, estamos tomando-os por coisas, não exatamente classificáveis, mas que de modo distinto retornam à vida frequentemente com funções e significados diferentes dos quais foram criados, tecendo, à sua maneira, a malha do mundo material, conforme demonstrado por Ingold (2012). Seu retorno ao mercado, segundo Debary (2017), “caracteriza a lógica circulatória de objetos qualificados como de ‘segunda mão’” (Debary, 2017, p. 38).

Assim, é por meio da compreensão da ambiguidade de valoração dos objetos materiais que a presente pesquisa sobre a biografia cultural da Feira da Marreta examina o percurso das coisas transacionadas no local, a fim de construir os circuitos que atravessam e que permitem a incorporação ou perda de determinado valor.

Em grande medida, este estudo se vincula aos objetivos do projeto de pesquisa<sup>13</sup> denominado “Os sentidos, os tempos e os destinos das coisas”, atendendo a uma demanda de “investigação empírica do percurso ou biografia de exemplares da cultura material”, com o objetivo de “contribuir para os estudos de cultura material a partir de olhares interdisciplinares ancorados, especialmente, na Arqueologia, na Museologia, na Antropologia e na História” (Duarte Cândido, 2016, 2017).

### **1.3 Objetos e representação**

A maneira de compreender o mundo material como formado por coisas e não por objetos, restaurando a noção de vida em um universo dado como inerte, estático e morto, de Ingold (2012), condiz com um movimento denominado “virada ontológica” na Antropologia.

Tais abordagens, oriundas de uma crítica à perspectiva antropocêntrica das teorias sociais, levaram a cabo a inserção de elementos materiais e imateriais – não humanos – nas interpretações antropológicas, reconhecendo o papel que esses elementos desempenham na organização e na transformação das relações sociais, da mesma forma em que evitam hierarquias tradicionais que privilegiam a agência humana, conferindo especial atenção aos objetos.

Sob esse ponto de vista, os objetos materiais, assim como os sujeitos, são dotados de potencial de agência e igualmente induzem a ação, desestabilizando, por conseguinte,

---

<sup>13</sup> Projeto de pesquisa denominado “Os sentidos, os tempos e os destinos das coisas: abordagens interdisciplinares sobre cultura material”, coordenado pela professora Dra. Manuelina Maria Duarte Cândido.

dicotomias tradicionais baseadas, por exemplo, na oposição entre natureza e cultura, sujeito e objeto, materialidade e imaterialidade.

De acordo com Miller (2013), “as coisas fazem as pessoas tanto quanto as pessoas fazem as coisas” (Miller, 2013, p. 200). É por essa razão que a análise dos objetos sob um ponto de vista exclusivamente da representação tem sido alvo de críticas, visto como insuficiente para a construção de uma teoria que dê conta da explicação da relação que se estabelece entre sujeitos e objetos. Segundo Miller (2013), mais do que analisar a forma como pessoas constroem coisas que lhes possam ser úteis e que, por conseguinte, passam a representá-las em seus usos individuais ou coletivos, é necessário seguir em direção a uma teoria que explique como as coisas fazem as pessoas.

Ao realizar um estudo sobre a indumentária, Miller (2013) questiona a capacidade dos objetos de nos representar, afirmando que roupas e coisas fazem mais do que representar pessoas; sobretudo, as constituem (Miller, 2013, p. 37). Nessa perspectiva, que posiciona os estudos de cultura material como centrais para a interpretação das diferenças, torna-se necessário considerar o estudo da materialidade de modo não superficial, como poderiam sugerir as análises das atuais formas de consumo e obsolescência, mas compreendendo a complexidade e a potencialidade das coisas em mediar e determinar formas de relações culturais, subjetividades e intersubjetividades. Isso se dá não somente nas sociedades industriais, como afirma Miller (2013), em que a vultuosidade dos objetos de consumo forma uma comunidade de consumidores compulsivos, mas é perceptível em organizações não monetárias e não industriais, cujas coisas transacionadas foram, e continuam a ser, objetos de estudo da Antropologia Social. Nesse sentido, Miller considera ainda que “a melhor maneira de entender, transmitir e apreciar nossa humanidade é dar atenção à nossa materialidade fundamental” (Miller, 2013, p. 10).

Sob essa lógica, propõe uma “teoria dos trecos”, que amplia os horizontes da cultura material num movimento recíproco, em que pessoas e objetos se transformam mutuamente. Em suas palavras: “os objetos nos fazem como parte do processo pelo qual os fazemos” (Miller, 2013, p. 92). Dessa forma, é possível notar o modo como o conceito de representação utilizado nos estudos de cultura material tem sido desestabilizado em direção a uma ontologia orientada aos objetos.

Em “A imaterialidade do material, a agência dos objetos ou as coisas vivas: a inserção de elementos inanimados na teoria social”, Fabiana Merencio (2013) discorre sobre algumas perspectivas teóricas orientadas para a prática, que incluem a agência dos objetos na

rede de relações sociais. Segundo a autora, no final da década de 1970, algumas abordagens<sup>14</sup> visaram superar a dicotomia estabelecida entre estrutura e agente ao reinserir o sujeito/indivíduo na teoria social, considerando que “a reprodução e a transformação são resultados da ação humana” (Merencio, 2013, p. 184). Contudo, tais perspectivas, embora evidenciem o potencial de agência dos sujeitos frente às estruturas, não incluem os “demais elementos que compõem a rede de relações sociais pelo fato de serem considerados não humanos, não sujeitos” (Merencio, 2013, p. 186), o que implica na manutenção da ideia de que elementos materiais e imateriais não possuem poder de motivação. Nas palavras de Merencio (2013),

Não levar em conta a agência dos objetos, principalmente se se considerar a grande presença destes em nossas relações, não só na atualidade, como também no passado, é eliminar e obscurecer uma grande parcela do entendimento das motivações e ações nossas e dos demais (Merencio, 2013, p. 187).

À vista disso, demonstra que a entrada em cena dos “objetos como agentes” ocorre a partir dos trabalhos de autores como Bruno Latour (2012) e Tim Ingold (2012). Não obstante os referidos autores apresentarem perspectivas um tanto diferentes sobre a ideia de agência, ambos se orientam a partir das chamadas ontologias dirigidas aos objetos em oposição a uma visão representacionista da cultura. Nessa versão, os objetos materiais são reduzidos a modelos explicativos segundo os quais as diferenças culturais derivam de tipos diferentes de representações simbólicas, ou seja, as coisas não são distintas, apenas são representadas de formas distintas. De acordo com Miller (2013), nessa abordagem semiótica se considera que “a melhor maneira de avaliar o papel dos objetos era considerá-los signos e símbolos que nos representam” (Miller, 2013, p. 21), e não observar as coisas em si mesmas.

Conforme dito anteriormente, essa discussão se localiza, de modo geral, no que é denominado como virada ontológica na Antropologia, em que uma nova perspectiva a respeito das diferenças culturais é proposta em razão do estrangulamento da noção de multiculturalismo. Pensar em termos de ontologias é considerar a existência efetiva de diversas realidades e formas de vida. Assim, a variação perceptiva é vista em termos ecológicos, e não relativa às representações simbólicas.

Pensar em termos de ontologia, e não de representação, permite, portanto, aprofundar as reflexões acerca da relação que se estabelece entre sujeitos e objetos, vinculação

---

<sup>14</sup> A autora menciona as seguintes obras: BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, p. 46-81, 1994. / SAHLINS, Marshall. **Metáforas Históricas e Realidades Míticas: estrutura nos primórdios do reino das ilhas Sandwich**. Tradução de: FREHSE, Fraya. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

que está implícita nos estudos de patrimônio cultural e museus. Para a Museologia, que é definida enquanto disciplina dedicada a (1) “identificar e analisar o comportamento individual e/ou coletivo do homem frente ao seu patrimônio” e (2) “desenvolver processos técnicos e científicos para que, a partir dessa relação, o patrimônio seja transformado em herança e contribua para a construção das identidades” (Bruno, 1996, p. 10), tais considerações são proveitosas, pois abrem caminho para o aprimoramento do trabalho da museografia<sup>15</sup> e, portanto, da representação em museus. Ademais, em se tratando do estudo do “fato museal” e este envolvendo de modo especial a atribuição de sentido aos objetos, entendemos, a partir de Chagas (1994), que “o campo de estudos da Museologia não está restrito aos museus e aos objetos musealizados, mas abrange a relação homem-realidade mediatizada pelos bens culturais” (Chagas, 1994, p. 54).

A comunicação patrimonial efetivada pelos museus por meio da elaboração de exposições museológicas (expografia) e oferta de ações educativas, deve considerar os detentores dos bens culturais musealizados. Como vimos a partir das ponderações de Pomian (1984), objetos convertidos em itens de coleções ganham um novo estatuto de semióforos, que não raro geram dissensos e conflitos em torno da apropriação, representação e “ressonância” (Gonçalves, 2007) dos patrimônios culturais. É por essa razão que, cada vez mais, a prática museológica tem sido realizada de forma colaborativa e compartilhada entre profissionais de museus e comunidades representadas, como forma de garantir a ética e o respeito diante de acervos que podem afetar sensibilidades.

Depreende-se, portanto, que, ao falarmos em ontologias dos objetos, podemos direcionar um olhar para os contextos e os significados originais das coisas, imprimindo no trabalho de representação realizado, por exemplo, pelas instituições museológicas, as percepções e perspectivas êmicas ou nativas acerca dos objetos materiais. É dessa forma que almejamos, a partir do estudo da circulação dos objetos no meio social, contribuir particularmente para os estudos de museus e políticas de patrimônio.

---

<sup>15</sup> O termo “museografia” designa o aspecto prático da Museologia, ou seja, “o conjunto de técnicas desenvolvidas para preencher as funções museais, e particularmente aquilo que concerne à administração do museu, à conservação, à restauração, à segurança e à exposição” (Desvallées; Mairesse, 2013, p. 58).

## Capítulo 2. Feira livre, uma categoria de análise

*Os territórios de quilombos onde as cidades estão são lugares onde deveria acontecer feiras, mas não apenas como as lojas onde você compra e depois vai embora. Feiras no entendimento de como elas são feitas na Caatinga ou no Sertão, onde a maioria das pessoas chega de manhã e só vai embora no final do dia. Há os que compram, os que vendem, os que emprestam, os que trocam e aqueles que vão só para ter notícias da comunidade, encontrar amigos e tomar uma cachaça.*

(Antônio Bispo dos Santos, 2023)

Em termos patrimoniais, feiras e mercados constituem lugares diferenciados, onde se concretizam e se reproduzem práticas culturais coletivas que contribuem sobremaneira para a construção dos “sentidos de pertencimento, memória e identidade” (Iphan, 2014) de determinada sociedade. Por essa razão, esses espaços são considerados no âmbito das classificações dos patrimônios culturais e passíveis de inscrição, por exemplo, no *Livro de Registro dos Lugares dos Bens Culturais de Natureza Imaterial* do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Da mesma forma, refletem processos produtivos de circulação e consumo de bens e suas respectivas dinâmicas interativas em contextos específicos, o que tem gerado um crescente interesse de análises antropológicas dedicadas ao tema. Reflexo disso é o Grupo de Trabalho (GT) denominado “Feiras, Mercados, Capitais e Potencialidades” que, durante a 31ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), realizada em 2018, concentrou tais discussões, demonstrando a relevância do tema em produções recentes na Antropologia. Naquele contexto, o intuito foi reunir pesquisas que contribuíssem para o estabelecimento de ferramentas teórico-metodológicas para refletir sobre as feiras enquanto “lugares de mercados variados em que muitos capitais circulam (econômico, cultural, político, de conhecimento e outros) e nos quais muitas dinâmicas se processam simultaneamente, fazendo deste um espaço repleto de significados e potencialidades” (RBA, 2018).

Por outro lado, etnografias e estudos de caso avançam no sentido de percorrer a trajetória biográfica de objetos materiais, através da qual é possível apreender não somente os diferentes contextos sociais em que a relação entre sujeitos e objetos é estabelecida, mas também as formas específicas de subjetividades individuais e coletivas constituídas em torno deles (Gonçalves, 2007, p. 8), contribuindo para o delineamento de um campo de investigação cada vez mais profícuo para a Antropologia, nomeadamente a “antropologia dos objetos” (Gonçalves, 2007).

No que se refere ao estudo em questão, a Feira da Marreta não é vista unicamente como um espaço destinado à exposição, circulação, comercialização e consumo de objetos materiais; mas também como um “lugar” socialmente construído por meio das dinâmicas urbanas de ocupação dos espaços públicos que lhe conferem sentidos diferenciados ancorados nas noções de pertencimento, interação, sociabilidade, práticas culturais, lazer, trabalho, bem como nas diversas modalidades de afeto que podem ser desenvolvidas a partir da experiência de visitação e convívio nesse ambiente.

Ao realizarem um levantamento abrangente e sistemático da produção técnica e científica relativa às feiras livres no Brasil, Araujo e Ribeiro (2018) demonstraram que a sua importância transcende o abastecimento de produtos, a geração de renda e o incremento do comércio urbano. Compreendidas como um fenômeno social, econômico e cultural que, no Brasil, remonta ao período colonial, os autores destacam o modo como são tematizadas em diversas manifestações artísticas, despontando em canções, na literatura e no cinema, permeando, de forma bastante significativa, o universo cultural brasileiro<sup>16</sup>.

Do ponto de vista da produção acadêmica, os autores notaram que a maior parte dos estudos sobre feiras está concentrada nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, tratando das estratégias de comercialização, trabalho e geração de renda por meio de abordagens que problematizam os espaços, as relações comerciais e as características das feiras, seguidos de pesquisas nas Ciências Humanas que analisam as feiras a partir da interação entre feirantes e frequentadores, além de questões culturais e estudos de memória. Sobre as regiões, afirmam que 44,47 % desses estudos são relativos a feiras localizadas no Nordeste, 18,89% no Sudeste, 13,37% no Sul e, finalmente, 10,37% da região Centro-Oeste (Araujo; Ribeiro, 2018, p. 564).

Esse levantamento bibliográfico também nos auxilia na tarefa de tipificação das feiras, visto que demonstra a sua grande diversidade de acordo com as especificidades regionais que influenciam tanto no gênero de produtos comercializados quanto nas estratégias de vendas e relações sociais envolvidas nesses processos. À vista disso, metodologicamente agrupam as feiras quanto aos feirantes, quanto aos tipos de feiras, quanto às técnicas usadas na fabricação dos produtos, quanto aos setores e às trocas.

---

<sup>16</sup> Em breve referência sobre a presença das feiras na produção audiovisual e literária brasileiras, os autores mencionam as canções: “Feira de Caruaru” (1957), de Luiz Gonzaga, “Feira de Mangaio” (1978), de Sivuca, “O Pedido” (1982), de Elomar, e os filmes “Deus e o diabo na terra do sol” (1964), de Glauber Rocha, “A Grande Feira” (1961), de Roberto Pires, além dos romances “Alexandre e outros heróis”, de Graciliano Ramos, “Terra de Caruaru”, de José Condé, “Doidinho”, de José Lins do Rêgo, “Gabriela cravo e canela” e “A morte e a morte de Quincas Berro D’Água”, de Jorge Amado.

No que diz respeito aos feirantes, os autores atentam para a existência de diferentes denominações, não obstante a presença de traços semelhantes em suas atividades: são reconhecidos os feirantes “convencionais” ou “tradicionais”, feirantes “produtores”, feirantes “comerciantes”, “intermediários” ou “mercadores”, e ainda aqueles que se identificam com os produtos comercializados, como os “raizeiros”, “peixeiros”, “açougueiros” etc. Pertencem igualmente à categoria de feirantes os vendedores ambulantes, os seguranças, os carregadores e os artistas que frequentemente atuam nas feiras, apresentando as mais diversas manifestações culturais.

Para a análise do fenômeno das feiras livres, ainda são consideradas nas pesquisas arroladas questões de gênero que atravessam a modalidade de trabalho dos feirantes, havendo muitos estudos que identificam a prevalência masculina nesses espaços, tendo as mulheres um trabalho considerado secundário. Um exemplo é o dossiê da Feira de Caruaru (PE), que identifica algumas áreas da feira marcadas, principalmente, por redes de sociabilidade entre a população masculina (Iphan, 2009, p. 66).

Sobre a geração de renda e a economia local, observam a importância das feiras especialmente para os produtores rurais, representando a principal fonte de receitas – ainda que não muito expressivas – na maior parte dos estudos de caso referenciados. Fatores como sazonalidade, concorrência, negociação e tipos de mercadorias influem diretamente na flutuação dos preços e, conseqüentemente, nas margens de rentabilidade. Somados a esses fatores, ainda há a interferência de técnicas de vendas consolidadas no ambiente das feiras, consideradas como um conjunto de habilidades que vão desde a montagem e organização das bancas até a divulgação dos produtos, o anúncio dos preços, as opções de pagamento, as formas de comunicação e interação com os fregueses, entre outros.

Todos esses aspectos levantados denotam a importância econômica e social das feiras e a sua inserção nos chamados “circuitos curtos” (Cepal, 2014) de comercialização, que beneficiam, ao mesmo tempo, produtores, comerciantes e consumidores ao viabilizarem uma relação mais estreita entre eles. Por outro lado, são consideradas no interior dos chamados “circuitos inferiores” (Porto, 2005; Sato, 2007) da economia, atuando paralelamente na concorrência da oferta de produtos junto às redes de super e hipermercados, atendendo consumidores de menor poder aquisitivo, ou mesmo consistindo em alternativas para aqueles que buscam romper com as formas hegemônicas de comércio.

A ideia de “circuito inferior” da economia é apresentada por Milton Santos (1979) para explicar a formação do espaço urbano nos países subdesenvolvidos e o modo como opera a diferenciação das áreas de produção, distribuição e consumo das mercadorias, gerando, dessa forma, dois circuitos econômicos: o “circuito superior”, ligado ao progresso tecnológico e

composto por atividades relacionadas à indústria de exportação, ao comércio atacadista, aos bancos e às transportadoras; e o “circuito inferior”, que compreende as atividades tradicionais de produção, ligadas ao artesanato, ao comércio de varejo e à prestação de serviços voltados para a economia local (Britto, 2017; Porto, 2005).

Segundo Leny Sato (2007), esse circuito também é marcado pelo trabalho intensivo e pouco qualificado, pela ausência de tecnologia sofisticada, pela precariedade nos vínculos de trabalho e de proteção social, além de se destinar, sobretudo, às “camadas médias” e “populares”, tendo em vista a garantia da sobrevivência (Sato, 2007, p. 96). Apesar disso, a autora observa que as diferentes atividades desenvolvidas pelos respectivos circuitos, superior e inferior, convivem e se influenciam mutuamente, podendo as feiras comercializar produtos industrializados fornecidos por grandes atacadistas, enquanto os hipermercados visam atrair novos clientes por meio da reprodução da “estética” da feira livre.

Outra definição derivada dos estudos sobre os circuitos da economia considera as feiras como uma “modalidade periódica de comércio varejista” (Mascarenhas, 1992). A feira se diferencia dos mercados “diários”, “periódicos” e “especiais”, segundo Bromley (1980), por ser uma instituição incomum e multifuncional que atende diferentes públicos, oriundos de diferentes localidades, e por oferecer uma grande variedade de produtos; ao contrário do mercado formal, que é considerado uma instituição mercantil normal e unifuncional, restrita à área local e imediata do centro de mercado (Bromley, 1980, p. 650).

De modo geral, as feiras são compreendidas como espaços de intensa sociabilidade que viabilizam trocas materiais e simbólicas construídas em torno da ocupação do espaço urbano, da organização do trabalho, da interação, do lazer e do consumo. Entretanto, Araujo e Ribeiro (2018) concluem que, não obstante os estudos existentes demonstrarem a riqueza cultural e econômica das feiras em “alimentarem a população, fortalecerem a identidade cultural, vitalizarem circuitos próximos de troca e manterem forte repercussão na pegada ecológica dos alimentos” (Araujo, Ribeiro, 2018, p. 578), ainda são insuficientes os programas públicos que visam ao fomento e à valorização das feiras livres. Ações que favorecem a mobilidade e o transporte de mercadorias, o incentivo e a melhoria dos sistemas produtivos locais, o financiamento, a capacitação e a qualificação de profissionais, entre outras, são consideradas tímidas em relação à diversidade, importância e extensão das feiras no Brasil.

Em face dessa vasta bibliografia, o exame das feiras será continuamente pormenorizado ao longo desta pesquisa, considerando os aspectos que contribuem analítica e metodologicamente para se pensar sobre a Feira da Marreta, tomada presentemente como objeto de estudo. Embora as pesquisas arroladas tratem das chamadas feiras livres quase sempre

associadas ao comércio de hortifrutigranjeiros e, portanto, ao abastecimento de víveres na garantia da soberania e segurança alimentares, elas podem ser tipificadas de modo geral como espaços marcados pela informalidade: a feira é livre, pois determinados protocolos são quebrados. Seu funcionamento, segundo Sato (2007, 2009), segue regras constantemente recriadas a partir do cotidiano e da vivência nesses espaços. Ao narrar sua pesquisa na Feira da Caixa D'Água, localizada na Vila Mariana, na cidade de São Paulo, a autora afirma que:

Na feira livre as coisas funcionam ao mesmo tempo de forma previsível e de forma inesperada a cada dia. Respeitam-se e questionam-se regras já existentes e criam-se novas. Verifiquei que cada situação enfrentada exige que novos procedimentos e regras sejam criados. Há regras válidas para determinadas feiras, ou para uma feira, que não podem ser generalizadas. É na convivência diária entre feirantes e freguesas que elas são construídas ou modificadas (Sato, 2009, p. 236).

Nesse sentido, também constituem palcos onde o espaço público é habitado de modo diferenciado: “a configuração e os usos habituais dos logradouros nos quais as feiras se instalam são transformados em outra coisa” (Sato, 2007, p. 97). Outro fator frequentemente associado à origem dessa nomenclatura refere-se à ausência de pagamento de impostos à administração pública. A feira é livre pois está livre de impostos (Giannecchini, Azevedo, Botelho, 2007), qualificando, mais uma vez, o trabalho e o comércio realizados na feira como informal em relação ao mercado fixo organizado de maneira mais burocrática. Algumas pesquisas, porém, têm registrado casos em que a cobrança de impostos somada à fiscalização visa ao controle e à fixação de normas de conduta nos espaços das feiras (Santos, 2013).

A origem das feiras livres é certamente antiga. Segundo Mascarenhas (1992), feiras são um fenômeno universal que se estende no tempo e no espaço (Mascarenhas, 1992, p. 96). No entanto, sua gênese é invariavelmente associada à intensificação das atividades comerciais na Europa durante a transição da Idade Média para a Idade Moderna. A geração de excedentes, ocasionada pelo emprego de técnicas avançadas de produção agrícola, impulsionou o desenvolvimento do comércio, considerado responsável, inclusive, pelo surgimento e crescimento de cidades europeias.

Ao tratar do surgimento das feiras no Brasil, Santos (2014) demonstra que, embora as atividades desenvolvidas nesses espaços sejam comumente consideradas semelhantes às engendradas na Europa, no Oriente e nas Américas Central e do Sul, as origens das feiras livres são múltiplas e correspondem aos contextos, temporalidades e particularidades em que são concebidas. Considerando o renascimento comercial um fator determinante para o

aparecimento das feiras na Europa, o autor afirma que essas atividades foram intensificadas e disseminadas à medida em que as práticas mercantis foram expandidas em direção a outros centros comerciais, por exemplo, no Oriente. Surgidas do comércio realizado em frente aos grandes templos religiosos, as feiras no Oriente semelhantemente contribuíram para o aparecimento e desenvolvimento de cidades e regiões comerciais, tal como ocorrido em diversas partes do mundo (Santos, 2014, p. 65).

Sobre o contexto da origem das feiras em diferentes países da América Latina, Mott (2023) apresenta duas situações em que elas surgem: o caso de países como o México e a Guatemala, onde já se realizavam transações comerciais em praças e espaços públicos antes da colonização; e o Brasil que, tal como na maioria dos países latino-americanos, as feiras consistiram em uma “inovação que era desconhecida da população nativa” (Mott, 2023, p. 82).

Em todo caso, é importante notar, conforme assinalado por ambos os autores, que as práticas, transações e trocas mercantis precedem os processos e os contextos históricos e culturais que favoreceram o surgimento das feiras na forma como são atualmente conhecidas. Nas palavras de Santos:

As feiras livres, até então não conhecidas com esta nomenclatura, mas sim enquanto momento em que as relações são direcionadas para trocas em decorrência das necessidades humanas, de produtos, objetos ou serviços, se faz presente no modo de vida de pessoas em sociedades em escalas distintas de desenvolvimento social, econômico e comercial (Santos, 2014, p. 64).

Isto é, trata-se de práticas comerciais derivadas de situações de sociabilidade acentuada, nas quais as transações e trocas de objetos materiais foram organizadas em diferentes contextos, antes mesmo da consolidação das instituições econômicas e de mercado correntes na atualidade.

No Brasil, o surgimento das feiras remonta ao período colonial e, tal como no caso europeu, está relacionado à formação de povoados e vilas que, posteriormente, deram origem a diversas cidades, como Caruaru, em Pernambuco, e Campina Grande, na Paraíba, cujas feiras são, atualmente, consideradas patrimônios imateriais nacionais. No dossiê de 2006, ou relatório circunstanciado que trata da inscrição da Feira de Caruaru na lista de bens registrados pelo IPHAN, encontramos a afirmação de que “a cidade nasceu da Feira, e com a Feira” (Iphan, 2006, p. 10), existindo diferentes circunstâncias em que o desenvolvimento dos centros urbanos é marcado pela existência de uma feira, notadamente por acharem-se em rotas de comércio ou em posições geográficas propícias para tanto.

São inúmeras as análises que atestam que essa prática comercial foi introduzida como forma de manutenção das relações de mercado habituais na Europa (Mascarenhas, 1992; Santos, 2014), ou seja, uma prática colonizada no Brasil visando ao abastecimento de necessidades materiais até então prescindíveis. Nesse sentido, Santos (2014) afirma que as feiras constituem uma cultura comercial até então inexistente no Brasil. Em suas palavras:

A princípio, o suprimento das necessidades materiais, aparentemente difícil de alcançar, tendo em vista o choque cultural e tecnológico dos europeus com os moradores locais, era realizado por meio das relações de trocas envolvendo grupos indígenas distintos, definidas como trocas silenciosas, e em razão de suas características peculiares (Santos, 2014, p. 66).

O autor explica que o reconhecimento das feiras livres como prática comercial institucionalizada ocorreu no Brasil de forma gradual, devido ao desenvolvimento das cidades e à intensificação das relações de troca. Para Santos, “mesmo sendo uma realização no campo do trabalho e ocupação das ruas e praças da cidade de forma nova no cotidiano dos povos nativos, ganhou grande adesão e foi sendo inserida gradualmente em decorrência do desenvolvimento das vilas” (Santos, 2014, p. 66). Tomando como exemplo feiras existentes no Nordeste brasileiro, reitera que muitas delas surgiram em resposta às necessidades de consumo e abastecimento, especialmente como consequência do comércio de gado predominante na região em meados do século XVI, como as feiras de Caruaru e Campina Grande, mencionadas anteriormente.

Mascarenhas (1992), da mesma forma, associa o surgimento das feiras livres no Brasil à tradição cultural ibérica trazida durante o período colonial, destacando a relevância das “feiras de gado” para a formação de núcleos urbanos, sobretudo no Nordeste e no interior paulista (Mascarenhas, 1992, p. 96). Em seu estudo sobre “O lugar da feira livre na grande cidade capitalista”, o autor afirma que, no caso do Rio de Janeiro, “com a chegada da Família Real, novos hábitos alimentares se implantaram na cidade, aumentando e diversificando sensivelmente a demanda por abastecimento regular de gêneros alimentícios” (Mascarenhas, 1992, p. 100). Mott (2000), por sua vez, corrobora essa análise, afirmando que, diferentemente dos países onde a feira fazia parte da economia tradicional, no Brasil, “ela é uma instituição introduzida pelo colonizador português, habituado que estava, desde a Baixa Idade Média, a frequentar feiras de norte a sul do país” (Mott, 2000, p. 20-21).

Considerando a vasta definição e tipologia das feiras, Miranda (2009) apresentou um quadro baseado em estudos que as classificam segundo a sua abrangência geográfica, localização, região e tipo de comércio. O esquema que apresenta identifica feiras de tipo local,

regional, urbana e livre; localizadas em grandes ou pequenos centros urbanos; realizadas em zonas de transição e zonas típicas; bem como categorizadas por sua importância econômica de consumo, distribuição e abastecimento (Miranda, 2009, p. 35).

Como aspecto recorrente nas definições esquematizadas, o autor observa duas relações fundamentais independentemente do tipo de feira em questão: a relação “feira-cidade” e a relação “consumidor-produtor”. Tais aspectos, ligados ao espaço e às formas de sociabilidade, definem as feiras como “lugares onde ocorrem numerosas e abrangentes relações, que geram conseqüentemente outros tipos de influência como sociais e culturais, que conformarão este fenômeno urbano” (Miranda, 2009, p. 36). No que diz respeito aos modos de relação econômica, ressalta ainda que podem acontecer desde as formas mais “primitivas” de trocas até a mais moderna maneira de venda de produtos (Idem).

Partindo dessas características gerais identificadas na maior parte dos estudos levantados, consideramos, tal como demonstrado por Sato (2007), que:

Em termos metodológicos, qualquer feira livre poderia ser adotada para aprofundar o conhecimento sobre o seu cotidiano. Feiras diferentes em diferentes bairros exibirão feições também diferentes, pois elas se fazem com as características do lugar, adjetivando seus processos organizativos; porém suas feições substantivas podem ser apreendidas em qualquer uma delas (Sato, 2007, p. 97).

Com efeito, o entendimento das feiras de modo mais amplo, enquanto categoria para refletir sobre o ambiente em que ocorre a circulação dos objetos no meio social, faz-se bastante profícuo, visto que historicamente elas estão associadas ao surgimento das cidades e interferem de muitas maneiras nas formas de organização da vida social, seja pelo abastecimento de produtos essenciais e trocas mercantis, seja pelas formas de sociabilidade e lazer que viabilizam. A própria origem latina da palavra “feira” está associada a dias de descanso e a festas, não se restringindo à ideia de mercado, trabalho e atividades comerciais. Derivada do termo *feria*, significando dia santo ou feriado, a palavra remete a datas de celebrações religiosas, ocasião em que também ocorria o comércio de mercadorias. Em resumo, segundo Sato (2007), “feira significa festa”, e seu sentido no Brasil está atrelado às famosas feiras da Idade Média, onde se “reuniam mercadores dos diversos locais nas datas de festas religiosas, ocasiões nas quais os comerciantes faziam seus negócios” (Sato, 2007, p. 97).

Por conseguinte, o debate se estende na vereda do patrimônio cultural, em que santuários, praças, mercados e feiras são considerados “lugares” relevantes para a mediação de práticas culturais coletivas, participando na construção dos “sentidos de pertencimento,

memória e identidade dos grupos sociais” (Iphan, 2014), conforme assinalado anteriormente. Em virtude dessas particularidades, são eventualmente submetidos a ações de salvaguarda empreendidas, nesses casos, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Embora, como dito, atualmente a Feira da Marreta não esteja na mira das políticas de preservação regulamentadas pelos órgãos de proteção dos patrimônios culturais nas esferas federal, estadual ou municipal, pretende-se verificar em que medida ela dialoga com os critérios oficiais de atribuição de valor patrimonial a bens culturais. Considerando o crescente emprego das políticas de preservação, torna-se necessário refletir sobre as operações de seleção e salvaguarda de bens passíveis de patrimonialização e musealização, visando ao aprimoramento e à construção de práticas mais democráticas e decoloniais desses processos. Por outro lado, o exame da trajetória dos objetos materiais nesse ambiente, a partir de suas “biografias culturais”, permite uma compreensão mais apurada da relação que se estabelece entre os seres humanos e os objetos, das ambiguidades que eles adquirem no meio social, da importância que possuem nas relações sociais e de suas constantes reclassificações.

Em resumo, o entendimento de feiras e mercados enquanto “lugares” reverenciados como patrimônios contribui para o debate sobre a produção e preservação desses bens culturais, tendo como fundamento feiras já inventariadas e registradas pelo IPHAN, como a Feira de Caruaru (PE), inscrita em 2006, e a Feira de Campina Grande (PB), em 2017.

Logo, o exame de feiras congêneres à Feira da Marreta é considerado bastante oportuno, devido à recorrente incidência dessa modalidade de feira mundo afora, conhecidas como “mercado das pulgas”, “feira do troca”, “feira do rolo”, “feira da ladra” etc. Em geral, são feiras caracterizadas pela comercialização de objetos de segunda mão, muitas vezes rotos e com utilidade questionável, não se assemelhando aos objetos de desejo do consumo de massa. Outras vezes, esses objetos são classificados como relíquias ou antiguidades que, de modo distinto, acabam por estabelecer um público-alvo específico de consumidores.

Para tanto, durante o desenvolvimento da presente pesquisa, considerou-se a análise paralela de outras feiras capazes de iluminar o objeto de estudo em questão. O propósito foi investigar as peculiaridades dessas feiras em viabilizar uma “segunda vida” (Debary, 2017) para objetos que, anteriormente descartados, retornam ao circuito das atividades econômicas nesses lugares.

Essa análise também considera as formas de consumo estabelecidas frente à intensa obsolescência programada de produtos na atualidade, e o modo como esse gênero de feiras promove a recirculação e o reuso das coisas, dando vida a objetos outrora descartados, em desuso, considerados velhos, obsoletos, resíduos, lixos, quinquilharias, dados como “trechos e

troços” (Miller, 2013); tais como os já identificados na Feira da Marreta: “objetos esquecidos, curiosos, quebrados, estragados, rachados” (Debary, 2017, p. 40), aparelhos eletrônicos, utensílios domésticos, louças, vestuários, entre uma infinidade de coisas classificáveis de modos extremamente distintos.



Imagem 2: Feira da Marreta. Foto: Mana Rosa (2019).



Imagem 3: Feira da Marreta, por José Rosa, no início dos anos 2000.

Ocorre que as transações realizadas nesse ambiente não se enquadram nas categorias de comércio hegemônicas, visto que muitos dos objetos comercializados não possuem valor equiparado aos de mercado. Em contraste, é possível observar o quão a obsolescência dos objetos é fortemente estimulada por uma sociedade de consumo cada vez mais voraz, gerando resíduos em quantidade muito superior do que aquela que conseguimos processar. Refletir sobre uma “antropologia dos objetos”, portanto, implica também pensar sobre as modalidades de consumo, utilidade e descarte das coisas em um meio cultural complexo, incluindo o acúmulo desenfreado e as práticas de colecionamento geradas em âmbitos individuais, coletivos ou institucionais, como o caso dos museus e coleções.

Ao observarmos os “mercados de usados”, notamos também os traços, as lembranças e os sentidos que o trabalho coletivo da memória deposita nas coisas, conforme assinalado por Philippe Descola na introdução à obra de Octave Debary (2017), *Antropologia dos Restos: da lixeira ao museu*. Descola enfatiza que os resíduos, as peças de mercados de usados, os destroços, os restos, entre outras coisas que permanecem periféricas à vida cotidiana, revelam aspectos intencionais ou fortuitos da memória incorporada nos objetos, tão importantes quanto o que ocorre relativamente aos museus e aos monumentos (Descola, 2017, p. 6). É dessa forma que podemos proceder e incrementar a análise dos objetos que circulam na Feira da Marreta, compreendendo os seus circuitos sociais e os modos como transitam em diferentes esferas de valoração pelas quais são ressignificados. Eventualmente destituídos das funções originais para as quais foram criados, esses objetos incorporam novos sentidos ao atingirem uma “segunda vida” neste contexto.

## **2.1 Feiras e mercados como categoria patrimonial**

Conforme dito anteriormente, feiras e mercados constituem “lugares” considerados no interior das classificações dos patrimônios culturais e são entendidos como pontos focais da vida social de uma determinada localidade, onde também são criadas e reproduzidas práticas culturais que contribuem para a construção da memória, das identidades e dos sentidos de pertencimento de diferentes grupos sociais. São, portanto, patrimônios imateriais classificados e protegidos segundo os critérios estabelecidos pelas agências de preservação.

Na história do patrimônio cultural brasileiro, o instrumento que permite a inclusão de referências imateriais da cultura nas políticas de preservação, surgiu tardiamente com o decreto nº 3.551 promulgado em 2000 pelo IPHAN. Anterior a esse decreto, as ações de salvaguarda estiveram voltadas principalmente para bens materiais cuja proteção foi

institucionalizada mediante a adoção do instrumento de tombamento, em 1937, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN.

Segundo Arantes (2007), a salvaguarda do patrimônio imaterial foi impulsionada, em grande medida, pelo crescimento dos movimentos sociais em meados da década de 1980, que se mobilizavam em torno de questões ligadas aos direitos civis, à qualidade de vida urbana e à habitação. O autor destaca que, nesse contexto, as agências brasileiras de preservação enfrentaram um aumento nas demandas pelo reconhecimento e proteção das artes e dos ofícios praticados pelas classes populares, especialmente pelos povos afro-brasileiros e indígenas, como parte do patrimônio nacional. Embora a Constituição de 1988 já tivesse introduzido uma noção ampliada de patrimônio, consolidando uma abordagem democrática em relação aos direitos culturais e ambientais, foi apenas com a criação do instrumento de registro em 2000 que a proteção dos bens culturais imateriais se tornou efetiva, respondendo às novas demandas e reavaliando os valores e práticas do campo da preservação.

Após a promulgação do decreto nº 3.551 de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial do patrimônio cultural brasileiro, foi recomendada pelo Conselho Consultivo do órgão a inscrição de pelo menos um bem em cada um dos *Livros de Registro* (dos *Saberes*, das *Celebrações*, das *Formas de Expressão* e dos *Lugares*). Tal recomendação visava, à época, à consolidação da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), desenvolvida com o objetivo de subsidiar a identificação, a documentação e o registro de bens expressivos da diversidade cultural brasileira, sejam eles materiais ou imateriais.

Os procedimentos de trabalho estabelecidos em torno do INRC foram organizados e apresentados na publicação *Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação*, cuja elaboração é fruto de diversas iniciativas e experiências anteriores do IPHAN, tais como seminários, grupos de trabalho e processos piloto de inventários. Assim, o manual consiste em um material referencial para a aplicação da metodologia do inventário definida como “instrumento essencial para a identificação e documentação de bens culturais e, conseqüentemente, para as possibilidades de preservação desses bens” (Iphan, 2000, p. 8).

Um dos principais objetivos específicos da metodologia, de acordo com o manual do INRC, consiste em “subsidiar tecnicamente a identificação dos sentidos de identidade associados a edificações, lugares, celebrações, formas de expressão e ofícios, visando à produção de registros textuais e audiovisuais que sejam sensíveis aos aspectos dinâmicos e contextuais das realidades consideradas” (Iphan, 2000, p. 24).

Definidos em torno das etapas de “levantamento preliminar, identificação e documentação”, o processo de trabalho do inventário é organizado a partir da formação da

equipe profissional, consulta a fontes secundárias e a documentos oficiais, realização de entrevistas, registros fotográficos e audiovisuais, sistematização de dados coletados em campo e identificação de bens culturais passíveis de registro ou tombamento. Assim, o inventário possui como estratégia:

Focalizar dimensões concretamente apreensíveis da cultura: documentos escritos, audiovisuais, objetos, bem como depoimentos e narrativas orais que explicitem aspectos do que, para determinado grupo social, sejam as suas referências (Iphan, 2000, p. 30).

Assim, para a inscrição precursora no *Livro de Registro dos Lugares* foi indicada a Feira de Caruaru (PE), considerada um espaço em que se “concentram atividades e práticas diversas relacionadas à produção, à comercialização e ao consumo” e “onde se desenvolvem formas de sociabilidade e convivência” (Iphan, 2006, p. 9), qualidades que colaboram para a construção dos sentidos de “lugar”. Nesta categoria “lugares”, de acordo com o referido parecer, enquadram-se:

Sítios naturais, espaços urbanos e outros, construídos ou não, que independentemente de possuírem valor arquitetônico, urbanístico, estético ou paisagístico constituem ‘pontos focais’ da vida de um grupo ou localidade, dando suporte ou abrigando práticas sociais e atividades coletivas que são importantes para os contextos locais ou territoriais onde se localizam (Iphan, 2006, p. 16).

Realizado segundo esses procedimentos, o inventário da Feira de Caruaru teve início em 2004, por meio de uma ampla pesquisa documental e de campo que respaldou a sua inscrição no *Livro de Registro de Lugares* em 2006.

De acordo com o Manual do INRC, a inserção da categoria “lugar” nas políticas de preservação possibilitou o cruzamento de várias áreas de conhecimento, em especial a Geografia, a Arquitetura e a Antropologia; por concentrar em um só termo diferentes expressões patrimoniais, assim como práticas culturais diversificadas. Esse fato, novamente de acordo com o manual, favorece a integração dos resultados das experiências de inventários nacionais, a exemplo do Inventário Nacional de Bens Imóveis. Nesse sentido, também cita lugares considerados pertinentes para o emprego da metodologia, tais como: a Feira de São Cristóvão (RJ); o Mercado Ver-o-Peso, em Belém (PA); o Quadrado de Trancoso, no sul da Bahia; a Praça da Sé, em São Paulo; a Lagoa do Abaeté, em Salvador (BA), entre outros.

Tendo em vista o entendimento de feiras e mercados enquanto lugares reverenciados como patrimônio, é que se poderá, mediante a pesquisa da Feira da Marreta, contribuir para o debate sobre os critérios de seleção e valoração de bens culturais nos processos de produção e preservação dos patrimônios culturais. Para tanto, são tomados como exemplos os pareceres e os dossiês dos processos de registro das Feiras de Caruaru (PE), inscrita em 2006, e de Campina Grande (PB), registrada em 2017. Assim como nos referidos inventários, inicialmente realizou-se a contextualização histórica da Feira da Marreta, compreendendo a sua constituição, seus deslocamentos, suas formas de organização, para, em seguida, debater sobre os critérios que permitem que esse seja um “lugar” equiparado às categorias patrimoniais vigentes, articulando noções de memória, sociabilidade, pertencimento e identidade, bem como compreendendo o modo como a feira se relaciona com a história das pessoas, feirantes e frequentadores, e da própria cidade.

Em diferentes trabalhos publicados, Izabela Tamaso (2005, 2006, 2007, 2012, 2015) tem destacado – diante da produção acadêmica sobre patrimônio cultural realizada nas duas últimas décadas – o modo recorrente com que estudos de caso relativos ao tema do patrimônio se debruçam sobre tensões, dissensos e conflitos derivados das políticas e das práticas de preservação que incidem sobre bens culturais de naturezas distintas. Para a autora, parte desses dissensos, ocorridos sobretudo entre os órgãos de preservação e os portadores diretos dos bens culturais convertidos em patrimônio, resulta da maneira limitada com que os patrimônios culturais são interpretados e operacionalizados em políticas públicas que visam à sua manutenção e apropriação. Parte-se do pressuposto de que nem sempre os bens patrimonializados são interpretados e usufruídos pela população de forma compatível com as restrições impostas pelos órgãos de proteção do patrimônio; isto é, ocorre que a seleção de bens, realizada por essas instituições e em acordo com critérios estabelecidos por especialistas, nem sempre está em sintonia com os valores mobilizados localmente pela comunidade.

Dessa forma, Tamaso (2015) considera que os patrimônios são sistemas culturais que devem ser analisados em relação a outros sistemas, tais como o artístico, o estético, o religioso, o político, entre outros (Tamaso, 2015, p. 159). Em pesquisa realizada a respeito do processo de patrimonialização da cidade de Goiás, a autora apresentou a ideia de “sistema patrimonial”, pela qual o patrimônio é compreendido como um complexo “sistema de relações sociais, arranjos econômicos, processos políticos, normas, valores e ideias” (Tamaso, 2007, p. 18). Dessa forma, esclarece que os patrimônios culturais não são categorias apartadas das formas de vida social e cultural das sociedades e, portanto, devem ser compreendidos como parte integrante dos sistemas culturais, sejam eles patrimônios oficiais ou não oficiais. Visto

que derivam de uma construção social, os bens patrimoniais devem ser observados no “contexto das práticas sociais que os geram e lhes conferem sentido” (Arantes, 2006, p. 426).

Ao realçar os patrimônios culturais não oficiais em suas pesquisas, Tamaso (2007; 2015) afirma que uma Antropologia dos patrimônios é aquela que se debruça sobre as experiências cotidianas e as práticas sociais dos portadores diretos dos bens culturais, observando o contraste entre aquilo que os órgãos de preservação consideram patrimônio e aquilo que as comunidades representadas mobilizam coletivamente como valores culturais e simbólicos. Ou seja, sua proposta consiste em uma “antropologia que tome os patrimônios como sistemas culturais, sendo eles próprios sistemas integrados e dinâmicos” (Tamaso, 2015, p. 162).

Seguindo na mesma direção em relação aos museus da cidade de Goiás durante pesquisa de mestrado<sup>17</sup>, propus a noção de “sistema museológico”, através da qual a criação de museus e a formação de seus acervos são igualmente analisadas por meio da compreensão da série de relações políticas, econômicas, simbólicas, culturais e sociais que condicionam o seu estabelecimento e a musealização<sup>18</sup> de objetos. Analogamente à configuração do “sistema patrimonial” examinado por Tamaso, as instituições museológicas e seus acervos refletem os valores locais mobilizados na seleção e consagração de objetos que são retirados de circulação e desprovidos de suas funções originais para comporem coleções em museus.

Nos dois casos, a atribuição de valor patrimonial ou museológico ganha destaque, pois é a partir dessa operação, bem como pelas formas específicas com que os seres humanos se relacionam com os objetos da cultura material, que ocorre a incorporação de significados culturais a coisas de diferentes tipos. Nota-se, por conseguinte, que o campo da Museologia – de forma similar ao do patrimônio – compreende um sistema de relações em que imperam valores e normas que condicionam a circulação de objetos no meio social e o seu trânsito de um sistema a outro, entendendo que esses dois campos se influenciam mutuamente tendo os museus uma ativa participação na consolidação dos sistemas patrimoniais.

Em resultado da etnografia realizada sobre os museus na cidade de Goiás (Rosa, 2016), foi apresentado um quadro esquemático com o objetivo de demonstrar a distribuição dos bens através dos sistemas (cultural, patrimonial e museológico), indicando os casos em que a

---

<sup>17</sup> Mestrado realizado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás (PPGAS/UFG), sob a orientação da professora Dra. Izabela Tamaso e defendido em 2016, com dissertação intitulada *Sistema Museológico: por uma etnografia dos Museus na Cidade de Goiás (GO)*.

<sup>18</sup> De acordo com a publicação do IBRAM *Subsídios para a criação de museus municipais* (2009), “musealização” consiste em uma das formas de preservação do patrimônio cultural, **realizadas pelos museus**. É, pois, uma “ação, orientada por determinados critérios e valores, de recolhimento, conservação e difusão de objetos como testemunhos do homem e do seu meio”, sendo ainda o “processo que pressupõe a atribuição de significado aos artefatos, capaz de conferir-lhes um valor documental ou representacional” (Ibram, 2009, p. 31).

passagem de um sistema a outro altera substancialmente os significados, o usufruto e a aproximação com os portadores diretos desses objetos.

Inspirada nas contribuições de Tamaso, a pesquisa atual aborda a circulação dos objetos de maneira mais abrangente, recorrendo ao estudo da Feira da Marreta como campo para refletir também sobre os processos de valoração de objetos e bens culturais de naturezas distintas. Mediante a presente pesquisa, foi possível notar o modo como os objetos transacionados circulam dentro e fora do estado de mercadoria, podendo eventualmente incorporar valores diferenciados e adquirir novos estatutos como, por exemplo, o de objetos de coleção (semióforos), tornando-se, conseqüentemente, passíveis de musealização.

Esses estudos devem levar ao aprimoramento da noção de “sistema museológico” por meio da compreensão dos trânsitos, das clivagens e das aproximações de um sistema a outro, considerando aquilo que Baudrillard (2012) denominou “sistema dos objetos”. Ao estender tais reflexões para os objetos de uso cotidiano, eventualmente convertidos em bens patrimoniais e museológicos, também consideramos os “restos”, “desperdícios”, “resíduos” e “abandonos” que, por vezes, retornam ao circuito das transações econômicas no contexto das feiras de segunda mão, possibilitando, assim como ocorre com os patrimônios culturais, uma segunda vida para esses objetos.

## **2.2 A Feira da Marreta como objeto de estudo**

A Feira da Marreta, como é popularmente conhecida, acontece regularmente aos domingos de manhã no estacionamento da Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura (SGPA), localizado no bairro da Nova Vila. As informações sobre o histórico de criação e funcionamento da feira foram obtidas em etapa preliminar do trabalho de campo, por meio de consulta ao *site* da Prefeitura de Goiânia, entrevistas e levantamentos documentais e bibliográficos.

Apesar de ter sido constatada a escassez de trabalhos acadêmicos que abordam especificamente o tema, foi possível constatar que a origem da Feira da Marreta tem relevância do ponto de vista histórico para a cidade. Isso se deve ao seu vínculo com o comércio espontâneo que era realizado na Praça Boaventura, situada em um dos primeiros bairros de Goiânia, a Vila Nova.

A Vila Nova, inicialmente uma ocupação ilegal, foi erigida em decorrência da construção da nova capital do estado de Goiás, iniciada em 1933, e povoada por trabalhadores

migrantes, provenientes principalmente da região Nordeste<sup>19</sup> do país, que atuaram como operários da construção civil de Goiânia, muitos deles ainda residentes no local. Ao dissertar sobre o longo processo de estruturação e regularização do bairro a partir das narrativas de seus moradores, Sílvia Mattos (2008) demonstra a importância da Praça Boaventura<sup>20</sup> para os sentidos de pertencimento, identidade, sociabilidade e memória coletiva de sua população. A praça é vista como marco espacial em função de consistir em um dos primeiros núcleos de povoamento da cidade e concentrar diversas atividades como jogos, brincadeiras, festas, comícios, entre outros. Foi em volta da praça que, segundo a autora, ergueram-se as primeiras residências, a igreja e os primeiros comércios, notadamente a feira de frutas e verduras, e o Mercado Popular da Vila Nova. Estudando as memórias dos moradores, ancoradas nos espaços públicos do bairro, assimilados como “lugares de memória” (Nora, 1993), Mattos registrou, a respeito da Feira da Marreta, que, na década de 1990:

Essa feira recebia uma expressiva quantidade de pessoas aos domingos, sendo formada por um grande número de barracas onde se viam pessoas consertando e vendendo relógios, sapatos, roupas, ferramentas usadas, objetos vindos do Paraguai, fitas piratas, peças de automóveis e outras mercadorias, comercializadas sem a utilização de recibos ou notas fiscais (Mattos, 2008, p. 103).

A despeito de sua expressividade, Mattos constatou em sua pesquisa que a Feira da Marreta não era “bem vista” por parte dos moradores entrevistados, o que gerou uma série de queixas junto ao poder público, acarretando a transferência da feira, em 1997, da Praça Boaventura para o endereço onde acontece atualmente, situado a menos de dois quilômetros da praça, no bairro denominado Nova Vila. Segundo a autora, pairava entre os moradores a suspeita de que os objetos vendidos na feira eram “produtos de roubos em diversas partes de Goiânia” (Mattos, 2008, p. 103).

---

<sup>19</sup> Segundo Sílvia Mattos (2008), parte significativa dos migrantes que ocuparam a Vila Nova nesse contexto era originária de estados como Bahia, Piauí, Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte, porém também migraram para o local populações vindas do interior do estado de Goiás e de Minas Gerais (Mattos, 2008, p. 57).

<sup>20</sup> Mattos esclarece que durante todo o período de formação do bairro, entre as décadas de 1930 e 1950, a Praça Boaventura não era nomeada como tal e consistia em um descampado de chão batido. Após pavimentação e inauguração oficial do local, na década de 1960, ela foi batizada em homenagem ao mestre de obras e líder comunitário do bairro, Boaventura Moreira de Andrade, considerado um dos responsáveis pela consolidação da Vila Nova e pela própria urbanização da praça (Mattos, 2008, p. 102).



Imagem 4: Feira da Marreta, já em funcionamento no estacionamento da SGPA, no início dos anos 2000. Foto: José Rosa.

Durante a primeira fase do trabalho de campo realizado no local, foi possível deduzir, entretanto, que a origem da Feira da Marreta é bastante incerta. Alguns interlocutores relacionaram o seu surgimento, para além do comércio casual realizado na Praça Boaventura, à outra feira anteriormente existente em Campinas, antigo município do estado incorporado como bairro em 1935 pela recém-criada capital. Em todo caso, foi recorrente nas falas a afirmação de que a feira ocorre há mais de cinquenta anos.

Reconhecida por alguns como reduto de migrantes nordestinos que trabalharam na construção de Goiânia, a Feira da Marreta, a princípio, girava em torno da troca de ferramentas usadas e materiais da construção civil, daí a suposta origem do nome “marreta”. Porém, outro elemento aparece associado ao nome da feira, que é o significado pejorativo que o substantivo “marreta” carrega, podendo significar “trapaça” ou “roubo”. Isso teria suscitado, anos mais tarde, que a feira fosse registrada pela prefeitura como Feira Múltiplo, embora ela continue sendo amplamente conhecida e denominada como Feira da Marreta.

Sato (2007), em estudo já mencionado sobre a organização do trabalho na feira da Caixa D’Água, em São Paulo, identificou o uso do termo “marretar” como vocabulário de feirantes para indicar aquilo que é vendido a preços mais baixos e, portanto, de difícil concorrência. Já no trabalho de Tavares (2005), a palavra “marreteiro” é designada para tratar aqueles que estão do “lado de fora” ou “na rua”, ou seja, vendedores ambulantes que atuam sem espaço definido e que geralmente comercializam produtos sem documentação de origem. O

autor também associa os marreteiros a negociantes com “infundáveis, curiosas e, às vezes, grotescas quinquilharias que testam os limites da discussão sobre o valor de uso da mercadoria, numa complexa trama de trocas e ‘gambiras’, em que ‘levar vantagem’ é sempre o primeiro argumento” (Tavares, 2005, p. 2). A Feira da Marreta, iniciada na Vila Nova como um encontro destinado a trocas de objetos usados, segundo Santos, Loddi e Zanin (2017), “com o tempo cedeu espaço à comercialização também de produtos de procedência duvidosa” (Santos, Loddi, Zanin, 2017, p. 121).

É importante enfatizar que atualmente a Feira da Marreta, além de limítrofe ao pioneiro bairro operário da Vila Nova, situa-se às margens da antiga linha férrea instalada na região em 1950. A respeito da linha férrea, pode-se observar a partir do estudo de Simone Brandão (2017) que, embora a implantação da estrada de ferro ter sido prevista de antemão no Plano Urbanístico de Goiânia elaborado por Atílio Corrêa Lima (1933-1935), a nova capital “nasceu sem a ferrovia” (Brandão, 2017, p. 56). Sua construção, à época, representava o rompimento com as estruturas do passado em consonância com a transferência da capital de Goiás para Goiânia. Quando finalmente foram instalados os trilhos, planejados originalmente para demarcarem o término do tecido urbano, a região já estava bastante habitada, tendo a chegada da ferrovia aumentado significativamente o contingente populacional e ampliado os limites da cidade, dando origem a novos bairros (Brandão, 2017, p. 63).

Não obstante o planejamento urbano, foi característico dos anos iniciais da construção de Goiânia o povoamento espontâneo, irregular e desordenado que configura a região aqui em questão. Idealizado para abrigar a zona industrial da capital, o território que hoje compreende os bairros Vila Nova e Nova Vila é marcado por uma história de resistência por parte dos moradores que ali se instalaram. Segundo Mattos (2008), os lotes da Vila Nova ocupados de forma irregular somente foram legalizados em 1947, durante o governo de Jerônimo Coimbra Bueno.

Por meio da promulgação do Código de Edificações e da aprovação da Planta Geral de Urbanização de Goiânia, o governo promoveu a cessão de lotes e a regularização dos setores Leste e Oeste, refletindo diretamente na expansão da malha urbana para além do inicialmente planejado (Mattos, 2008; Brandão, 2017). Nesse contexto, a Vila Nova também foi beneficiada pelo programa federal de financiamento de casas populares, edificações que são atualmente consideradas patrimônios materiais pela população local, devido à importância que têm para a memória do bairro, bem como ao fato de que muitas dessas construções conservam seus aspectos arquitetônicos originais (Mattos, 2008, p. 68).

Se, na década de 1950, a ferrovia foi implantada como “símbolo do progresso e da modernidade”, após a sua desativação, iniciada em meados de 1970, ela passou a representar o descaso, a obsolescência e o abandono (Brandão, 2017, p. 138). Conforme destacou Brandão (2017),

*A era ferroviária* perdurou plenamente em funcionamento por algumas poucas décadas. O fim parcial das atividades intensificou o processo de marginalização do entorno, assim como a ocupação de áreas irregulares, o abandono dos elementos ferroviários (Brandão, 2017, p. 25, grifo da autora).

Em consequência do desmantelamento da linha férrea, ocorreu uma série de novas ocupações irregulares na capital, das quais destacamos a chamada Favela dos Trilhos, que se estabeleceu na área contígua à Feira da Marreta até meados de 2007. Brandão afirma que os dormentes de concreto, trilhos e elevados de terra remanescentes da ferrovia funcionaram como verdadeiros vetores de ocupações ilegais<sup>21</sup> (Brandão, 2017, p. 128).

Segundo registrou a autora, a Favela dos Trilhos iniciou o processo de ocupação do eixo da estrada de ferro ao lado da SPGA em 2002 e foi composta principalmente por catadores de materiais recicláveis, chegando a cinquenta famílias em 2006. A remoção das famílias, conforme demonstrado em montagem com aerofotografia elaborada pela autora, ocorreu em 2008 para o Residencial Buena Vista, loteamento destinado para Habitações de Interesse Social (HIS), localizado a vinte quilômetros do centro da cidade (Brandão, 2017, p. 132-133).

Vale ressaltar, à vista disso, que perdura nessa localidade o trânsito de materiais recicláveis e “restos”, atualmente comercializados no espaço da feira como resultado do trabalho de catadores de lixo geralmente vinculados a associações e que atuam no local como feirantes. Esse gênero de mercadorias se sobressai na feira, compondo enorme parte dos objetos expostos e das transações realizadas no local. Tais objetos, outrora descartados, considerados resíduos, lixo, em desuso, obsoletos, retornam ao circuito das atividades econômicas no ambiente da feira. Uma vez produzidos, mercantilizados e descartados, são reintroduzidos no mercado por meio da atividade das cooperativas de catadores de materiais recicláveis que atuam na região metropolitana de Goiânia.

---

<sup>21</sup> De acordo com Brandão (2017), a completa desativação do Centro Ferroviário de Goiânia (denominado 4º Distrito Ferroviário), na década de 1980, intensificou o estabelecimento das ocupações que se tornou expressivo durante a década de 1990, destacando-se o Morro do Aranha, a Favela dos Trilhos e a Vila Coronel Cosme, invasões localizadas entre os setores Negrão de Lima e Nova Vila (Brandão, 2017, p. 129).





Imagem 6: Aspecto dos objetos expostos e comercializados na Feira da Marreta. Foto: Mana Rosa (2021).

De acordo com dados oficiais disponibilizados no *site* da Prefeitura de Goiânia<sup>22</sup>, a cidade conta atualmente com 122 feiras cadastradas junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Ciência e Tecnologia (SEDETEC). Está entre as competências da Secretaria “o cadastramento e a autorização das atividades desempenhadas por feirantes e a implantação e o funcionamento de feiras livres e especiais” (Prefeitura de Goiânia, 2021). Porém, em consulta ao aplicativo móvel “Prefeitura 24h”, que disponibiliza a lista “oficial” de mercados e feiras existentes na cidade, foi possível verificar o registro de 149 feiras, entre feiras “livres” e “especiais”.

A inconsistência da inclusão da Marreta entre as listas de feiras cadastradas gera dúvidas quanto à sua oficialização. No documento<sup>23</sup> disponibilizado pela SEDETEC na página da prefeitura, a Feira da Marreta não aparece listada na “relação das feiras de Goiânia”, classificadas entre feiras livres e feiras especiais. Já no aplicativo Prefeitura 24h ela consta dentre as 30 feiras especiais denominada como Feira Múltiplo, contendo informações sobre o dia, horário de funcionamento, endereço e tipo de produtos comercializados, identificados como “artigos artesanais, produtos naturais, antiquários, roupas, calçados e acessórios”.

Esses fatores, somado à reportagem<sup>24</sup> “Feira muda de nome, mas não muda a prática”, veiculada por um noticiário digital local, provocaram alguns questionamentos: a feira

<sup>22</sup> PREFEITURA DE GOIÂNIA. **Feiras**. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/sobre-goiania/feiras/>. Acesso em: 28 maio 2021.

<sup>23</sup> PREFEITURA DE GOIÂNIA. **Relação das feiras de Goiânia**. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/wp-uploads/2019/10/431516431481481.pdf>. Acesso em: 28 maio 2021.

<sup>24</sup> PAULO, Gerliézer. Feira muda de nome, mas não muda a prática. **Sagres**, Aparecida de Goiânia, 12 abr., 2013. Notícias | Política. Disponível em: <https://sagresonline.com.br/feira-muda-de-nome-mas-nao-muda-a-pratica/>. Acesso em: 21 set. 2023.

passou a ser listada somente após a mudança de nome? A tentativa de apagamento do nome popular teria o objetivo de dissociar a feira da ideia de repasse de objetos de procedência duvidosa? Esse apagamento reflete na biografia cultural da feira? Tais questões serão desenvolvidas mais à frente, no decorrer da etnografia.

A despeito disso, o levantamento documental realizado *online* auxilia-nos na compreensão de que pelo menos desde 2001 as feiras de Goiânia são classificadas, conforme dito acima, entre feiras livres e feiras especiais. Segundo o Decreto nº 2.834, aprovado em 30 de julho, as feiras livres

Destinam-se à venda, ao comércio varejista de produtos alimentares, hortifrutigranjeiros, laticínios, carnes e derivados, quitandas e lanches, podendo ser estes *in natura*, preparados ou semipreparados, bem como artigos de uso doméstico ou pessoal manufaturados e semimanufaturados (Goiânia, 2001).

Já as feiras especiais, além da comercialização de produtos alimentícios preparados e semipreparados, destinam-se à comercialização de “artigos artesanais manufaturados e semimanufaturados, floricultura e produtos naturais”, sendo ainda autorizada a venda de:

Artigos de antiquários, obras de arte, pequenos animais domésticos, artigos provenientes de fabricação caseira, pequena indústria, cooperativas de produção e de entidades jurídicas, sem fins lucrativos, devendo ser expressa, em cada produto, a sua origem (Goiânia, 2001).

As normas para o funcionamento das feiras livres e especiais incluem critérios para localização das bancas e horários de funcionamento, necessidade de autorização prévia para o exercício da atividade de feirante, obrigações relativas à limpeza urbana e atendimento às exigências da vigilância sanitária, uso de jaleco padronizado, além de proibições acerca da ocupação do espaço para além do delimitado, restrição de realização de jogos, impedimento de empréstimo das bancas para pessoas não autorizadas, entre outros. Tais normas estão em consonância com o Código de Posturas em vigor no município desde 1992.

Em diálogo informal com feirantes durante visitas realizadas entre 2018 e 2023 na Feira da Marreta, foi informado que existem cerca de 346 barracas já cadastradas junto à prefeitura e mais de 500<sup>25</sup> pontos de venda não formalizados, em sua maioria ocupando espaços no chão entre as bancas, ou mesmo tomando a calçada rente ao muro da Sociedade Goiana de

---

<sup>25</sup> Informação corroborada em reportagem do jornal “O Popular” veiculada em 29 de julho de 2018. Disponível em: <https://opopular.com.br/cidades/preconceito-n-o-impede-crescimento-da-feira-da-marreta-1.1583412>. Acesso em: 10 jul. 2023.

Pecuária e Agricultura (SGPA). Da mesma forma, foi informado que a feira conta com a Associação dos Feirantes Feirão Multi Coisas (ASMUC), associação de natureza privada, criada em julho de 2013.



Imagem 7: Pontos de venda na calçada da Avenida Fuad Rassi, Nova Vila. Foto: Mana Rosa (2022).

A área onde está situada a feira consiste em um estacionamento externo que atende à SGPA, uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 1941 e voltada para o desenvolvimento do agronegócio no estado de Goiás. No local, acontece anualmente, durante o mês de maio, a Exposição Agropecuária de Goiás, reunindo cerca de 400 mil pessoas. Fora desse período, o estacionamento permanece pouco frequentado, exceto aos domingos, devido à Feira da Marreta. Esse espaço compreende uma área longitudinal de aproximadamente 500 metros de comprimento, situada entre a 5ª Avenida e a Avenida Engenheiro Fuad Rassi, além de paralela à antiga linha férrea e ao terreno da SGPA, como é possível observar na imagem abaixo:



Imagem 8: Mapa de localização da Feira da Marreta, situada entre a 5ª Avenida, à esquerda, e a Avenida Fuad Rassi, à direita. Fonte e elaboração: Google Earth/Gabrielle Matos (2021).

Ainda que paira sobre o local certa desconfiança e relutância em relação a feiras cujo comércio é mais especializado e estimulado pelo turismo, como as reconhecidas Feira da Lua, Feira do Sol e Feira Hippie, a da Marreta é uma das feiras mais antigas e mais frequentadas na cidade, despertando a curiosidade de visitantes ocasionais e o apreço de frequentadores que nem sempre vão à feira exclusivamente para comprar. Sobre a desconfiança que paira na Feira da Marreta, podemos observar que ela carrega um estigma, seja ele em decorrência do aspecto de abandono e descaso da região, gerado historicamente pelo desmantelamento da linha férrea; seja pelo comércio eventualmente duvidoso realizado no local – acusado de repassar objetos sem procedência. Nesse aspecto, nota-se a similaridade que a Feira da Marreta possui com feiras alhures que carregam no nome o mesmo estigma: ladra, rolo, troca, mercado de pulgas. Tornase, pois, necessário investigar o que essas feiras possuem em comum e que invariavelmente as tornam estigmatizadas como inferiores ou duvidosas, porém persistentes.

Mascarenhas (1992), em estudo já mencionado sobre “o lugar da feira livre na grande cidade capitalista”, analisa os fatores que contribuíram para a sobrevivência e continuidade das feiras a despeito das pressões e das transformações sofridas pela adoção de novos modelos de abastecimento e expansão das cidades. Isso se deve a alguns “elementos de persistência” elencados pelo autor e que colaboraram para que as feiras livres adentrassem na modernidade preservando algumas de suas características gerais, ainda que determinados seguimentos sociais tenham visado objetivamente à sua retração e ao seu fim nos anos 1960 e 1970. Tais elementos de persistência correspondem a: mobilidade, flexibilidade e adaptação

típicos dos mercados periódicos que atuam no circuito inferior da economia; sua capacidade de articulação com o circuito superior, atendendo a diferentes públicos; a qualidade e singularidade do serviço prestado, e finalmente os aspectos socioculturais que fazem com que a feira extrapole a sua função de comércio varejista e se configure como um espaço fundante de memórias e práticas culturais, sendo descrito pelo autor como “um autêntico museu vivo do cotidiano” (Mascarenhas, 1992, p. 114).

Sob outras perspectivas, as feiras ainda são consideradas “espaços de resistência” (Souza *et al.*, 2014) frente à lógica do modelo hegemônico de desenvolvimento comercial, notadamente os supermercados, e “lugares persistentes” (Schlanger, 1992), considerados “locais que são criados por meio da prática por um longo período de tempo”. A ideia de lugares persistentes advém de estudos arqueológicos que passaram a introduzir a categoria “lugar” em suas análises, considerando que o conhecimento acerca do passado e das formas de ocupação humana deve ser realizado mediante o cruzamento de variadas perspectivas teóricas em diferentes escalas de análise (Moore; Thompson, 2012). Nesse contexto, a noção de “lugares persistentes”, apresentada por Sarah Schlanger, é utilizada para descrever lugares de ocupação duradoura cujos vínculos culturais com a paisagem são fortalecidos ao longo do tempo.

Santos (2018) recorreu a esse referencial teórico para refletir sobre aspectos da Feira de Pedra Sabão de Ouro Preto (MG) e seus deslocamentos, descontinuidades e reestruturações indicando a sua permanência, historicidade e relevância para a população local. O autor acrescenta que tais lugares são “percebidos como locais que estruturam e são estruturados pelo desempenho de tarefas e, portanto, participam na formação de unidades vivas, humanas e objetais” (Santos, 2018, p. 235).

Tais concepções são valiosas para o estudo de caso da Feira da Marreta, pois aludem à permanência e à historicidade da feira, que é realizada, como dito, há mais de cinquenta anos na capital, a despeito das dificuldades que enfrenta diante dos órgãos reguladores da prefeitura para sua organização e regularização, bem como pela posição subalterna que ocupa diante de outras feiras, sendo inclusive “mal vista” ou estigmatizada como local de repasse de objetos sem procedência.

O comércio realizado na Feira da Marreta, como visto, incentiva a reflexão a respeito das modalidades de consumo estabelecidas no local frente à intensa obsolescência programada de produtos na atualidade e sobre o modo como a feira promove a recirculação e o reuso das coisas, dando vida a objetos outrora descartados. Acontece que as transações realizadas na feira não se assemelham às vigentes no mercado fixo de grandes varejistas, visto que muitos dos objetos comercializados no local não possuem valor corrente equiparado a essas

modalidades de comércio. Em sua maioria, são objetos de segunda mão, que colocam em dúvida o seu valor de venda, o interesse e as motivações para aquisição.

Destacamos nessas operações a recolha, exposição e troca de objetos provenientes do lixo. São coisas que uma vez consideradas inúteis e descartáveis, voltam a ser consumidas frequentemente com funções diversas daquelas para as quais foram criadas. São objetos obsoletos, velhos, em desuso e reaproveitados, dados como “trechos e troços” (Miller, 2013), tais como: aparelhos eletrônicos, utensílios domésticos, peças automotivas, vestuário, ferramentas, entre uma infinidade de coisas classificáveis de modos extremamente distintos.

A Feira da Marreta ainda consiste em um espaço de lazer e convivência agregando frequentadores assíduos que vão para passear, encontrar amigos, ouvir música, comer e beber. A feira possui uma ala de jogos, uma espécie de praça de alimentação, uma tenda onde acontece música ao vivo, constituindo-se como um espaço de forte sociabilidade e interação. Finalmente, a precedência, longevidade e peculiaridade da Feira da Marreta ante outras feiras são bastante salutar para a compreensão de sua relevância histórica, econômica, social e cultural na cidade, fato que estimula sua permanente frequência, incluindo a minha que, mais recentemente tem sido realizada com a vocação para a pesquisa de sua biografia cultural.

### Capítulo 3. O mapeamento de feiras congêneres e o estigma

*A beleza do resíduo transformado está em buscar o afastamento da morte, mas a reciclagem patrimonial está na base de uma economia (um compartilhamento de riquezas) destinada a ser um compartilhamento de restos de riqueza, uma arte de acomodar os restos.*

(Octave Debary, 2017)

Ao longo do desenvolvimento da presente etnografia sobre a Feira da Marreta, tornou-se premente a investigação paralela de outras feiras congêneres que pudessem elucidar e traduzir a importância das feiras na construção de lugares relevantes do ponto de vista histórico, econômico, social, político, cultural e patrimonial. O objetivo deste capítulo não é realizar um estudo comparado, mas reunir algumas discussões sobre o tema e contribuir em alguma medida para futuras pesquisas que visem às feiras de segunda mão espalhadas pelo Brasil e pelo mundo. Alguns exemplos dessas feiras foram previamente levantados em etapas iniciais da pesquisa com o objetivo de demonstrar sua recorrência, tomando as feiras como categoria de análise valiosa de investigação em diversas áreas de conhecimento, como verificado a partir de Araujo e Ribeiro (2018). O propósito foi, a partir da revisão bibliográfica sobre o gênero das feiras, explorar o potencial que os estudos de caso arrolados oferecem para refletir sobre as questões pertinentes à etnografia sobre a Feira da Marreta.

No capítulo 2 foi discutido o valor patrimonial das feiras e as razões pelas quais passaram a ser consideradas no interior da classificação dos patrimônios culturais, sendo passíveis de registro<sup>26</sup> pelo IPHAN. Como vimos, após a adoção do instrumento de registro de bens culturais de natureza imaterial, o Conselho Consultivo do IPHAN recomendou a inscrição de pelo menos um bem cultural em cada um dos *Livros de Registro* (dos *Saberes*, das *Celebrações*, das *Formas de Expressão* e dos *Lugares*).

Consistindo em um dos primeiros bens inscritos no *Livro de Registro dos Lugares* em 2006, o registro da Feira de Caruaru (PE) marca o início da prática de preservação dos patrimônios imateriais no Brasil. Anos mais tarde, em 2017, a Feira de Campina Grande (PB) foi igualmente registrada, reiterando a relevância das feiras nos processos de formação das cidades e da cultura brasileira. Não por acaso, dentre os quatro “lugares” reconhecidos como patrimônios imateriais nacionais, dois correspondem a feiras.

---

<sup>26</sup> O registro de bens culturais é um ato administrativo estabelecido pelo Decreto nº 3551/2000, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que se aplica exclusivamente aos bens de natureza imaterial. Consiste em um instrumento legal de preservação aplicado por meio da inscrição de saberes, celebrações, formas de expressão e lugares nos livros de registro do IPHAN.

Dessa forma, ao reconhecer que a política de preservação dos patrimônios imateriais teve início com a inscrição de uma feira, torna-se evidente a importância desses circuitos econômicos, que são celebrados como potenciais patrimônios culturais. Considerando que “toda atividade humana produz sentidos de lugar” (Iphan, 2000, p. 32), as feiras geram espaços de sociabilidade que viabilizam trocas materiais e simbólicas, sendo, por isso, elencadas como categoria a ser mapeada e analisada de forma paralela na presente pesquisa.

Importante mencionar que as indagações que levaram ao estudo da Feira da Marreta, em Goiânia, foram estimuladas por visitas realizadas na Feira da Ladra, em Lisboa, durante o período de intercâmbio acadêmico realizado na Universidade de Coimbra, Portugal, em 2012. Tamanha semelhança entre as feiras gerou o interesse pela investigação da história desses lugares, seus significados culturais, as tipologias de objetos comercializados, suas biografias, processos de valorização e circulação, bem como pelas práticas comerciais e culturais engendradas nesses espaços de intensa visitação. Os registros de campo realizados em 2012, na Feira da Ladra, e em 2019, na Feira da Marreta, tornam evidentes tais semelhanças no que se refere à ocupação dos espaços urbanos, à negociação e à comercialização de objetos de segunda mão.



Imagem 9: Feira da Ladra. Foto: Mana Rosa (2012).



Imagem 10: Feira da Marreta. Foto: Mana Rosa (2019).



Imagem 12: Feira da Ladra. Foto: Mana Rosa (2012).



Imagem 11: Feira da Marreta. Foto: Mana Rosa (2019).

Mais recentemente, ao longo da pesquisa etnográfica na Feira da Marreta, foi gerada a necessidade de mapear e analisar de forma lateral outras feiras capazes de iluminar o objeto de estudo em questão. São elas, tanto feiras de outra natureza, que tenham sido reconhecidas como patrimônios (como as já referidas feiras de Caruaru, em Pernambuco, de Campina Grande, na Paraíba), quanto feiras consideradas análogas à Marreta, em razão de comercializarem objetos de segunda mão ou antiguidades.

Assim, o mapeamento e a análise secundária de feiras congêneres à Feira da Marreta são considerados oportunos, pois viabilizam a inclusão de feiras brasileiras de segunda mão no repertório de feiras mundialmente reconhecidas e contribuem para a legitimação e valorização desses espaços de trocas e comércio, avaliados como potenciais patrimônios culturais, embora frequentemente estigmatizados. Ainda que não “registrados” ou “tombados” oficialmente por órgãos competentes de preservação, os patrimônios não oficiais são considerados culturalmente relevantes e significativos para seus detentores diretos (Tamaso, 2015). Em outras palavras, mapear essas feiras de segunda mão pode contribuir para a valorização e visibilidade desses lugares, bem como para a inserção das feiras brasileiras num levantamento mais abrangente, observando suas historicidades, semelhanças e o modo como promovem a circulação, a troca e o trânsito econômico de objetos usados, sendo essa análise especialmente valiosa para pesquisas relacionadas à cultura material, patrimônios culturais e museus.

Alguns exemplos de feiras de segunda mão ao redor do mundo, previamente mapeados, incluem os famosos mercados de pulga nos arredores de Paris (França), como a Feira de *Saint-Ouen*, à *Braderie de Lille* (ou mercado de pulgas de Lille) no norte da França, a Feira da Ladra em Lisboa (Portugal), a Feira da Bagageira em Cascais (Portugal), a Feira do Rastro em Madri (Espanha), a Feira de San Pedro Telmo em Buenos Aires (Argentina), a Feira Tristán Narvaja em Montevideu (Uruguai), entre muitas outras que exemplificam os chamados mercados de usados ou *second hand*. De acordo com Debary (2010), “todas as grandes cidades possuem sua ‘feira das pulgas’, mercados de segunda mão, de segunda chance” (Debary, 2010, p. 27).

No que se refere às feiras brasileiras de objetos de segunda mão, o mapeamento indica a incidência de inúmeras feiras denominadas Feira do Rolo ou Feira do Troca. Estas feiras possuem em comum as práticas de troca e comercialização de objetos que, passados de mão em mão, desafiam o estatuto de obsolescência, inutilidade ou lixo. Nesses contextos, os objetos “trocam de mãos tanto no sentido de uma segunda aquisição quanto no que se refere a uma redefinição de seu valor inicial” (Debary, 2017, p. 47), sendo a recusa à morte, ao abandono ou ao fim do valor de uso do objeto o traço comum entre as feiras de segunda mão, do rolo, do troca, de usados e de antiguidades.

Em relação ao objeto antigo, museal, de coleção ou semióforo, Debary (2010) também nota a recusa ao desaparecimento, ao fim e à destruição. Conforme explica, as dinâmicas patrimoniais são acompanhadas de uma política de conservação daquilo que desaparece, tencionando o afastamento da finitude e o prolongar da vida dos objetos na condição de patrimônios inalienáveis. Em suas palavras, os restos “resistem a tudo o que a sociedade os condena como a rejeição e desaparecimento. Transformados, passam de um *status* de matéria abandonada, sem valor, ao de um novo objeto muitas vezes cotado a altos preços” (Debary, 2010, p. 28).

Seja relativamente aos objetos que passam de mão em mão até a venda em feiras e mercados de usados; seja em relação às dinâmicas patrimoniais que geram coleções e objetos inalienáveis, os “restos” emergem frequentemente desviados de seu sentido primeiro (primeira mão), passando requalificados e/ou reapropriados (segunda mão) a uma segunda vida devido à resistência ao seu desaparecimento. Para Debary, “segunda mão significa a proximidade de um fim do valor de uso e a recusa em se desfazer” ou “em se lançar ao lixo” (Debary, 2010, 2017).

Nesse sentido, trata-se ainda de observar os diferentes “regimes de valor” (Appadurai, 2008) nos quais os objetos ingressam ao circularem no meio social. No caso dos museus, os objetos “são condenados a levar uma vida eterna ligada ao estatuto de inalienabilidade das coleções” (Debary, 2010, p. 29); enquanto nas feiras de segunda mão, na qualidade de “coisas” (conforme discutido no capítulo 1), os objetos estão em constante transformação ou ressignificação.

Então, o que diferencia ou aproxima os “restos” que afluem do lixo para as bancas e calçadas de venda em feiras de segunda mão daqueles que são incorporados em acervos museológicos e patrimoniais? Appadurai (2008), em seu estudo social da mercadoria, refere-se aos “regimes de valor” como condição para a circulação das coisas em contextos culturais e históricos específicos. Em suas palavras, “o termo sugere que o grau de coerência valorativa pode ser altamente variável conforme a situação, e conforme a mercadoria”, esclarecendo ainda que “tais regimes de valor são o fator determinante na constante transcendência de fronteiras culturais por meio do fluxo de mercadorias, entendendo-se cultura como um sistema de significados localizado e delimitado” (Appadurai, 2008, p. 29). Ou seja, refere-se ao estado de mercadoria (valor atribuído e variável) e à fase mercantil (breve ou duradoura) da biografia dos objetos.

Assim, por meio da análise lateral de feiras de segunda mão pretende-se discorrer sobre aspectos dos processos de valoração tanto de lugares quanto de objetos e suas biografias em relação aos regimes de valor vigentes em contextos específicos. Objetos antigos ou

antiguidades, cujos aspectos históricos, simbólicos, de autenticidade, exclusividade e unicidade justificam suas entradas nos sistemas patrimoniais (Tamaso, 2007) ou museológicos (Rosa, 2016), antes de ingressarem nos contextos específicos e especializados de valoração de bens culturais oficiais, circularam amplamente na vida social, são adquiridos, presenteados, utilizados e até mesmo descartados. Guardados ou colecionados, tais objetos ganham “segunda vida” nos espaços institucionalizados para tal finalidade. Segundo Debary (2010), “os museus desafiam a finitude prometendo a seus ocupantes uma ‘segunda vida como patrimônio’” (Debary, 2010, p. 29).

Objetos usados, provenientes de descartes, da reciclagem, oriundos do meio doméstico, das “vendas de garagem” ou “esvazia-sótão” (Debary, 2010, 2017), são, da mesma forma, afetados pela atribuição de valor instruída e baseada no ambiente cultural em que circulam.

Fato é que as chamadas feiras “do rolo” ou “do troca” no Brasil (presentes em estados como Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Ceará, Piauí<sup>27</sup>) são majoritariamente consideradas irregulares ou ilegais e seus objetos acusados de procedência duvidosa, sem notas fiscais. Frequentemente, são alvos de batidas policiais e interdições pelo poder público, ainda assim, na maioria dos casos, resistem e permanecem nos espaços públicos que ocupam de modo espontâneo e duradouro. Já foi discutida (capítulo 2) a ideia de “lugares persistentes” (Schlanger, 2012), expressão empregada para designar lugares usados repetidamente durante a ocupação longa de uma região e que são estruturados mediante o desempenho de tarefas, ao mesmo tempo em que estruturam relacionamentos e identidades (Santos, 2018).

A longevidade das feiras ligeiramente mapeadas, a despeito das tentativas de desarticulação, mudança de endereço ou interdição, indica, em alguns casos, uma relação com a formação dos espaços urbanos e o surgimento das cidades onde acontecem, a exemplo da Feira da Marreta, em Goiânia, associada a interações e trocas de ferramentas usadas por trabalhadores que atuaram na construção da nova capital. De maneira análoga, a Feira do Rolo de Ceilândia (DF) surgiu concomitantemente à cidade, tendo sido fundada em 1971, em decorrência da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI). Por sua vez, a Feira do Troca de Olhos D’água (GO) está relacionada a entrepostos comerciais formados durante o período colonial ao longo do “Caminho do Ouro”. Segundo Tavares (2005), tais feiras são um

---

<sup>27</sup> Para verificação da incidência destas feiras no Brasil, foi realizado um breve levantamento via *internet*, identificando os endereços, dias e horários de funcionamento, bem como registros audiovisuais e matérias jornalísticas sobre as feiras mapeadas.

“fenômeno” replicado em espaços autônomos, ou livres, de trocas de mercadorias existentes sob a mesma denominação (rolo ou troca) em várias regiões do país.

Ainda que rejeitadas e estigmatizadas, de modo geral, as feiras do rolo ou troca possuem uma relação histórica, cultural e de resistência junto aos lugares que ocupam, quase sempre realizadas em locais estratégicos e significativos como praças, largos e avenidas, porém marcadas pela informalidade. Seria, então, o aspecto informal, espontâneo ou irregular atribuído a essas feiras de segunda mão – e conseqüentemente aos seus objetos – que lhes confere um valor inferior ou duvidoso? Sua correspondência com os “circuitos inferiores” (Santos, 1979) da economia indica alguns caminhos para a interpretação de seus estigmas.

### **3.1 O paralelo com outras feiras**

Conforme já discutido no capítulo 2, a ideia de circuito inferior adequa-se ao caso das feiras em suas diversas modalidades. Em seu estudo sobre feiras, Porto (2005) bem observou que a maioria dos atributos desses circuitos está presente no acontecimento das feiras, entendendo que, além de um fenômeno econômico, elas também são um fenômeno cultural.

Os circuitos inferiores compreendem os pequenos comércios locais de reduzida escala, onde o trabalho é informal e pouco especializado, atendendo, sobretudo, populações de menor poder aquisitivo ou baixa renda. Geralmente, são marcados por negociações diretas entre vendedores e consumidores na comercialização de bens e serviços básicos ligados à sobrevivência, realizadas por vendedores ocasionais, ambulantes, mascates e nos espaços das feiras. Outra característica que chama atenção, refere-se à reutilização de produtos (serviços de conserto), ao contrário dos “circuitos superiores” onde é estimulada, não por acaso, a rápida substituição das mercadorias.

Uma vez que as feiras – de modo geral, e em particular as de segunda mão – podem ser compreendidas com base nos atributos dos circuitos inferiores, muitas vezes contrários à lógica hegemônica de comércio e consumo, cabe então questionar se não são essas características que as levam a ser estigmatizadas.

A esse caráter informal ou irregular, somam-se as tentativas contínuas de regulamentação ou normatização das feiras, originalmente “livres” e realizadas comumente de modo espontâneo em espaços públicos abertos. Em caracterização dos circuitos econômicos (superiores e inferiores), Porto (2005) afirma que:

Enquanto no circuito superior a organização do trabalho é burocrática, no inferior, e no caso das feiras livres, ela se dá de forma não oficial. No caso do

primeiro, existe todo o cumprimento de etapas para a abertura do empreendimento, etapas essas que vão desde a liberação da Receita Federal para o funcionamento do estabelecimento à taxação de diferentes impostos. Nas feiras livres, os vendedores organizam-se desprovidos de fiscalização, pois, dentre outras características, não há um controle rígido de quem pode ou não, ali, comercializar seus produtos (Porto, 2005, p. 84).

Já falamos a respeito do binômio “feira-livre” para a caracterização das feiras de hortifrutigranjeiros que, a despeito de sua maior aceitação, são constantemente acometidas pelo intuito deliberado de extinção<sup>28</sup>, como também por tentativas de absorção pelos circuitos superiores, nomeadamente grandes redes de supermercado que buscam reproduzir a sua “estética” (Sato, 2007, p. 96). A qualidade “livre” refere-se especificamente ao modo como acontecem: realizadas ao ar livre, ocupando ruas e espaços públicos abertos, de caráter itinerante, informal e espontâneo, em geral, não seguindo os protocolos de vendas ou de relacionamentos entre vendedores e compradores. As feiras são “livres”, inclusive, do pagamento de impostos, o que gera tensões entre os comércios ditos formais, regulamentados ou normatizados.

Essa informalidade, segundo Ana Minnaert (2008, 2010), comumente é interpretada como “desordem”, razão pela qual as feiras são alvos frequentes de fiscalizações, embargos e interdições. No contexto da atividade de fiscalização, segundo a autora, a ação se volta para a demarcação dos limites de ocupação dos espaços, imposição de normas sanitárias, disciplinarização de comportamentos, homogeneização do ambiente, normatização e controle. São, portanto, ações coercitivas que visam à “padronização das características corporais, emocionais e sociais” (Minnaert, 2008, p. 144) das chamadas “feiras livres”. Há, portanto, um esforço em controlar e normatizar aquilo que se poderia categorizar como “livre” nas feiras, associadas aos circuitos inferiores da economia voltados para populações pobres e periféricas.

Com efeito, caberia novamente questionar se o estigma de irregularidade ou ilegalidade atribuído ao acontecimento das feiras genericamente se sobressai no gênero das feiras de objetos de segunda mão, mercados de usados, oriundos de descartes, restos ou “lixos”. A posição de marginalidade das feiras no interior dos circuitos econômicos revela o modo como são reiteradamente mal vistas, submetidas a controles disciplinares, homogeneizadores, que intentam restringir o seu acontecimento em face dos comércios formais e regulares.

---

<sup>28</sup> O tema da extinção das feiras livres é mencionado por Mascarenhas (1992, 2008) e Sato (2007) em relação às deliberadas tentativas de supressão das feiras diante de hiper e supermercados em diferentes contextos, como em São Paulo, Rio de Janeiro e Buenos Aires.

Inúmeras matérias jornalísticas arroladas a respeito das feiras do rolo ou troca no Brasil apontam para a estigmatização de suas atividades, dos lugares que ocupam e dos objetos que comercializam. Demonstram, em diferentes contextos, ações de desarticulação das feiras e a criminalização generalizada das práticas de comércio e de seus trabalhadores. Por outro lado, nas redes sociais, algumas feiras do rolo são amplamente divulgadas por canais de comunicação interessados em divulgar a oferta de objetos usados, ou segunda mão, valendo-se do caráter excêntrico, exótico, da estética *vintage* e da prática da bricolagem e de reutilização das coisas.

No que se refere a artigos de jornais pesquisados *online*, foram observadas inúmeras operações de interdição e tentativas de regulamentação das feiras do rolo ou troca em diversas cidades brasileiras. As justificativas para as ações de restrição se dão em relação à venda de produtos sem notas fiscais, ausência de cadastro junto a prefeituras, inconstância de feirantes e do gênero de produtos, presença de vendedores ocasionais, não pagamento de taxas e impostos, informalidade das vendas, inexistência de demarcação de espaços, obstrução de vias urbanas, falta de segurança etc.; ou seja, tudo o que foge ao controle do poder público e dos órgãos fiscalizadores. Um argumento frequente é o de que as feiras, realizadas na informalidade, prejudicam o comércio formal da região onde elas acontecem, seja pela concorrência dos produtos à venda, seja pela ocupação desordenada (livre ou espontânea) dos espaços.

Em matéria<sup>29</sup> que narra a situação de interdição da Feira do Troca de Prazeres, em Jaboatão dos Guararapes (PE), é enfatizada a fala do secretário de desenvolvimento da cidade que afirma que:

Tudo tem que ser negociado de forma transparente, para ser definido o que pode e o que não pode, se vai continuar ou não no local e onde pode continuar. O que não pode é a feira continuar funcionando de maneira irregular (Prefeitura [...], 2011).

A partir deste exemplo fica evidente a imposição de regras de funcionamento e de controle das atividades da feira que vão desde a definição do que é permitido comercializar até a delimitação do espaço urbano ocupado. O motivo apresentado para a remoção dos comerciantes foi a necessidade de requalificação da via urbana ocupada pela feira a fim de devolver o espaço aos moradores e atender demandas de mobilidade e transporte público no município. A mesma reportagem informa também que a feira acontece há mais de trinta e dois anos, agregando aos domingos mais de 4 mil frequentadores e cerca de 1.300 trabalhadores.

---

<sup>29</sup> PREFEITURA se reúne com ambulantes da Feira de Novos e Usados de Prazeres. **NE10**, Jaboatão dos Guararapes, 31 jan. 2011. Disponível em: <https://ne10.uol.com.br/canal/noticias/grande-recife/noticia/2011/01/31/prefeitura-se-reune-com-ambulantes-da-feira-de-novos-e-usados-de-prazeres-255142.php>. Acesso em: 26 maio 2023.

A respeito da Feira do Rolo de Salvador (BA), a reportagem<sup>30</sup> “Salvador e sua tradicional Feira do Rolo” destaca que a feira é uma das mais antigas na cidade e que “resiste” há mais de cinquenta anos apesar das várias tentativas de impedimento por parte da prefeitura. O artigo menciona que o lugar sempre foi estigmatizado pela venda de produtos sem notas fiscais e que a prefeitura intensificou as ações de interdição durante o período da pandemia. Em outro artigo<sup>31</sup> que trata da continuidade das operações de desarticulação da feira pela Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP), em conjunto com a Superintendência de Trânsito de Salvador (TRANSALVADOR), Guarda Civil Municipal (GCM) e Polícia Militar (PM), é enfatizado que:

Sabemos que a feira é cotidiana e ilegal. Por esse motivo, resolvemos intensificar as operações, principalmente neste momento de pandemia, pois, além de ter mercadoria ilegal e aglomeração no local, as pessoas ainda não utilizam máscara (Secom, 2020).

Na altura, de acordo com a notícia, a SEMOP se comprometeu a prosseguir com as operações até que a Feira do Rolo de Salvador fosse totalmente desarticulada, pois considera que “além de ser um comércio irregular, a feira também tira a mobilidade dos cidadãos que moram no subúrbio” (Secom, 2020).

Outro exemplo é a reportagem<sup>32</sup> sobre a Feira do Rolo de Guarulhos (SP), na qual é noticiado que a realização da feira é um tema constantemente debatido pelo Conselho de Segurança Comunitária de Guarulhos (CONSEG) em razão de:

Tratar-se de um comércio ilegal que prejudica os comerciantes regulamentados do entorno e traz prejuízos a toda sociedade, já que são produtos de origem duvidosa (Feira [...], 2015).

Alguns dos noticiários analisados também reportam casos em que, ao contrário da interdição, a regulamentação das feiras e o cadastramento de feirantes são adotados como estratégia para manter o comércio sob o controle da administração pública e dos órgãos de fiscalização. Na Feira do Rolo de Piracicaba (SP), por exemplo, desde 2019 a prefeitura passou

---

<sup>30</sup> SALVADOR e sua tradicional Feira do Rolo. **GN NEWS**, Salvador, 18 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.gnrevista.com/noticia/4630/salvador-e-sua-tradicional-feira-do-rola>. Acesso em: 29 maio 2023.

<sup>31</sup> SECOM. Prefeitura vai continuar operações até Feira do Rolo ser desarticulada. **Paripe.Net**, Salvador, 3 set. 2020. Disponível em: <http://www.paripe.net/noticia?url=prefeitura-vai-continuar-operacoes-ate-feira-do-rola-ser-desarticulada>. Acesso em: 29 maio 2023.

<sup>32</sup> FEIRA do rolo da Praça 8 de Dezembro é alvo de questionamento no Conseg. **Click Guarulhos**, Guarulhos, 21 jul. 2015. Disponível em: <https://www.clickguarulhos.com.br/2015/07/21/feira-do-rola-da-praca-8-de-dezembro-e-alvo-de-questionamento-no-conseg/>. Acesso em: 26 maio 2023.

a exigir dos feirantes uma carteirinha de identificação que deve ser solicitada mediante cadastro de dados como RG, CPF, foto 3x4 e comprovante de residência junto à Secretaria Municipal de Trabalho e Renda (SEMTR), embora limitado a 60 cadastros. A justificativa para tal atitude, segundo o portal do G1<sup>33</sup>, é coibir a venda de produtos irregulares, garantir a segurança e facilitar o trabalho da guarda metropolitana. A restrição do número de feirantes, que alegadamente visa facilitar o trabalho de fiscalização e garantir a segurança de quem frequenta o local, no entanto, produz a exclusão daqueles que, por diversas razões, não atingem os requisitos para obtenção da carteirinha: “quem não estiver regularizado pode ter a mercadoria apreendida” (Prefeitura [...], 2019). Na reportagem ainda é reforçada a ideia de que a feira pode prejudicar o comércio da região onde ela ocorre em razão da ausência de encargos e de pagamento de impostos, o que eventualmente favorece o barateamento dos produtos ofertados.

O argumento de que as feiras do rolo ou troca podem impactar negativamente o comércio regular e formal do entorno está presente na maioria dos artigos de jornal pesquisados, atestando a disputa existente entre os circuitos econômicos, superior e inferior, supermercados e feiras, grandes varejistas e pequenos comerciantes. Assim, nota-se que o que está na base da discussão condiz com a configuração de espaços de poder e a sua divisão entre os circuitos econômicos, teoria esta desenvolvida por Milton Santos (1979) e referenciada em vários estudos sobre feiras.

Considerando que as práticas comerciais são também “fenômenos culturais”, Porto (2005) afirma que o circuito superior é parte da “cultura dominante”, enquanto o circuito inferior, notadamente as feiras, é entendido como “cultura subdominante” ou “alternativa”. Dessa forma, o autor esclarece que os circuitos econômicos são marcados por relações de poder evidenciadas nas disputas entre lojas varejistas e barracas de feiras. Em suas palavras, “de maneira não declarada, as lojas de comércio formal disputam com os pontos de venda do comércio informal a atenção e a procura do consumidor. Essa disputa configura relações de poder entre os dois circuitos” (Porto, 2005, p. 150-151).

Sato (2007), por sua vez, argumenta que o circuito superior, por ser hegemônico, determina as regras para o funcionamento do circuito inferior, resultando em uma convivência tensa de longa data entre eles. Em sua pesquisa, a autora constatou diversos relatos acerca das ameaças enfrentadas em relação ao acontecimento das feiras e ao trabalho dos feirantes,

---

<sup>33</sup> PREFEITURA estabelece cadastro para participação na Feira do Rolo de Piracicaba. G1, Piracicaba, 27 de abril de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2019/04/27/prefeitura-estabelece-cadastro-para-participacao-na-feira-do-rolo-de-piracicaba.gh.html>. Acesso em: 29 maio 2023.

afirmando que “a pulverização dos supermercados frequentemente é considerada a causa da queda de movimento das feiras livres” (Sato, 2007, p. 96).

Com tais exemplos é possível perceber que, ao contrário do sugerido nas reportagens, não são as feiras propriamente ditas que prejudicam o comércio formal das imediações. Pelo contrário, as feiras são frequentemente ameaçadas pelas tentativas deliberadas de extinção ou absorção de suas práticas comerciais por grandes redes de super e hipermercados, provocando, até mesmo, a sua estigmatização enquanto lugares desordenados, sem regras de funcionamento, inseguros, cujos produtos à venda são acusados de procedência duvidosa.

O contraste reside no fato de que enquanto nos circuitos superiores as atividades são orientadas para a acumulação de capital e geração de lucros, nos circuitos inferiores, nomeadamente nas feiras, as atividades estão ligadas à garantia da sobrevivência. A esse respeito Sato (2009) afirma que feiras são um tipo de atividade econômica que se abre para socorrer pessoas em situação difícil, são um refúgio, às vezes temporário, para o desemprego (Sato, 2009, p. 233). Assim, em diferentes contextos, feiras de gêneros distintos constituem alternativas de trabalho e complementação de renda, ao mesmo tempo em que disponibilizam produtos mais acessíveis economicamente e, portanto, compatíveis com seus consumidores. Segundo Porto (2005),

O modo de produção capitalista produz espaços e paisagens diferenciados, onde o acesso de uma minoria a diferentes bens e serviços se dá em detrimento de uma maioria que consome o mínimo para a sobrevivência e que se utiliza do comércio e dos serviços com características próprias. Nesse sentido, essa maioria adquire os produtos para seu consumo em locais apropriados ao seu padrão de vida. O comércio informal tem sido essencialmente, e, nesse caso, as feiras livres, utilizado pela população de baixa renda. A organização desse comércio no espaço urbano produz uma paisagem excluída, em relação aos estabelecimentos de comércio formal: as lojas e os supermercados (Porto, 2005, p. 150).

Em suma, a convivência dos circuitos superior ou “moderno” e inferior ou “marginal” é geralmente marcada por disputas e negociações que reforçam a estigmatização das práticas comerciais dos circuitos inferiores, incluindo as feiras de segunda mão ou de objetos usados aqui analisadas. Frequentemente carecem de incentivos, apoio de estruturas básicas como banheiros, segurança, sinalização, controle do trânsito de veículos, entre outros. Ademais, a ausência de equipamentos e estruturas para a realização das feiras normalmente acarreta no aspecto de abandono, improvisado e desleixo, o que corrobora para uma visão preconceituosa das feiras de objetos de segunda mão, rolo ou troca, e justifica, em alguma medida, ações de supressão ou restrição.

Vale notar, no entanto, que se originalmente as feiras são “livres” do pagamento de impostos e, portanto, negligenciadas pelos órgãos públicos municipais, por outro lado, a liberdade de organização é traço fundamental para o seu acontecimento. Conforme constatado por Giannecchini, Azevedo e Botelho (2007),

A feira tem um ambiente de liberdade, no qual as hierarquias são fluidas, as regras que emanam do poder municipal e do mundo tradicional do trabalho são frequentemente quebradas. O freguês também é abordado com uma intimidade que está fora das regras de civilidade das grandes cidades (Giannecchini; Azevedo; Botelho, 2007, p. 13).

A despeito do forte estigma imputado às feiras de modo geral, reforçando a sua posição marginal e irregular no interior dos sistemas econômicos, algumas feiras do rolo, troca ou segunda mão são mais “bem vistas” do que outras. Em uma perspectiva mais sensível em relação a aspectos históricos e culturais das feiras ligeiramente mapeadas, é possível observar a incorporação de algumas delas em roteiros turísticos e culturais, sendo incentivada a sua visitação e a promoção do comércio especializado em vendas de objetos usados ou antigos.

Com destaque para a Feira do Troca-Troca de Teresina (PI), nota-se que o fato de o lugar atualmente dispor de uma estrutura arquitetônica reconhecida como importante referência patrimonial na cidade, contribuiu para a consolidação e visibilidade do comércio que é historicamente realizado no centro da cidade às margens do rio Parnaíba. A cobertura construída em formato de abóboda de cerâmica armada e projetada em 1984 pela arquiteta piauiense Goretti Mendes para abrigar a feira, é considerada um símbolo da paisagem urbana de Teresina, segundo a Coordenação de Registro e Conservação (CRC) do patrimônio cultural do Piauí (Borsoi, 2017).

De acordo com Borsoi (2017) e Sousa (2017), a prática do troca-troca é tradicional na região central da cidade, ocorrendo muito antes da construção da cobertura adaptada para o acontecimento e permanência da feira. A estrutura, idealizada com o apoio da prefeitura, objetivou a “oficialização” das trocas e vendas informais realizadas historicamente na região. Conforme mencionado por Ribeiro e Façanha (2020), o troca-troca surgiu da necessidade de oferta e aquisição de produtos, novos ou usados, efetuadas mesmo na falta de dinheiro para as transações comerciais. Assim, a feira é considerada uma importante referência cultural, inserida em roteiros turísticos que conectam diferentes pontos de visitação no centro histórico de Teresina, como a Praça da Bandeira, o marco zero, o Mercado Central, o Museu do Piauí, a Ponte Metálica, o rio Parnaíba, entre outros.

Comparada à feira de Teresina, a Feira do Troca de Picos (PI), também conhecida como Feira do Rolo, é divulgada como um importante “espaço de encontro, vendas, compras e trocas de mercadorias”, sendo, da mesma forma, realçada a sua importância histórica e cultural para o município. Em uma vídeo-reportagem veiculada pelo portal de notícias *cidadeverde.com*<sup>34</sup>, o historiador Igor Menezes explica a origem da feira, que acontece desde a década de 1980 na cidade:

O troca-troca nasceu como uma alternativa a essa questão do dinheiro. Às vezes você está em casa, você precisa de algum produto e naquele momento não dispõe de recursos, de dinheiro, para poder comprar. E aí você vai na Feira do Troca, então você tem lá uma alternativa dessa questão de trocar produtos um pelo outro (Conheça [...], 2022).

A troca, venda e variedade de objetos usados, passados de mão em mão, são enaltecidas como uma peculiaridade que faz da feira um acontecimento relevante do ponto de vista da memória local, do pertencimento e das relações entre vendedores e compradores. Diante das dificuldades de acesso a bens de consumo, a feira representa uma alternativa para a aquisição de objetos a preços baixos, o que faz com que o hábito de revender, comprar ou trocar mercadorias usadas na Feira do Rolo se perpetue entre os moradores de Picos (PI).

Além de evidenciar a relevância cultural e econômica da feira para a cidade, a reportagem ainda denuncia a precariedade do local onde ela acontece. Segundo relatado, a falta de apoio da administração pública e a ausência de infraestruturas básicas afetam o trabalho dos feirantes: “o que nos falta aqui é só um apoio do poder público, você vê aqui, é no sol, na lama, na terra, na poeira, não tem um local para testar um aparelho [...], mas a gente tá aqui na luta” (Conheça [...], 2022).

No município de Bicas (MG), ao contrário, a Feira do Rolo conta com o apoio de representantes da Câmara Municipal no que se refere à conquista de estruturas como banheiros químicos, placas de sinalização, controle do trânsito de veículos e até mesmo a expansão da área da feira. A troca, venda e negociação de objetos por preços acessíveis é considerada positiva e estimulada, assim como a visita à feira, onde são encontrados “produtos variados,

---

<sup>34</sup> CONHEÇA a história da Feira do Troca em Picos. **Cidadeverde.com**, Picos, 20 jun. 22. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/370819/conheca-a-historia-da-feira-do-troca-em-picos>. Acesso em: 19 jun. 2023.

novos ou usados, como utensílios domésticos, ferramentas, antiguidades, roupas, artesanatos, alimentos, entre outros”<sup>35</sup> (Vereador [...], 2022).

Da mesma forma, a Feira do Rolo de Pelotas (RS) é beneficiada pelo incentivo da Prefeitura Municipal, que autoriza a utilização de espaço público fixo para a sua realização no centro histórico da cidade. A feira é vista como uma modalidade da “economia alternativa” e um meio de promover o “consumo sustentável” de vestuários e acessórios de segunda mão, onde “qualquer pessoa pode levar suas peças e negociar da maneira como quiser” (Cogoy, 2016). Segundo informa a reportagem<sup>36</sup>, o evento é inspirado em feiras de rua que acontecem no mundo todo, a exemplo dos mercados de pulgas, com o objetivo de fomentar a reutilização de peças que seriam descartadas ou desapegos para a troca e venda.

Os exemplos elencados nos levam a refletir sobre a influência dos “regimes de valor” (Appadurai, 2008) no modo como as feiras de segunda mão são percebidas, estigmatizadas ou estimadas a depender do quadro cultural em que se situam. No mapeamento proposto, percebe-se que algumas feiras do rolo são mais bem vistas do que outras, especialmente quando associadas às noções de tradição, memória, cultura, patrimônio, economia alternativa, consumo sustentável, antiguidades, coleções, entre outras. Tais atributos são definidos em relação aos regimes de atribuição de valor a objetos e a lugares de circulação das coisas.

Por outro lado, os aspectos de irregularidade, espontaneidade, improviso, fluidez, desordem etc., atribuídos às feiras livres de modo geral – e em especial às feiras de segunda mão – contribuem para a sua estigmatização, que é reforçada devido à falta de incentivos, subsídios e provimento de infraestruturas para o seu acontecimento. Para além da aparente ilegalidade das feiras, são questionadas a legitimidade, a garantia e a procedência dos objetos expostos e comercializados. Porém, como garantir a procedência de objetos oriundos de desapegos, objetos domésticos obsoletos, descartados, retirados do lixo, coleções amadoras, entre outros restos que circulam nas feiras de segunda mão? Traçar as biografias culturais desses objetos pode contribuir para dirimir e combater o estigma, bem como estimular a visitação e promover a valorização das práticas de venda, troca e consumo de objetos usados estabelecidas nesses espaços.

---

<sup>35</sup> VEREADOR quer melhorias para a Feira do Rolo. **Câmara Municipal**, Bicas, 12 abr. 2022. Disponível em: <https://www.bicas.mg.leg.br/institucional/noticias/vereador-quer-melhorias-para-a-feira-do-rolo>. Acesso em: 17 jun. 2023.

<sup>36</sup> COGOY, Carlos. Feira do Rolo: Economia alternativa reaproveita roupas. **DM Pelotas**, Pelotas, 16 jun. 2016. Disponível em: <https://diariodamanhapelotas.com.br/site/feira-do-rolo-economia-alternativa-reaproveita-roupas/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

Se o estigma se deve ao ambiente (lugar) e à qualidade de seus objetos, podemos afirmar que a variedade de percepção das feiras de segunda mão está diretamente relacionada à forma como cada sociedade interpreta, valoriza e se apropria de tais práticas comerciais e seus respectivos lugares; processos estes verificados especialmente em relação aos patrimônios culturais, cuja preservação depende da atribuição de valor patrimonial e do reconhecimento perante seus detentores.

Retomando as considerações de Appadurai (2008) acerca dos “regimes de valor”, o autor deixa claro que os objetos invariavelmente transitam dentro e fora do “estado de mercadoria”, podendo essa movimentação ser “rápida ou lenta, reversível ou terminal, normativa ou discrepante”. A passagem à esfera mercantil é determinada pela confluência de fatores temporais, culturais e sociais, evidenciando a importância de uma abordagem biográfica para a compreensão da vida social das coisas. Conforme explica, “o *contexto* mercantil se refere à variedade de arenas sociais, no interior de ou entre unidades *culturais*, que ajuda a estabelecer o vínculo entre a candidatura de uma coisa ao estado de mercadoria e a fase mercantil de sua carreira” (Appadurai, 2008, p. 29, grifos do autor). Nos exemplos que apresenta, é demonstrado que a situação mercantil pode variar segundo padrões e critérios de valoração definidos socialmente, assim como a sua desmercantilização ou singularização: “a variedade de tais contextos, no interior e através de sociedades, produz o vínculo entre o ambiente social da mercadoria e seu estado simbólico e temporal” (Appadurai, 2008, p. 29).

Ao direcionar o olhar para “o potencial mercantil de todas as coisas” o autor propõe uma perspectiva que abrange *toda* a trajetória dos objetos, “desde a produção, passando pela troca/distribuição, até o consumo” (Appadurai, 2008, p. 27), ao que acrescentamos os processos de inutilização/obsolescência, descarte e reinserção/retorno dos objetos à esfera mercantil, conforme verificado na Feira da Marreta e nas demais feiras de segunda mão mapeadas. Assim, na presente pesquisa são enfatizadas as concepções de vida e morte, produção e descarte, desfuncionalização, ressignificação e circulação, despertando a noção de segunda vida dos objetos no ambiente das feiras de modo alusivo aos patrimônios culturais e museus.

As diferenças conceituais entre coisas, restos, objetos e coleções, demonstram a circularidade imanente do mundo material e o modo como perdem ou ganham significados a depender dos “regimes de valor” e das relações sociais que deles emanam. Entendendo que o regime de valor é condição para que o objeto circule enquanto mercadoria, observamos a partir das feiras de segunda mão que objetos usados, temporariamente fora do estado de mercadoria, retornam ao contexto mercantil carregando uma biografia.

Diferentemente dos objetos que são desmercantilizados, proibidos formalmente de adentrarem na esfera mercantil, as mercadorias estão em constante movimento, podendo ser singularizadas ou até mesmo despojadas de sua qualidade de mercadoria. Isso explica os fluxos de objetos que são descartados como resíduos ou lixos, considerados obsoletos e inutilizados, mas que voltam a ser comercializados em circuitos não hegemônicos de comercialização, como as feiras de segunda mão, rolo ou troca. Para Appadurai (2008), as mercadorias são definidas desde que elucidadas as suas movimentações, referenciando quatro tipos ou situações em que os objetos passam ao estado de mercadoria:

(1) mercadorias por *destinação*, ou seja, objetos destinados principalmente à troca pelos próprios produtores; (2) mercadorias por *metamorfose*, coisas destinadas a outros usos que se colocam no estado de mercadoria; (3) mercadorias por *desvio* um caso especial, mais acentuado, de mercadorias por metamorfose isto é, objetos que são postos no estado de mercadorias embora estivessem, em sua origem, especificamente protegidos de tal estado; (4) *ex-mercadorias*, coisas retiradas, quer temporária ou permanentemente, do estado de mercadoria e postas num outro estado (Appadurai, 2008, p. 31, grifos do autor).

Tomando tais exemplos, podemos distinguir as biografias de alguns objetos transacionados na Feira da Marreta, observando traços comuns com os tipos de mercadorias mencionadas pelo autor, casos que serão explorados mais adiante na etnografia. São eles, acervos domésticos e familiares, coleções póstumas, artigos de colecionadores amadores, desapareços, restos da produção industrial, produtos próximos do prazo de validade, lotes provenientes de leilões da receita federal, descartes ou resíduos selecionados por trabalhadores(as) da reciclagem, bricolagens, antiguidades, entre outros, que são postos à venda e novamente utilizados e colecionados. Um adendo é que, mesmo em relação aos patrimônios e objetos museológicos, cuja mercantilização é restrita ou impedida, nota-se uma movimentação realizada por meio de políticas de acervo, seleção e descarte, e em casos de repatriamento ou restituição de bens culturais. Em todo caso, são os sistemas culturais e seus regimes de valoração que permitem os trânsitos dos objetos, seja na esfera mercantil, seja na esfera patrimonial ou museológica.

Ainda no que se refere à movimentação das coisas, Kopytoff (2008) da mesma forma elenca algumas situações em que a mercantilização de objetos é impedida ou restrita, o que o autor chama de “processos de singularização”. Conforme explica, “cada sociedade tem algumas coisas cuja mercantilização é publicamente impedida” (Kopytoff, 2008, p. 100), a exemplo de acervos simbólicos, terras públicas, objetos rituais, edificações reais, monumentos,

coleções etc. Frequentemente, essa singularização abrange também objetos que, comumente considerados mercadorias, são retirados da esfera mercantil ou mercantilizados de forma bastante restrita. De acordo com o autor, tais proibições ou restrições são culturais, coletivas e definem o grau de singularidade das coisas.

Por último, menciona a “mercantilização terminal” referente a objetos cujas biografias são limitadas às fases de produção e de consumo, mas que é constantemente desafiada por movimentos posteriores de remercantilização. Segundo Kopytoff (2008), está claro que a maioria dos bens de consumo é destinada pelos próprios fabricantes a ser terminal, porém, há um tipo de singularização que resulta no surgimento de um mercado de usados e no aumento do valor de troca. Nas palavras do autor, “existe uma área de nossa economia na qual a estratégia de venda depende da ênfase de que a mercantilização de bens comprados para consumo não é necessariamente terminal” (Kopytoff, 2008, p. 103). Assim, “coisas velhas, como latas de cerveja, caixas de fósforo e revistas em quadrinho, de repente assumem valor, e passa a ser vantajoso colecioná-las; assim, elas passam do que é singularmente sem valor para a esfera do que é singularmente caro” (Kopytoff, 2008, p. 109).



Imagem 13: Caixas de fósforo à venda na Feira da Ladra, em Lisboa, Portugal. Foto: Mana Rosa (2012).



Imagem 14: Caixas de fósforo à venda na Feira da Praça Benedito Calixto, em São Paulo (SP). Foto: Mana Rosa (2022).

Observamos isso em relação à Feira da Marreta e outras feiras de segunda mão, onde objetos antes inutilizados e descartados como “lixo” são mercantilizados; mas também em relação a bens culturais de usos comuns que, ao contrário, passam a integrar coleções, podendo ser patrimonializados ou musealizados. Enquanto certos objetos de consumo destinados à mercantilização terminal voltam à vida no ambiente das feiras de segunda mão, aqueles que são singularizados como patrimônios, ficam protegidos e proibidos de circularem na esfera mercantil, ou seja, têm as suas biografias interrompidas, resultando na sua “morte social”.

Tais dinâmicas de singularizações e circulação dos objetos no meio social assumem papel central na compreensão das biografias culturais dos objetos expostos e comercializados na Feira de Marreta e demais feiras de segunda mão, não somente por auxiliarem na elucidação de seus movimentos, procedências e trajetórias – que acreditamos ser ferramenta fundamental para o enfrentamento do estigma –, como também por fornecerem pistas sobre os sistemas culturais e seus respectivos processos de atribuição de valor, interpretação e apropriação de objetos e lugares de circulação. Esses critérios, na nossa opinião, são definidores do apreço ou descrédito das feiras enquanto lugares culturalmente relevantes.

Importante mencionar também que certos processos de singularização possibilitam a transformação de objetos em antiguidades. Nesses casos, a passagem do tempo desempenha um papel determinante no processo de valoração. Objetos antigos, segundo Baudrillard (2012), contradizem a lógica da utilidade prática dos objetos modernos funcionais. Revestidos por camadas de historicidade e autenticidade, eles se tornam testemunhos, passando a exercer uma função sistemática de signo. Nas palavras do autor,

Não tem mais resultado prático, acha-se presente unicamente para significar. É inestrutural, nega a estrutura, é o ponto-limite de negação das funções primárias. Todavia não é nem afuncional nem simplesmente ‘decorativo’, tem uma função bem específica dentro do quadro do sistema: significa o tempo (Baudrillard, 2012, p. 82).

Quando no interior da esfera mercantil, tais objetos podem se tornar símbolos de prestígio e posição social, alimentando um mercado especializado em relíquias, itens autênticos e raros. Assim, toda uma categoria de objetos que é considerada antiguidade passa a ter um estatuto diferenciado daqueles objetos que são exclusivamente funcionais, normalmente destinados à mercantilização terminal, conforme vimos. Sua mercantilização em espaços abertos e feiras de antiguidade não recebe o mesmo estigma atribuído às feiras do rolo ou segunda mão; pelo contrário, é valorizada como parte de atividades e eventos culturais, mesmo que em ambos os contextos subvertam a lógica hegemônica de comércio e de desuso das coisas.

Por fim, reiteramos a ideia de que a perspectiva da biografia cultural é relevante no sentido de elucidar os processos de valoração que incidem sobre os objetos e os lugares onde eles circulam, bem como as ambiguidades que adquirem em diferentes contextos capazes de encorajar ou restringir seus trânsitos no meio social. De acordo com Kopytoff (2008), “quando a mercadoria está efetivamente fora da esfera das mercadorias”, por exemplo, descartada como lixo ou singularizada como objeto antigo, “o seu *status* é ambíguo e sujeito ao vai-e-vem dos fatos e dos desejos” (Kopytoff, 2008, p. 113). Essa zona intermediária e ambígua de

mercantilização e singularização é vista como profícua do ponto de vista teórico a respeito da vida social das coisas, afinal, “no mundo homogeneizado das mercadorias, uma biografia de uma coisa é a história de suas várias singularizações, das classificações e reclassificações num mundo incerto de categorias cuja importância se desloca com qualquer mudança do contexto” (Kopytoff, 2008, p. 121).

### **3.2 O rolo como fenômeno cultural**

Já falamos a respeito das características dos circuitos superiores e inferiores da economia e o modo como geram tensões e disputas no contexto da formação e apropriação dos espaços urbanos. Porém, percebemos a partir de Appadurai (2008) que a atribuição de valor a objetos é igualmente marcada por uma dimensão política que estabelece aquilo que pode ou não ser trocado. Com isso, podemos deduzir que a desvalorização ou estigmatização das práticas comerciais realizadas nas feiras de segunda mão está diretamente relacionada à política no sentido mais amplo, envolvendo relações de poder e conflitos que influem no potencial mercantil das coisas e na deslegitimação das feiras enquanto espaços de comércio. Segundo o autor, “a política é o vínculo entre regimes de valor e fluxos de mercadorias específicos”, podendo tais fluxos serem congelados ou controlados em benefício dos que estão no poder por meio de um conjunto rigoroso de normas sobre como as mercadorias devem se movimentar (Appadurai, 2008, p. 79).

Dessa forma, concluímos que o estigma, anteriormente relacionado aos circuitos inferiores da economia, repercute nas feiras do rolo e nas inúmeras tentativas de supressão de seu comércio, acusado de repassar objetos de procedência duvidosa, evidenciando o modo como as relações de poder e os regimes de valoração afetam a organização e a continuidade das feiras de segunda mão nos lugares onde elas acontecem.

Se, por um lado, o mapeamento de feiras congêneres à Feira da Marreta aponta para a recorrência da estigmatização das feiras de segunda mão, por outro, indica que a prática do rolo ou do “troca-troca” é um fenômeno presente em diversas feiras espalhadas pelo Brasil e pelo mundo.

Em seu estudo sobre a Feira do Rolo de Ceilândia (DF), Tavares (2005) demonstra que o “rolo” é um sistema de trocas informais que se distingue por oferecer uma variedade de produtos a preços acessíveis, tendo também como característica a comercialização de objetos usados, muitas vezes provenientes do descarte ou reutilização de itens qualificados como lixo. Porém, o que não falta é o estigma do “rolo”, frequentemente interpretado de forma pejorativa.

Algumas definições pesquisadas<sup>37</sup> incluem o termo com os significados de “grande aglomeração de pessoas, multidão, confusão, alvoroço, baderna, bagunça, barafunda”, entre outros; o que nos leva a perceber que a prática tradicional do “rolo”, ligada a entrepostos comerciais e a trocas não monetárias que deram origem a feiras e cidades, nos dias de hoje é vista como uma prática desordenada, irregular ou contraventora.

Conforme contextualizado ao longo da etnografia, o surgimento das feiras no Brasil remonta ao período colonial, com a introdução de um sistema de trocas de mercadorias caracterizado pela prática o escambo. A escassez de circulação de moedas no período levou ao estabelecimento de uma economia não monetária, baseada na troca ou permuta de objetos materiais e bens de consumo de primeira necessidade. Nesse sentido, o “rolo” é interpretado como uma prática associada ao escambo, como um traço ou resquício de relações de trocas realizadas especialmente no Nordeste brasileiro, onde as feiras são consideradas uma modalidade tradicional de mercado periódico com grande influência na formação de povoamentos e cidades como Campina Grande (PB), Mossoró (RN), Crato (CE), Sobral (CE), Feira de Santana (BA), Caruaru (PE) e Garanhuns (PE) (Araújo Gonçalves; Holanda, 2017).

O dossiê que trata da proposição da Feira de Caruaru (PE) como patrimônio imaterial nacional reitera que a atual prática do “rolo” reproduz a antiga instituição do escambo praticada no Brasil colônia (Iphan, 2009, p. 92). A respeito da Feira do Troca-Troca integrada à grande Feira de Caruaru (PE), o documento demonstra que ela permanece como uma significativa reminiscência de relações centenárias de escambo, representando um importante espaço de resistência socioeconômica e cultural em razão de viabilizar o acesso a bens de consumo a preços acessíveis e a construção de sólidas redes de sociabilidades (Iphan, 2009, p. 66). Ainda de acordo com o dossiê, tais costumes se perpetuaram devido à existência de “indivíduos e grupos que estão sempre a permutar o que adquirem, recebem ou ganham”, colocando em circulação objetos em desuso ou considerados inúteis, “rendidos à atração exercida pelo costume do ‘fazer o rolo’, do trocar pelo prazer que isto lhes traz” (Iphan, 2009, p. 46). Logo, a Feira do Troca-Troca de Caruaru (PE) é vista como fundamental para o entendimento de estruturas e práticas socioculturais que forjaram, em alguma medida, nossa identidade cultural:

---

<sup>37</sup> ROLO. *In: Dicio, Dicionário Online de Português*. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/rolo/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

ROLO. *In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2023. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/rolo>. Acesso em: 11 jun. 2023.

Ela indica que a memória do costume do troca-troca não se apagou, que a manutenção deste uso entre a população pobre dá validade permanente a esta estratégia de sobrevivência e que tal prática é importante como fonte de sociabilidades e de conhecimentos (Iphan, 2009, p. 93).

Dessa forma, vemos que a categoria “rolo” como prática estigmatizada de negociação e troca de objetos usados “sem procedência” pode e deve ser analisada em relação a costumes enraizados e reproduzidos historicamente como parte estruturante de relações socioculturais permanentes até os dias de hoje, ainda que consideradas inferiores ou não hegemônicas no interior dos circuitos econômicos capitalistas.

Ao analisar a Feira do Rolo de Ceilândia (DF), Tavares (2005) constatou que a despeito deste comércio local persistir como uma relevante expressão da memória e da cultura nordestinas, o termo “rolo” passou a adquirir uma conotação de cunho pejorativo não mais associado a uma prática tradicional de trocas de mercadorias, mas a uma prática estigmatizada como contraventora e irregular de comercialização de objetos sem procedência. Segundo o autor:

O surgimento da Feira do Rolo concomitante à cidade, a princípio, trazia consigo aspectos da preservação da memória coletiva prevista no escambo, bem como apresenta uma alternativa econômica para a comunidade nordestina e de baixa renda. No entanto, o fato de a Feira do Rolo não possuir qualquer controle de fiscalização e de suas mercadorias em grande parte não terem uma documentação regular a levou a ser considerada um espaço ilegal, que mais tarde será objeto de constantes investidas por parte do Estado no sentido de sua erradicação (Tavares, 2005, p. 56).

Com base nessas considerações, verificamos que o “rolo”, antes contendo um significado cultural e econômico relevante, ganha uma conotação depreciativa que se reflete no estereótipo das feiras do rolo como espaços ilegais, bem como nas nomenclaturas que surgem a partir da experiência das feiras, tais como roleiro, gambireiro, biscateiro e marreteiro.

Na feira de Ceilândia (DF), segundo Tavares (2005), a rede de sociabilidades é composta por múltiplos personagens, representando sujeitos e papéis sociais que constituem parte da “cosmologia” da feira. São eles, os donos de bancas, barraqueiros; os vendedores ambulantes, marreteiros e gambireiros; os jogadores, chiqueteiros; entre outros. Segundo o autor, são os próprios barraqueiros, feirantes “oficiais” pagantes de impostos, que utilizam os termos “gambireiro” ou “marreteiro” para caracterizar os vendedores ambulantes que não possuem local definido para a realização de trocas ou vendas de mercadorias.

Conforme explica o autor, gambireiros e marreteiros praticam o rolo em pontos variados da feira de Ceilândia, comercializando todo tipo de objetos de modo não burocrático, informal e itinerante. Contudo, “todos os feirantes dessa categoria possuem outras atividades no decorrer da semana: vendedores ambulantes, catadores de lixo e sucata, técnicos em eletrônica, mecânicos, servidores públicos, entre outros” (Tavares, 2005, p. 90). Na qualidade de vendedores ambulantes ocasionais associados ao comércio de objetos sem documentação, os marreteiros, neste contexto, geraram especulações acerca da fiabilidade do comércio local que chegou a ser alcunhado “feira do roubo”. A esse respeito, Tavares (2005) afirma que:

O termo ‘rolo’ de fato, não se encerra simplesmente, variando quanto a seu conteúdo semântico, dependendo do ambiente e dos atores envolvidos. Nota-se que há no discurso das autoridades do Estado uma tentativa de associar a Feira do Rolo a práticas ‘ilegais’, ‘marginais’ ou mesmo ‘criminosas’. O feirante organizado na Associação reforça o discurso de que a Feira do Rolo trazia consigo o estigma de feira ilegal, o que prejudicaria sua imagem junto à sociedade de um modo geral. Outros frequentadores que promovem o intercâmbio de mercadorias na forma do rolo o defendem como prática legítima, dadas à tradição e às necessidades econômicas (Tavares, 2005, p. 77).

Assim, a gradual rejeição do termo para caracterizar a feira, claramente ligada a um imaginário que continuamente associa a palavra a práticas contraventoras, resultou nas várias mudanças de endereço e, conseqüentemente, no caráter itinerante da organização da Feira do Rolo de Ceilândia (DF), originalmente realizada no centro da cidade. Inclusive entre os feirantes, essa recusa do termo suscitou até mesmo a alteração do nome para Feira do Povo, na ideia de que a imagem de feira desordenada e ilegal poderia ser superada pela supressão do adjetivo “rolo” associado ao “roubo”. Com a progressiva remoção da feira da área central para outras regiões e bairros da cidade, foi criada a “Associação da Feira do Povo”, evidenciando o campo de disputas semânticas e simbólicas ao qual estão submetidas tais feiras e os objetos que nelas circulam.

Algo semelhante ocorreu relativamente à Feira da Marreta em Goiânia (GO), como pode ser verificado por meio da reportagem “Feira muda de nome, mas não muda a prática”, veiculada pelo canal Sagres de comunicação. Na matéria, a visão de que a mudança de nome da feira objetivava a legitimação de seu comércio fica evidente. Conforme reportado: “na tentativa de legalizar o comércio informal optaram por novo nome e a Feira da Marreta passou a ser chamada de Feira Múltipla. Uma mudança só de denominação que não coibiu a prática criminosa que ocorre ali todos os domingos” (Paulo, 2013, p. 3).

Retratada como um “velho costume de nordestinos que povoaram a região leste da nova capital”, o texto repercute uma visão depreciativa ao afirmar que, ao longo dos anos, “a inocente troca foi sendo ocupada por pessoas mal intencionadas que vendiam produtos roubados”. A narrativa não somente é reduzida a uma visão preconceituosa das atividades comerciais realizadas no local, como também corrobora com a associação do termo “marreta” aos significados de “roubar” e “tomar do alheio”.



Imagem 15: Quadro “Origem da Feira da Marreta”, veiculado na matéria “Feira muda de nome, mas não muda a prática” (Paulo, 2013).

Além disso, o estereótipo pejorativo é replicado em frases do tipo: “um lugar onde se vende de tudo: novos e usados, e com preços tão baixos que levantam suspeitas”, ou mesmo na opinião de que:

Diferente das demais feiras da cidade, a Feira da Marreta não tem nenhuma organização. Quem não tem barraca, coloca um pano no chão e vende sua velharia por ali mesmo. A feira, com quase 50 anos, poderia até ser um ponto turístico dada a sua tradição, mas só provoca constrangimento (Paulo, 2013, p. 1).

Com este exemplo, podemos observar que a característica de comércio informal, não dominante, originado de práticas comerciais dos circuitos inferiores, é frequentemente interpretada como ilegal, desordenada e sujeita a repressões. Da mesma forma, percebemos que as negociações e trocas de objetos usados, consideradas tradicionais e históricas, continuam a existir a despeito de “regimes de valor” e visões de mundo marcados como “expressões dos interesses das elites” (Appadurai, 2008, p. 79), sendo classificadas como “velhas”, ou obsoletas.

Essa visão do “rolo” como algo ligado a práticas ilegítimas é reiterada em outros trabalhos que veem o rolo ou o “roleiro” como “comércio de permuta de mercadorias de origens

diversas, tanto lícitas quanto ilícitas”, sugerindo que o rolo é praticado exclusivamente por “pessoas que estão desempregadas, por aposentados, por jovens e também por trabalhadores que fazem um ‘bico’ como forma de complementar a renda” (Diniz, 2016, p. 348).

É certo que as feiras, de modo geral, surgem como uma alternativa para pessoas que enfrentam dificuldades financeiras, permitindo que elas realizem diversos tipos de trabalhos temporários, como demonstrado por Sato (2009). No entanto, isso não significa que esse comércio deva ser injustamente associado a atividades ilegais, contravenções e roubos, ou que seja inferior simplesmente por ser informal.

Assim, a prática costumeira e histórica de comercialização e troca de todo e qualquer tipo de objeto – que inclui ferramentas, materiais de construção, aparelhos eletrodomésticos, relógios, roupas, alimentos, celulares, bicicletas, entre outros – passa a ser atravessada por um discurso que se refere à feira como um espaço destinado à circulação de produtos roubados e furtados, conforme observado por Tavares (2005, p. 57). No entanto, segundo o autor, tais narrativas reproduzidas no imaginário social não correspondem a uma constante em relação ao que de fato ocorre no lugar, até porque tudo acontece em um espaço público aberto aos olhos de toda fiscalização ou coibição. Em sua argumentação, Tavares ainda afirma que “a própria polícia admite que não existem informações fatuais que corroborem para que a Feira do Rolo seja um espaço da criminalidade como se costuma atribuir” (Tavares, 2005, p. 60); ou seja, a alcunhada “feira do roubo” não é reconhecida como tal pela própria polícia.

Isso não quer dizer que atitudes infratoras não ocorram nas feiras do rolo, algo que não é exclusivo de feiras ou espaços marginalizados, como em Ceilândia ou na Feira da Marreta. O próprio dossiê de inscrição da Feira de Caruaru (PE) recomenda que as batidas policiais para averiguação, quando necessárias, se restrinjam a indivíduos ou a denúncias, já que:

Muitas vezes penalizam culpados e não-culpados. Seriam mais eficientes se feitas em decorrência de mandados de prisão e/ou de denúncias formais sobre roubos de artigos comercializados ou trocados, restringidas aos indivíduos denunciados e não a todos os feirantes (Iphan, 2009, p. 67).

Com tais reflexões, podemos notar que a caracterização do “rolo” como um fenômeno cultural ainda carece de um esforço contínuo de valorização das práticas socioculturais engendradas nesses lugares. É característico que:

No rolo se negocia, um oferece o produto que é depreciado pelo outro que tende a recusá-lo demonstrando que o mesmo não é tão valioso quanto parece. O primeiro a oferecer reforça o valor e uma suposta intenção de simplesmente

promover uma troca equilibrada em que não há vantagens sendo. Nessa interação se utilizam gestos ilustrativos, expressivos, testa-se os objetos, procura-se estabelecer vínculos de confiabilidade que resultam eventualmente nas trocas dos objetos (Tavares, 2005, p. 112).

Essa descrição evidencia aspectos de comportamentos e papéis sociais que surgem das relações entre aqueles que praticam o rolo nas feiras. Esse universo, formado por barraqueiros, roleiros, marreteiros e gambireiros, é mediado pelo mundo material na condição de objetos reaproveitados e ressignificados, que tanto constituem subjetividades quanto permitem a realização de inúmeras atividades profissionais, criativas, artísticas e científicas que influenciam a nossa existência no mundo. Os lugares, socialmente construídos, passam a construir indivíduos e redes de sociabilidades; ancoram memórias, fundam identidades, pertencimentos e sentidos para a vida culturalmente estruturada. Nossa pesquisa, voltada para objetos materiais, tem como pano de fundo a constituição de subjetividades; conforme referenciado logo no início:

A interpretação antropológica de quaisquer formas de vida social e cultural passa necessariamente pela descrição etnográfica dos usos individuais e coletivos de objetos materiais. Não apenas pelas razões evidentes de que esses objetos preenchem funções práticas indispensáveis, mas, especialmente, porque eles desempenham funções simbólicas que, na verdade, são pré-condições estruturais para o exercício das primeiras (Gonçalves, 2007, p. 8).

Com a presente análise, percebemos as feiras como expressões culturais e seus objetos circulantes como parte do processo contínuo e variável de valoração das coisas, dos “trechos e troços” (Miller, 2013) que compõem o mundo material.

Em seu trabalho sobre a feira de Ceilândia, Tavares (2005) conclui que a Feira do Rolo se configura como uma instituição de ordem socioeconômica que, ao promover a inclusão por meio de seu mercado alternativo e economicamente acessível, articula cidadania e consumo. Além disso, ela também representa a memória e o patrimônio de origem predominantemente nordestina, “uma prática tradicional rural ressignificada em um espaço urbano periférico” (Tavares, 2005, p. 66). Conforme afirma o autor,

Atualmente o ‘rolo’, como parte das antigas tradições advindas de cultura popular nordestina, continua como uma instituição política controversa em Ceilândia. Constitui um patrimônio que não é observável simplesmente pelo viés arquitetônico, material, mas pela perspectiva de ‘patrimônio cultural imaterial’, que se refere à ação, à memória e à identidade de um grupo formador da sociedade vista como um ‘bem cultural vivo’. Ele é resultado de processos culturais de construção de sociabilidade, de formas de

sobrevivência que merecem mais atenção e apoio das instituições relacionadas a cultura. O rolo constitui uma festa, uma celebração de práticas tradicionais num contexto de novos valores. No mundo contemporâneo, em que há grande complexidade, a feira acaba por se configurar como lugar de concentração de práticas coletivas que não constituem um patrimônio no qual haja uma identificação das elites (Tavares, 2005, p. 123).

Essas considerações exemplificam de forma paradigmática o estudo da Feira da Marreta em Goiânia e, oportunamente, de outras feiras “do rolo”. O trabalho de mapeamento de feiras congêneres permitiu verificar que o rolo é um fenômeno cultural e econômico que configura práticas diferenciadas em feiras de objetos usados ou segunda mão. Promover sua importância como referência cultural e patrimonial, compreendendo-as como espaços de interações sociais, pode fortalecer a ideia de que essas feiras são lugares representativos de pessoas e de redes de relacionamentos que se desenvolvem a partir delas.

Finalmente, as discussões aqui apresentadas visam lançar luz sobre o problema do estigma das feiras de segunda mão e sobre a forma como são frequentemente associadas a atividades contraventoras e irregulares na venda de objetos usados; sendo ignoradas ou profundamente desconhecidas as origens históricas e socioculturais de práticas comerciais e circulação de mercadorias estruturadas por um sistema informal de trocas, cujos valores são negociados a depender do sistema cultural onde transitam.

Tendo como referência os processos de atribuição de valor patrimonial ou museológico a objetos materiais e seus respectivos espaços de circulação, o capítulo visou demonstrar que o estigma das feiras de segunda mão, comumente nomeadas “feiras do rolo”, se deve ao modo como cada sociedade interpreta, valoriza e se apropria de suas referências culturais. Essa ressonância (Gonçalves, 2007) entre a população é bastante valiosa quando se fala em preservação dos patrimônios culturais, o que não deixa de ser válido para lugares ainda não inventariados e registrados oficialmente. O intuito, orientado pelo ofício da preservação da memória e dos patrimônios culturais, é contribuir para a visibilidade e o reconhecimento da Feira da Marreta como um bem cultural significativo para o município de Goiânia, argumentando em favor da sua manutenção e permanência, mesmo frente a esforços de sucateamento e repressão que ameaçam o seu acontecimento.

Nesse sentido, vale debater sobre o preconceito que incide sobre as feiras de segunda mão? Foi observando outras feiras congêneres que pudemos refletir sobre o estigma que paira sobre as feiras e mercados de usados, considerados circuitos inferiores da economia. Traçar um paralelo em relação a outras feiras especializadas em antiguidades ou legitimadas

enquanto locais culturais, levou à compreensão de que existe um esforço político em neutralizar e invisibilizar determinados espaços urbanos e seus usos sociais.

Conforme percebido por Tavares (2005) no caso de Ceilândia (DF), “a Feira do Rolo acaba por ser uma reapropriação de práticas tradicionais da troca do escambo, num ambiente marginal, como um dos poucos patrimônios públicos da comunidade” (Tavares, 2005, p. 72). Essa afirmação também pode ser aplicada à Feira da Marreta em Goiânia, já considerada por aqueles que fazem e frequentam a feira como um legítimo patrimônio cultural.

Da mesma forma que a Feira do Rolo de Ceilândia, a Feira da Marreta possui uma origem ligada à cultura e às tradições nordestinas, seja pela influência de trabalhadores migrantes que atuaram nessas localidades, seja pela reprodução de costumes originados por meio de trocas em feiras e mercados abertos considerados típicos da região Nordeste do país.

Se, por um lado, observamos práticas culturais arraigadas no tempo e no espaço, por outro, verificamos o sucateamento das feiras devido à ausência de apoio para sua organização, o que agrava o aspecto de abandono e fortalece a sua estigmatização. Ao contrário de feiras de segunda mão que são incorporadas em roteiros turísticos e culturais, valendo-se das atribuições de objetos fetichizados, passíveis de colecionamento, antigos, artísticos ou exóticos, bem como da localização centralizada muitas vezes em conexão com áreas e bens tombados; as feiras “marginalizadas”, atendendo a uma população pobre e periférica, passam invisibilizadas pelo poder público e demais agências de fomento cultural.

Portanto, foi também por meio do mapeamento de feiras congêneres que pudemos verificar a existência de feiras do rolo “bem vistas”, apoiadas e incorporadas em agendas políticas locais. Afinal, como exigir a procedência ou apresentação de notas fiscais referentes a objetos desutilizados e comercializados como artigos de segunda mão nos espaços dessas feiras? Não seriam também os feirantes colecionadores de objetos materiais? Por fim, o trabalho de mapeamento das feiras nos leva a concordar que os regimes de valor são determinantes na vida social das coisas. A depender deles, feiras de objetos usados são mais ou menos aceitas, positivamente valoradas ou estigmatizadas, por vezes sem entender que “a reciclagem patrimonial está na base de uma economia (um compartilhamento de riquezas) destinada a ser um compartilhamento de restos de riquezas, uma arte de acomodar os restos” (Debary, 2017, p. 36).

## Capítulo 4. O trabalho de campo na Feira da Marreta

*Desinventar objetos. O pente, por exemplo. Dar ao pente funções de não pentear. Até que ele fique à disposição de ser uma begônia. Ou uma gravanha. Usar algumas palavras que ainda não tenham idioma.*

(Manoel de Barros, 2010)

Ao apresentar e situar os estudos de cultura material “entre campos” (Lima Filho, 2012), demonstrando brevemente o seu histórico e os diferentes olhares disciplinares que iluminam os estudos sobre objetos, temos em vista a chamada “antropologia dos objetos” ou “antropologia das coisas”. Entendemos, a partir das discussões apresentadas no primeiro capítulo, que parte das dificuldades relativas à inserção e ao avanço desses estudos no interior da Antropologia é derivada de uma tradição intelectual que opõe natureza e cultura, sujeito e objeto, material e imaterial.

Da mesma forma, foi possível refletir sobre os diferentes “regimes de valor” e os estatutos que os objetos adquirem ao circularem em diferentes contextos, sendo, inclusive, compreendidos e nomeados distintivamente como coisas, trecos, artefatos, resíduos, restos, desperdícios, coleções etc., a depender da abordagem adotada. À vista disso, entendemos também que a separação entre materialidade e imaterialidade, presente sobretudo na classificação dos patrimônios culturais, é considerada enganosa (Chuva, 2011, p. 162) e basicamente operacional (Meneses, 2012, p. 31). Afinal, objetos e seus lugares de circulação agregam valores ao mesmo tempo tangíveis e intangíveis.

Partindo dos estudos de cultura material, a presente etnografia toma a Feira da Marreta como espaço privilegiado para as discussões em tela. A pesquisa se ampara na linha denominada “etnografia dos patrimônios, memórias, paisagens e cultura material”. Na condição de objeto de estudo, a feira oferece um campo potente para a compreensão do ciclo de vida das coisas, considerando as diferentes esferas de valoração a que estão sujeitas ao circularem em diferentes contextos. No contexto da feira é possível notar uma abundante variedade de objetos, novos e usados, repassados de mão em mão, oriundos de descartes, coleções privadas, artesanatos, manufaturados, equipamentos, confecções caseiras ou mesmo restos da produção industrial que, ao circularem, ganham novo *status* ou segunda vida.

Doravante, o objetivo consiste em apresentar algumas situações verificadas em campo relativamente aos objetos que são expostos na Feira da Marreta. Para tanto, algumas estratégias foram adotadas como forma de conduzir as observações levadas a cabo.

Seguindo as pistas de Mott (2000) para pesquisa de campo em feiras e mercados, inicialmente visamos à contextualização histórica da feira por meio do exame de fontes bibliográficas e documentais, pesquisas acadêmicas, estudos de caso, relatos, registros, matérias jornalísticas, em suma, aquilo que já foi registrado sobre essa realidade. Essa etapa auxiliou na verificação de sua relevância histórica, econômica e cultural, bem como da conexão que eventualmente estabelece com outras feiras e demais espaços de visitação. Ainda nessa fase, foram pretendidos o mapeamento e a análise lateral de outras feiras que pudessem iluminar o objeto de estudo. O propósito foi, a partir de uma densa revisão bibliográfica sobre o gênero das feiras, explorar o potencial analítico que os estudos de caso oferecem para refletir sobre os problemas levantados na etnografia, como o estigma e o necessário reconhecimento patrimonial da Feira da Marreta. Segundo Mott,

Qualquer pesquisa sobre feiras e mercados deve começar pela reconstituição da história desta instituição: desde quando existe a feira, quem determinou sua instalação, que documentos informam sobre suas origens e evolução, o que os comerciantes ou compradores mais antigos podem informar sobre como era a feira **antigamente** (Mott, 2000, p. 22, grifo do autor).

Assim, os dados levantados no capítulo 2 foram fundamentais para a compreensão do modo como a Feira da Marreta é inserida no universo cultural da cidade, sendo pouco reconhecida ainda que com grande relevância histórica para o município.

Os critérios para a interação com feirantes e frequentadores da feira foram estabelecidos livremente, de modo espontâneo, conforme a abertura das pessoas para o diálogo. Já bastante receosos do estigma de feira de produtos roubados e das duras fiscalizações, não raro, alguns interlocutores se demonstraram tímidos em narrar abertamente sobre suas atividades, em parte pelo fato de que muitos feirantes exercem outras atividades profissionais ao longo da semana. Como a presente etnografia possui foco nos objetos materiais e suas mudanças de estatuto, isso não foi visto como um grande impasse. Outros problemas e seus desdobramentos poderão ser abordados em futuras pesquisas.

Mediante diálogos estabelecidos na Feira da Marreta, foi possível construir amostragens dos objetos segundo as classificações que lhes são sugeridas pelos próprios feirantes e frequentadores. Tais interlocuções, possibilitaram a apreensão das diferentes categorias, classificações e valorações dos objetos transacionados no local.



Imagem 16: Objetos na Feira da Marreta. Fotos: Mana Rosa (2022).

Ao formular questões semelhantes às apresentadas por Kopytoff (2008) para fazer a biografia de uma coisa – “de onde vem a coisa, e quem a fabricou? Qual foi a sua carreira até aqui, e qual é a carreira que as pessoas consideram ideal para esse tipo de coisa?” (Kopytoff, 2008, p. 92) –, foi possível identificar alguns exemplos relevantes de objetos em evidência na feira. Foi igualmente importante considerar as pessoas envolvidas nos processos de seleção, exposição, negociação, comercialização e consumo desses objetos.

Muitos feirantes trabalham com reservas de acervos formados pela seleção e coleta de objetos descartados como lixo. Não somente os trabalhadores da reciclagem, mas em muitos pontos de venda que se estabelecem pelo trabalho individual de recolha de objetos no estilo brechó. Também é comum que frequentadores da feira vejam nesses pontos (às vezes bancas ou lonas estendidas no chão) um destino para objetos domésticos que já não lhes servem mais. Isso também ocorreu no decorrer da minha permanência na feira pela doação de objetos que desejava me desfazer, enquanto outros também me foram doados, criando uma verdadeira relação de dádiva (Mauss, 2003). Resultou disso uma pequena coleção particular de objetos da Marreta.



Imagem 17: Objetos dispostos sobre lonas na Feira da Marreta. Foto: Frame de vídeo Coletivo Marreta (2023).

Na medida em que o trabalho de campo esteve orientado para a busca de exemplares de objetos e suas classificações no meio social, foram suscitadas reflexões acerca do caráter funcional das coisas e sobre lacunas dos esquemas classificatórios. Foi então preciso capturar qual arranjo poderia se adequar a alguns objetos presentes na Feira da Marreta, normalmente instigando perguntas do tipo: “pra que serve isso?”

Outra situação observada diz respeito a coisas que, aparentemente, não possuem o menor valor de troca, mas são amplamente expostas como mercadorias vendáveis, tais como esponjas de louça desgastadas, chaves enferrujadas, rolos de fitas adesivas abertos, pedaços de fios elétricos descascados, frascos vazios de produtos de higiene, tampas de plástico perdidas, e todo tipo de “restos” que se possa imaginar. Algumas vezes são comercializadas não na qualidade de objetos, mas de materiais constitutivos que servem para qualquer tipo de arranjo: são “coisas” mutáveis a partir da manipulação de suas propriedades físicas.

Considerando o *Tesouro de Objetos do Patrimônio Cultural dos Museus Brasileiros* (2016) como referência, percebemos que a definição de termos/nomes para os objetos materiais parte da premissa de que “todo objeto feito pelo homem é originalmente criado para cumprir alguma função (conhecida ou inferida); e mais, que a função original é o único denominador comum que está presente em todos os artefatos” (Ferrez, 2016, p. 8). Na construção desse tesouro, a função primordial do objeto é considerada parte essencial da tarefa

de classificar, pois é tida como atributo imutável presente em todos os objetos, cujo desconhecimento ou dubiedade são vistos como impasses na elaboração do instrumento.

O que sucede, então, com aqueles objetos que extrapolam seus usos ordinários e familiares, não se restringindo a uma única função/utilidade? Restam fora dos esquemas classificatórios? O potencial de se pensar sobre a vida das coisas, suas biografias, reside justamente na constatação de que a ideia de função é insuficiente para explicar a complexa relação entre seres humanos e objetos materiais. Miller (2013), ao debater sobre o papel da ideia de função nos estudos de cultura material, afirma que ela desempenhou um papel-chave nos modelos explicativos baseados no evolucionismo e que, por essa razão, não dá conta de elucidar as diferenças culturais e os diferentes usos e significados atribuídos às coisas (Miller, 2013, p. 70-74).



Imagem 18: Tábua de madeira. Foto: Tatiana Leal (2023).



Imagem 19: Suporte para planta. Foto: Mana Rosa (2023).



Imagem 20: Capinhas de celular usadas. Foto: Mana Rosa (2023).

Na Feira da Marreta, por exemplo, uma geladeira é abstraída de sua função original e convertida em uma potente caixa de som amplificada, adornada com luzes e efeitos no estilo “paredão”<sup>38</sup>, demonstrando empiricamente a afirmação de Baudrillard (2012), de que um objeto, “não servindo para nada, serve profundamente para qualquer coisa” (Baudrillard, 2012, p. 83).

---

<sup>38</sup> Os chamados “paredões de som” consistem em potentes e avantajados equipamentos de som móveis, inicialmente instalados como sons automotivos e amplamente disseminados em festas de rua, sendo, inclusive, considerados uma importante referência patrimonial em Belém (PA).



Imagem 21: Caixa de som à venda na Feira da Marreta. Foto: Mana Rosa (2021).

Baudrillard (2012), ao discorrer sobre “o sistema dos objetos”, questiona a possibilidade de classificar um mundo de objetos que se prolifera e se modifica contínua e muito rapidamente, afirmando que essa atividade frequentemente:

Pouco diz sobre a questão de saber como os objetos são vividos, a que necessidades, além das funcionais, atendem, que estruturas mentais misturam-se às estruturas funcionais e as contradizem, sobre que sistema cultural, infra ou transcultural, é fundada a sua cotidianidade vivida (Baudrillard, 2012, p. 10).

Da mesma forma como em Baudrillard (2012), a investigação sobre os objetos que circulam na Feira da Marreta não trata dos objetos que atendem simplesmente a uma função, “mas dos processos pelos quais as pessoas entram em relação com eles e da sistemática das condutas e das relações humanas que disso resulta” (Baudrillard, 2012, p. 11).

Pode acontecer de um “refrigerador”, na Feira da Marreta, não mais servir para “refrigeração”, tratando-se, nesse caso, de um “objeto abstraído de sua função” (Baudrillard, 2012, p. 94). No entanto, ao retornar ao ciclo de “vida” ou de utilidade, agora não mais para refrigerar, converte-se em outra funcionalidade – para a qual não foi originalmente concebido – na qualidade de “coisa”: de geladeira à caixa de som potente.

Ingold (2012), para provocar seus alunos a percepção da diferença entre “coisas” e “objetos”, propôs a atividade de fabricação de uma pipa em um ambiente fechado. Ele diz que “a partir do momento em que foi levada para fora, a pipa deixou de figurar [...] como um objeto que pode ser colocado em movimento para tornar-se um movimento que se resolve na forma de uma coisa” (Ingold, 2012, p. 33). Da mesma forma que a pipa-no-ar, a trajetória biográfica de uma garrafa de sidra descrita por Bonnot (2015) demonstra a situação em que uma coisa, não mais utilizada como recipiente, converte-se em material de construção (matéria) e posteriormente em achado arqueológico dotado de valor epistemológico. Sua análise sobre a trajetória dos objetos materiais leva à compreensão de que:

Os valores atribuídos aos objetos, incluindo o valor científico – histórico, técnico, simbólico – não são unívocos nem imutáveis. Eles são constituídos pelas cargas acumuladas durante o percurso biográfico do dito objeto e pela sedimentação dos estatutos sociais que se produziram ao longo de suas circulações entre os homens. Os objetos não possuem nem valor intrínseco, nem destino previsível: eles são coisas que são providas e desprovidas de sentido ao longo de sua passagem de mão em mão (Bonnot, 2015, p. 149).

Sendo as “coisas” passíveis de serem, ao mesmo tempo, providas e desprovidas de valor/estatuto, não seguem permanentes e reduzidas ao *status* de “objeto”, estes mais propensos aos sistemas de classificação. É dessa forma que a análise dos objetos que são expostos e circulam na Feira da Marreta contribui para o debate acerca dos dissensos e impasses relativos aos processos de atribuição de valores patrimoniais a bens culturais de usos cotidianos, visto que essa operação obedece a critérios especializados que invariavelmente sobrepujam os valores mobilizados localmente pelos detentores diretos de tais referências culturais e que, da mesma forma, podem variar.

Por outro lado, considerando que a própria feira pode ser vista como um grande artefato, de antemão classificada como urbana, de tipo especial e de ocorrência semanal, fica evidente que sua significativa abrangência cultural e longa permanência histórica justificam a sua classificação também como patrimônio cultural imaterial.

Esses fatores levam-nos a refletir, inclusive, sobre a possibilidade de pensar a feira como museu, conforme sugerido por Santos (2018) em seu estudo sobre a Feira de Pedra Sabão de Ouro Preto (MG). Segundo o autor, a associação entre feira e museu fundamenta-se nos princípios da Sociomuseologia<sup>39</sup>, pelos quais é possível reconhecer vetores dos processos

---

<sup>39</sup> Sociomuseologia ou Museologia Social representa um movimento de alargamento das funções tradicionais dos museus e da Museologia, definida por Moutinho como “uma área disciplinar de ensino, investigação e atuação que

museológicos em diferentes espaços, sendo a feira analisada por ele entendida como um campo expandido de musealização. Em suas palavras,

Pensar a feira como museu permite relacionar as perspectivas teóricas contemporâneas da Museologia e alargar o conceito de museu para fora dos muros, se movendo, então, para outros espaços que não os edifícios que abrigam instituições museológicas tradicionais (Santos, 2018, p. 237).

Ainda com base nas orientações de Mott (2000) para etnografias de feiras e mercados, procedeu-se também a análise das espacialidades que integram a Feira da Marreta, examinando a distribuição de barracas, a delimitação dos circuitos, as áreas de concentração dos objetos, entre outros aspectos, entendendo que “mesmo no espaço aberto da feira, ao ar livre, há valorizações diferentes dos locais” (Mott, 2000, p. 25). Tal atividade incluiu o mapeamento e a reconstrução sistemática da disposição dos pontos de venda ao longo da feira, resultando na constatação da existência de espaços mais ou menos privilegiados, de maior e menor circulação de pessoas, o que se reflete também na qualidade das instalações.

A representação visual das espacialidades da feira demonstra as principais áreas de concentração de objetos, sugerindo um ordenamento que, embora ligeiramente influenciado por suas tipologias, destaca-se pela divisão relativamente equilibrada entre os vendedores ambulantes e os pontos fixos de venda. Além de traçar uma cartografia da circulação de pessoas e objetos, o mapeamento da feira auxiliou no reconhecimento de feirantes e barracas, permitindo observar como a disposição espacial influencia o acesso e o consumo dos objetos, o que, por sua vez, facilitou a coleta de dados no campo.

Conforme mencionado anteriormente, a Feira da Marreta está localizada no bairro Nova Vila, entre a 5ª Avenida e a Avenida Fuad Rassi, duas vias que dão acesso à região norte da cidade, conectadas pela Avenida Independência, que leva à antiga Estação Ferroviária de Goiânia, onde atualmente funciona o Museu Frei Confaloni. Não menos importante é o fato de a feira acontecer em uma área paralela à antiga linha do trem, hoje completamente removida e totalmente descaracterizada. Do lado oposto, encontra-se a Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura (SGPA) e, justo ao meio, o estacionamento que, aos domingos, é ocupado pela Feira da Marreta.

---

privilegia a articulação da museologia, em particular, com as áreas do conhecimento das Ciências Humanas, dos Estudos do Desenvolvimento, da Ciência de Serviços e do Planejamento do Território” (Moutinho, 2014, p. 423).

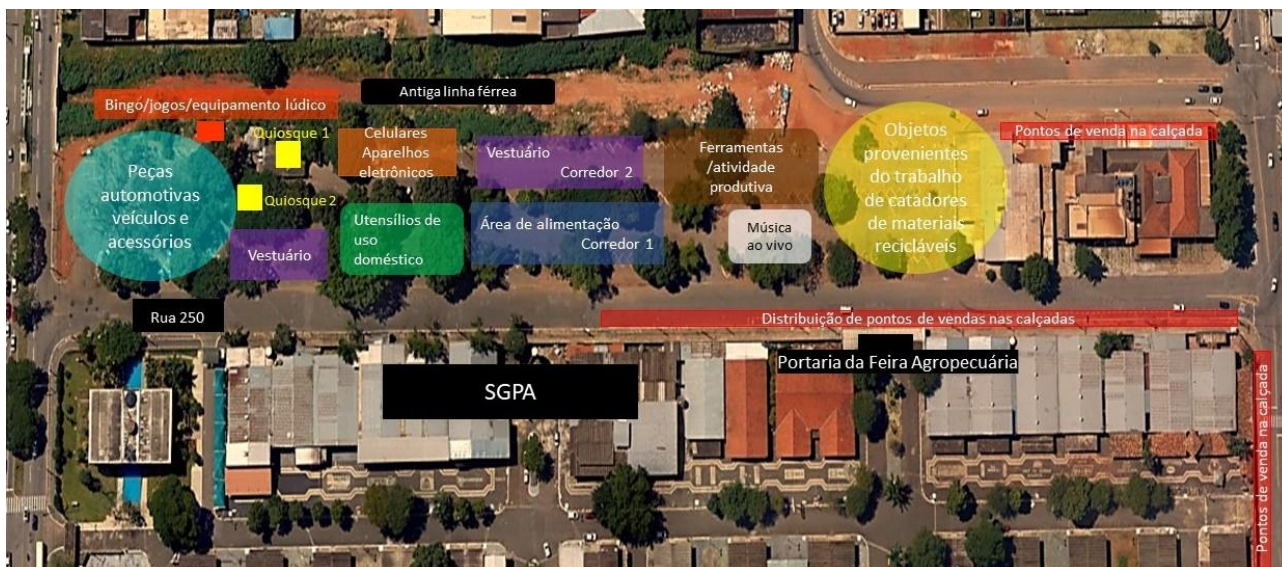


Imagem 22: Identificação dos setores e áreas de concentração dos objetos na Feira da Marreta. Fonte e elaboração: Google Earth/Mana Rosa (2021).

A feira é formada por dois longos corredores delimitados por canteiros já existentes no estacionamento da SPGA e pela disposição das barracas de venda, tendo um duplo acesso a depender da via percorrida para chegar ao local. Como estruturas fixas, possui um quiosque e uma pequena edificação em alvenaria, onde são vendidas bebidas e uns poucos petiscos, em sua maioria industrializados.

Na área de concentração mais à esquerda em relação ao mapa ilustrativo, nota-se uma movimentação intensa de venda de celulares por vendedores ambulantes, os chamados “marreteiros” (Tavares, 2005). Também nessa área, concentram-se pessoas ao redor de um quiosque a ouvir músicas e a consumir bebidas. Tal como a área mais centralizada voltada para barracas de comidas, esse ponto também pode ser considerado como um espaço de entretenimento, sendo que o bingo, localizado praticamente do lado oposto ao quiosque, também é bastante frequentado. Conforme constatado por meio de várias referências bibliográficas, a feira é uma grande festa e transcende o seu papel comercial. Ademais, vários pontos de jogos ainda são verificados ao longo da feira, nem sempre constantes, porém representativos das práticas e das relações sociais desenvolvidas na feira.



Imagem 23: Exemplo das práticas de entretenimento na Feira da Marreta. Frame de vídeo Coletivo Marreta (2023).



Imagem 24: Feira da Marreta no início dos anos 2000. Foto: José Rosa.

Embora o nome “marreta” faça alusão a ferramentas e objetos da construção civil, na feira são comercializados todo tipo de instrumentos de produção e, apesar de concentrados mais à direita em relação à área mais centralizada, podem ser encontrados ao longo de todo o percurso, incluindo itens novos e usados ou parte deles, como cabos de enxada, lâminas, molas, baterias, parafusos, placas eletrônicas e demais peças faltantes. É grande o público atraído em busca de ferramentas de conserto ou peças que eventualmente quebram, e não são encontradas em lojas autorizadas. Às vezes, substituir uma peça danificada evita que se tenha de comprar algo novo, bem como impede uma obsolescência precoce, ao se prolongar a vida de alguns objetos.



Imagem 25: Ferramentas na Feira da Marreta. Foto: Mana Rosa (2023).

Em outra área de concentração, podemos observar inúmeras bancas de vestuários, em muitos casos, réplicas de marcas de bonés, tênis, bermudas, calças esportivas e agasalhos. Também há camisas, camisetas e calças num estilo mais formal, geralmente fabricadas em larga escala e vendidas a preços mais acessíveis. Muitos feirantes responsáveis por esses pontos de venda também comercializam seus produtos no decorrer da semana em camelôs espalhados pela cidade.

Mas há também algumas bancas de roupas de *griffe*, oferecidas a preços inferiores do que os praticados em lojas e *shoppings*. Normalmente, essas mercadorias são adquiridas em lotes de peças de refugo da moda por vendedores ocasionais que atuam também em outros espaços de venda. O mesmo se dá com os vendedores de produtos alimentícios e cosméticos industrializados, adquiridos em lotes de vendas devido a várias razões, seja pelo fechamento de algum comércio ou pelo contato com grandes distribuidoras.

Ainda no que se refere aos vestuários expostos na feira, há roupas e sapatos de segunda mão, no estilo brechó, expostos em tendas, lonas, cabideiros e varais improvisados. Essas vendas constituem, por vezes, uma ocupação paralela, envolvendo a reunião de acervos recebidos como doação e vendidos a preços módicos. Em uma banca onde comprei duas blusas, um *short* e uma saia, cada peça por um real, a vendedora comentou que, durante a semana, vende marmitas em um centro comercial próximo e que vai à feira vender roupas como atividade secundária e forma de “lazer”.



Imagem 26: Roupas de segunda mão, brechós, na Feira da Marreta. Foto: Mana Rosa (2021).

Uma constatação que chamou a atenção é que, na categoria de vestuários usados, são também encontrados uniformes de companhias e empresas diversas, assim como equipamentos de proteção individual (luvas, coletes, capacetes, calçados), mas que se encontram próximos a bancas de ferramentas e de aparelhos eletrônicos. Isso é algo que pode ser vantajoso do ponto de vista do acesso a equipamentos de proteção, mas que esbarra no uso não autorizado de indumentárias de identificação de trabalhadores.

A despeito disso, é notável que parte significativa dos compradores da feira vão em busca de figurinos e acervos para cenários de peças de teatro, filmes e programas de televisão. Tudo, do mais improvável ao mais procurado, pode ser encontrado na Feira da Marreta. Uma amiga, sabendo que eu frequentava a feira, contou, certa vez, que outro amigo dela encontrou na feira um paraquedas que, embora de segunda mão, foi adquirido por estar abaixo do preço. Essas e outras narrativas ressoam nesse espaço que é um universo cultural permeado pela influência de diversos imaginários – até mesmo de relatos de pessoas que viram, por estarem ali presentes, outras a testarem e comprarem dentaduras usadas.



Imagem 27: Indumentária exposta na feira. Foto: Mana Rosa (2023).

Outro setor a ser destacado na feira é aquele identificado pela maior concentração de objetos provenientes do trabalho de catadores de materiais recicláveis. Na extremidade direita do mapa (imagem 22), concentram-se recicladores associados a cooperativas, coletores esporádicos e também pessoas que, apesar de não atuarem diretamente na coleta de objetos e materiais recicláveis, possuem relação com centros de triagem do lixo, realizando a compra e, por vezes, a troca de objetos de seus interesses. Um traço comum entre eles é a mediação que possibilita que o objeto descartado como lixo retorne ao circuito da mercadoria. Contudo, por desempenharem ações de seleção, coleta, exposição e negociação de objetos materiais, não seriam esses feirantes também colecionadores?

Em uma perspectiva como a da Nova Museologia, que desde a década de 1980 adota uma visão ampliada do conceito de museu, é possível que um “museu do lixo” represente um importante lugar para discussões sobre relações de consumo, produção e descarte. Algumas experiências museológicas conhecidas desde a década de 1990, como o Museu do Lixo de Florianópolis, são expressões do tratamento que os museus passaram a dar para temas e referências culturais antes não contempladas pela Museologia clássica colonialista. De acordo com Gloria Luna (2022):

A ampliação museológica e museográfica no Brasil, assim como em outros países, permitiu a incorporação de representações de memórias, estéticas e linguagens não hegemônicas e decoloniais, em casas, escolas, favelas, cemitérios, campos de concentração, ruas, estradas de ferro, minas de carvão, fábricas, sítios, parques, jardins botânicos, reservas biológicas, centros de

processamento de lixo, aterros sanitários entre outros lugares de memória, sob o olhar museológico (Luna, 2022, p. 93).

E por que não também em feiras? Observando a movimentação dos objetos que circulam na Feira da Marreta, identificamos etapas do processo museológico descritas acima, dentre as atividades realizadas por feirantes. Inclusive, os acervos colecionados têm locais específicos para guarda durante os dias de semana, até serem novamente selecionados e expostos na feira.

Em um desses pontos de venda, reconheci e fotografei um brinquedo lançado na década de 1985, o Cachorro *Snif Snif*. Posteriormente, em uma oportunidade de mostrar algumas fotos de objetos da feira, uma professora expressou grande interesse no objeto pela memória que ele lhe trazia. No domingo seguinte, o cachorro não estava mais lá. Perguntei à feirante se ele havia sido vendido, ao que ela respondeu que aquele não estava à venda, permanece guardado em galpão próprio (uma reserva técnica?), mas que às vezes leva o brinquedo para ser (apenas) exibido na feira.

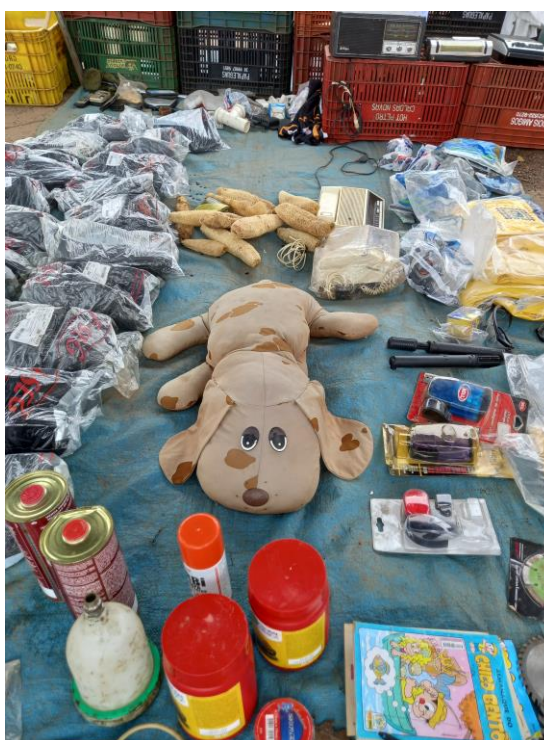


Imagem 28: Objeto de coleção exposto por feirante na Feira da Marreta. Foto: Mana Rosa (2023).

Todavia, o potencial museológico dos objetos que circulam na Feira da Marreta não se restringe ao *Snif Snif*. Objetos semelhantes são encontrados em exposições museológicas institucionais, indicando os seus trânsitos entre os sistemas cultural, patrimonial e museológico

(Tamaso, 2007; Rosa, 2016). Com esse exemplo, fica evidente, mais uma vez, que são os regimes de atribuição de valor aos objetos que determinam a sua circulação no meio social, bem como sua morte e (segunda) vida.

Sob outra perspectiva, concordamos com Luna (2022) que certos objetos descartados são compensados pelo trabalho de quem cata, coleta, separa, seleciona, acolhe e, eventualmente, os acondiciona em museus. Segundo a autora, a incorporação de objetos descartados em museus “são questões inseridas nas (re)configurações e apropriações dos excessos” (Luna, 2022, p. 98) ou na “arte de acomodar os restos” (Debary, 2017).

Particularmente, há algo de abandono nos objetos da Feira da Marreta que é próprio dos “objetos-resto” ou “objetos-resíduo”. De acordo com Debary (2017), esses objetos são descartados e abandonados fora de seus contextos originais ou dos “lugares da vida”, sendo postos em constante circulação e fazendo com que deixem de pertencer a pessoas ou a lugares: são “um *res nullius*, uma coisa sem dono, com frequência definida pelo lugar que ocupa na lixeira, na rua ou no espaço público” (Debary, 2017, p. 30).

Notamos essa lógica circulatória ao final de uma manhã na Feira da Marreta. Não é incomum que vendedores ocasionais desse gênero de objetos os abandonem ali mesmo, misturados a outros restos ou vestígios do acontecimento da feira.

Conforme notou Debary (2017), “os objetos usados, quebrados, estragados são colocados em operações específicas de deslocamento. O objeto-resto que se desloca a ponto de ser abandonado e qualificado como resíduo. O resto abandonado, o resíduo, implica a circulação, o movimento” (Debary, 2017, p. 107). No caso da Marreta, resulta em constantes movimentos de deslocamento, do lixo para a feira, da feira para o lixo, numa segunda, terceira ou quarta vida (?). Como disse Manoel de Barros, “os objetos sem função têm muito apego pelo abandono” (Barros, 2010, p. 342).



Imagem 29: Objetos-abandono na Feira da Marreta. Fotos: Mana Rosa (2023).



Imagem 30: Objetos-abandono na Feira da Marreta. Fotos: Mana Rosa (2023).

Caso semelhante foi constatado numa situação de venda de armações de óculos por vendedores ocasionais que, segundo informado, foram adquiridas em lotes de leilões da Receita Federal. Inicialmente oferecidas por vinte e cinco, vinte ou dez reais, ao final da feira passaram a custar apenas um real. Os comerciantes “faziam o rolo” na medida em que negociavam os preços segundo critérios altamente variáveis, vendo no escoamento da mercadoria uma vantagem que se sobressaía ao ganho obtido. Questionei se a venda a um real não era desfavorável, já que o valor poderia ser apenas “simbólico”, ao que me responderam que já haviam atingido a cota esperada e que o importante, a partir dali, era “se livrar” daquele montante de objetos, cujo trabalho de transportar de volta não compensava. Ao final, foram abandonadas partes de lentes, hastes, embalagens ou “restos” de óculos disponíveis para quem quisesse levar.



Imagem 31: Lote de armações de óculos à venda na Feira da Marreta. Foto: Mana Rosa (2022).

Tal exemplo é elucidativo da tendência dos “objetos-resto” ao abandono, ao mesmo tempo em que indica pistas da existência de uma lógica de rejeição daquilo que é preciso “se livrar” e separar. A ideia de resto, assim interpretada, pode significar um “perigo” (Douglas, 1976) de uma ordem insurgente, inclassificada, das coisas no mundo. Assim, questionamos se não reside também na ideia de “perigo” a construção do estigma das feiras do rolo analisadas anteriormente. Acreditamos que sim. Percebemos, a partir dessas considerações que “o resíduo é cultural. Os resíduos e a maneira com a qual nós os tratamos convidam a compreender como uma sociedade visa a separação entre humanos e natureza” (Debary, 2017, p. 108).

Além das áreas de concentração de objetos descritas, a Feira da Marreta é caracterizada por uma movimentação intensa de ambulantes, vendedores de água, refrigerante, cerveja, amendoim, picolé, frutas da época, pacotes de meia, carregadores de celular, fones de ouvido, pilhas, relógios, celulares, e tudo o mais que se possa carregar entre as mãos.



Imagem 32: Carrinho de frutas na Feira da Marreta. Frame de vídeo Coletivo Marreta (2023).

Essa movimentação gera uma atmosfera tumultuada, em um vai e vem de pessoas ritmado pelos gritos de ofertas, burburinhos de gentes, batidas musicais em caixas de som portáteis, o tilintar de coisas caindo, o barulho de carros passando e todo tipo de ruído na composição de uma paisagem sonora absolutamente presente na experiência da feira. Há também cantores e músicos que se apresentam ao vivo, em meio a toda movimentação da feira, frente a um público que passa e, às vezes, fica para contemplar.



Imagem 33: Alex canta *Easy* na Feira da Marreta. Frame de vídeo Coletivo Marreta (2023).

Percebemos que tão impactante quanto a circulação aparentemente desordenada dos objetos-resto são os sons que essa atividade produz, como se a vida do grande “artefato feira” fosse comunicada também por meio da frequência sonora de seus ruídos. Essa paisagem sonora um tanto caótica acaba por ambientar este que é um lugar de redes de sociabilidades intermediada pela circulação igualmente caótica de objetos em constantes deslocamentos, algo característico dos circuitos inferiores da economia e das feiras, em certa medida, “livres” da disciplinarização das pessoas que ali transitam.



QR Code Áudio 1: Os sons da feira.

Caminhada sonora, ou *soundwalk*, é um tipo de composição musical derivada de qualquer excursão com foco na escuta do ambiente. Em sua origem, o termo está associado à análise do universo sonoro e suas transformações nas sociedades industriais, visando ao estímulo de uma escuta ativa dos sons ao redor. Na presente pesquisa, a escuta do ambiente auxilia na sensibilização etnográfica para a apreensão das paisagens sonoras da Feira da Marreta, demonstrando a imponentia dos sons e ruídos no ambiente e o modo como são relevantes do ponto de vista da caracterização do lugar.

Captação: Mana Rosa e Pedro Constantino. Composição: Pedro Constantino (2023).

\*Para a escuta dos sons da Feira da Marreta, recomendamos a utilização de fones de ouvido.

Na esfera das paisagens sonoras, vale mencionar a existência de inúmeros projetos<sup>40</sup> que se dedicam a registrar e documentar todo tipo de evento sonoro capaz de caracterizar e descrever “patrimônios sonoros” de uma determinada localidade. O entendimento de que o som desempenha um papel relevante na experiência urbana está alinhado com o requisito de acesso e representação dos patrimônios imateriais, como, por exemplo as feiras.

A descrição de lugares caóticos em alusão a feiras é bastante comum, frequentemente caracterizadas pelos aspectos de improviso e irregularidade em contraste com hipermercados, grandes redes de comércio, lojas e *shoppings* dos circuitos superiores, conforme vimos ao longo da etnografia. Entretanto, é notável a existência de um ordenamento próprio que se evidencia na disposição dos pontos de venda e nas áreas de concentração de objetos e pessoas na Feira da Marreta. É um “caos organizado”. Trata-se de um argumento fundamentalmente cultural no contexto das feiras, uma vez que, em relação à Feira de Campina Grande (PB), o Dossiê do IPHAN afirma que:

À primeira vista, a um olhar mais desatento, pode-se tomar a feira como um lugar caótico e desorganizado. Entretanto, uma percepção mais aguçada sobre esse ‘mundão de coisas’ ou uma observação mais atenta a partir de seus espaços de sociabilidade acabam revelando realidades bem peculiares deste ambiente caracterizado pelas trocas (Iphan, 2017, p. 38).

Para a caracterização da Feira do Rolo de Ceilândia (DF), Tavares (2005), da mesma forma, diz que:

Quem se aproxima da feira num primeiro instante, talvez tenha uma sensação de lugar irracional, pessoas e coisas estão em interação permanente o que faz o espaço se reconfigurar de modo bem dinâmico. Contudo, um pouco mais adiante, podem-se constatar algumas regularidades, principalmente no que se refere a uma setorização dos produtos em áreas informalmente delimitadas (Tavares, 2005, p. 64).

Tal regularidade e organização das coisas na Feira da Marreta é perceptível, inclusive, por meio da disposição meticulosa, aparentemente intencional, dos objetos à venda (uma expografia?), como observado em algumas situações. Reforçam, dessa forma, o argumento de que o “rolo” e suas feiras condizem com sistemas culturais presentes em diferentes localidades, mantendo semelhanças nas formas de organização, sociabilidades,

---

<sup>40</sup> Alguns exemplos são os projetos: Porto Sonoro, na cidade do Porto, Portugal; Mapa Sonoro Porto Velho, em Rondônia (<https://mapasonoropvh.com.br/>); e Sons do Porto, na cidade do Rio de Janeiro (RJ) (<https://www.sonsdoporto.com/>).

tipologias de objetos e suas biografias, desempenhando um papel relevante na mediação da relação que se estabelece entre sujeitos e objetos.



Imagem 34: Aspecto da exposição de objetos na Feira da Marreta. Foto: Mana Rosa (2022).



Imagem 35: Bonecas expostas na Feira da Marreta. Foto: Mana Rosa (2018).

Esperamos, com esses exemplos, sobretudo amparar futuros inventários e pesquisas sobre a Feira da Marreta, bem como contribuir com a crítica direcionada à obsolescência dos objetos e às formas hegemônicas de consumo que desconsideram, em grande medida, as dinâmicas de vida, biografias, que se cruzam entre lugares, sujeitos e objetos materiais.

Sem dúvida, a Feira da Marreta é uma importante referência patrimonial para o município de Goiânia. Nela, observamos reminiscências do escambo, a construção de redes de sociabilidade, o testemunho da formação do espaço urbano, a expressão dos circuitos inferiores da economia, o acesso a bens de consumo, e demais elementos que a constituem como um “lugar de memória” (Nora, 1993), onde se entrelaçam memórias, histórias e subjetividades.



Imagem 36: Ponto de venda na calçada da SGPA. Foto: Mana Rosa (2022).

Nesse sentido, registramos o seguinte relato de um frequentador assíduo da feira e também morador do bairro da Vila Nova:

A Feira da Marreta começou na Praça Boaventura, na Vila Nova. Desceu aqui pra Nova Vila em frente ao parque agropecuário da SGPA. Só que se a prefeitura de Goiânia não cuidar, ela vai acabar! Tanto a Feira Hippie quanto a Feira da Marreta são patrimônios do goianiense. São patrimônios nossos. E, o que é mais grave, que eu acho e até condeno, é a falta da presença da prefeitura porque a sociedade tem como um todo a Feira da Marreta um comércio de quem rouba e vende, e não é isso! Nós não podemos marginalizar o comerciante que está aqui, porque são pessoas que moram em Goiânia, moram na Nova Vila, moram no Guanabara, moram em Aparecida, são goianos e goianienses! A prefeitura precisa trabalhar essa situação. Amanhã ou depois, a Feira da Marreta acaba, que é conhecida nacionalmente.

Da referida narrativa, destacamos a importância do reconhecimento da feira pela sociedade como um todo e a necessidade de apoio para sua legitimação, a qual tem sido negligenciada ao longo dos anos devido ao forte estigma de feira de objetos sem procedência e, portanto, “perigosa”.

A divisão do espaço urbano, como vimos, é marcada pela convivência tensa entre os circuitos superiores e inferiores da economia (Santos, 1979), bem como por usos hegemônicos e não hegemônicos dos espaços públicos. Inseridas no circuito inferior urbano, as feiras, segundo Souza (2015), atualmente “vivenciam marginalização pelo poder público, na medida em que são qualificadas como antiquadas, obsoletas e anacrônicas, por não estarem em compasso com a mundialização da economia, que criou novas formas de comercialização” (Souza, 2015, p. 27).

É importante salientar que, ao incluir a Feira da Marreta entre as referências patrimoniais de Goiânia, estamos considerando as diretrizes estabelecidas no Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que reconhece como fundamental a participação dos grupos detentores nos processos de atribuição de valor e preservação dos bens culturais. Conforme nota o parecer favorável ao registro da Feira de Caruaru (PE) como patrimônio imaterial nacional,

A existência e continuidade dos lugares reconhecidos como bens culturais imateriais dependem então, fundamentalmente, dos grupos ou indivíduos que os mantêm vivos por meio do que aí fazem, do modo como os utilizam ou deles se apropriam, das relações que estabelecem em seus âmbitos e da densidade histórica e cultural que tudo isso possui para os grupos sociais que valorizam esses lugares como referências culturais (Iphan, 2006, p. 17).

Inúmeras questões que nortearam a presente pesquisa permanecerão em constante revisão, uma vez que o campo das feiras é infindável de possibilidades etnográficas. Ao que parece, trajetórias de vida e de objetos se entrelaçarão, mesmo diante de ausências e abandonos, devido às (i)materialidades das coisas que nos constituem.

Neste trabalho não são desconsiderados os objetos que, não pertencendo a nenhum dos estratos de classificação, potencialmente pertencem a qualquer um. Nesse exercício de desnaturalizar a relação quase imperceptível que estabelecemos cotidianamente com os objetos ao nosso redor, sem os quais grande parte de nossas atividades se fariam impossíveis, visamos às coisas, aos trechos, aos troços, aos restos, que fundamentam nossas relações sociais, comunicam, representam, constituem subjetividades e noções de pertencimento, ancoram memórias, tal como os patrimônios culturais considerados metonímias da dimensão cultural das sociedades (Tamaso, 2015, p. 159). Nesse sentido, almejamos lançar luz, inclusive, para as “inutilidades” que nos movem em direção a diferentes práticas culturais fundantes de nossa sociabilidade, pois objetos não “servem” apenas, são bons também para pensar (Leitão, Pinheiro-Machado, 2010, p. 235) e para sentir.

#### 4.1 Domingo é dia de feira

Desde os anos 2000, aproximadamente, eu tenho contato com a Feira da Marreta. Meu pai, José Rosa, fotógrafo profissional, no tempo em que morou em Goiânia, foi um grande frequentador da feira porque lá foi para comprar uma bicicleta como meio de transporte e passou a realizar diversos registros fotográficos dela.



Imagem 37: Feira da Marreta. Fotos: José Rosa.

Dito isso, neste tópico, exploraremos algumas imagens e situações pontuais adicionais que foram observadas durante o trabalho de campo na Feira da Marreta, com o objetivo de reiterar o que já foi apresentado ao longo da etnografia e tornar as narrativas dos interlocutores mais presentes.

Segundo Debary (2017), os domingos são os dias prediletos para o acontecimento das feiras de segunda mão. Elas acontecem durante um tempo social diferenciado, em que os logradouros temporariamente ocupados se transformam em outra coisa. Um estacionamento, uma rua, uma viela, uma praça se convertem em lugares carregados de novos usos e sentidos

sociais. Conforme Sato (2007), tudo acontece como na organização de um palco, criando uma atmosfera estética e lúdica (Sato, 2007, p. 97).

Da tradição e calendário cristãos, os domingos são também os dias de descanso, o tempo do lazer e da suspensão do trabalho. Paradoxalmente, é aos domingos que as feiras de segunda mão (mercado de usados ou de pulgas) acontecem. Segundo Debary, “esses mercados envolvem práticas dominicais pelas quais, após uma semana de trabalho e de congestionamento urbano, no momento do único dia de repouso, as pessoas se encontram para atuar, de maneira diferente, como na sociedade de mercado: consumir, fazer compras” (Debary, 2017, p. 39). Da mesma forma, também é convencional que aos domingos lugares culturais como museus, galerias, teatros e bibliotecas permaneçam abertos. Não seria a feira também um museu a céu aberto?

Mas as feiras também são festa. Do latim, *feria* significa festa. Sua origem está associada, como vimos no capítulo 2, à reunião de mercadores em espaços públicos nos dias de celebração religiosa, normalmente aos domingos. Na língua portuguesa, o uso predominante de “feira” para designar os dias da semana, entretanto, fez com que o seu sentido original de dias de folga e lazer fosse apagado.



Imagem 38: Feira da Marreta montada ao lado da antiga linha férrea de Goiânia. Foto: Mana Rosa (2022).

Nesse tempo social diferenciado, a Feira da Marreta é montada antes mesmo do amanhecer. Feirantes vindos de diversas regiões da cidade chegam com antecedência pela concorrência dos espaços, a fim de facilitar a descarga de mercadorias, bem como a organização dos pontos de venda, muitos deles não fixos e acomodados no chão, expondo os objetos sobre lonas e conforme a disponibilidade de espaços abertos. Embora existam pontos de venda

regulares, contendo estrutura de bancas cadastradas junto à prefeitura, é significativa a quantidade de vendedores que ocupam calçadas e pequenas áreas onde é possível arranjar a exposição dos objetos à venda.



Imagem 39: Demarcação informal de alguns pontos de venda na Feira da Marreta. Fotos: Mana Rosa (2022).

Mesmo entre os vendedores fixos, cadastrados e atuantes há muito tempo, existe uma temporalidade que interfere no acesso e na ocupação da feira. A depender do horário de chegada e saída, diferentes dinâmicas, impressões e vivências são geradas. No ápice de seu acontecimento, por volta das 9h, há uma intensa movimentação de pessoas, acompanhada dos sons da feira. Em contraste, ao final, é notável o seu esvaziamento e a prevalência de objetos-abandono, conforme dito anteriormente. A dinamicidade de seu acontecimento faz, inclusive, com que a Marreta não seja a mesma feira de domingo a domingo, afinal, a venda de objetos usados é marcada por coisas que estão sempre a circular no meio social. E não seriam os domingos também vinculados à ideia de início e renovação? Referente a um domingo de trabalho na feira, foi registrado o seguinte relato de uma feirante:

Aqui na feira é bom, a gente se diverte, vem pra feira, eu me divirto muito. Mas tem muita coisa; tem o horário de chegada e o horário de saída. Porque o

horário de chegada tem de ser cedo pra poder organizar, é muita coisa. E pra horário de saída é antes de todo mundo, porque é muito perigoso ficar por último, tem arrastão, tem tudo né, então, a gente precisa sair mais cedo pra não ter complicação com pessoas que estão bêbadas, não se expor aqui dentro da feira. Vendeu, vai-se embora!

Responsável por um dos pontos de venda mais antigos na feira, a interlocutora exerce, porém, outra atividade profissional ao longo da semana, é proprietária de uma distribuidora de bebidas em outro bairro da cidade. Na Feira da Marreta, ela ocupa um local estratégico de chegada e saída de pessoas, negociando inúmeros objetos usados de distintas tipologias, desde ferramentas “para serviço”, objetos curiosos, inusitados, conjuntos de louças, panelas de ferro e cobre, antiguidades, entre outras coisas que nem sempre estão à venda. Uma verdadeira curadoria em um espaço expositivo aberto.



Imagem 40: Ponto de venda próximo à entrada da feira mais à direita em relação ao mapa ilustrativo. Foto: Frame de vídeo Coletivo Marreta (2023).

Frequentemente expostos com a finalidade de “chamar a atenção”, conforme afirma, alguns objetos constituem um acervo exposto somente para olhar (semióforos?). Segundo relatado, o marido, com quem divide o trabalho na feira, tem “dificuldade” de vender certas coisas:

Ele não só vende, ele também gosta das coisas. Tem hora que eu vejo que ele bota o preço bem alto para não vender. Tem panela que ele não desfaz.

Feirante da marreta há trinta anos, desde que a feira acontecia na praça Boaventura, ele acumula histórias e objetos, os quais são armazenados em galpão próprio no desejo de algum dia montar um antiquário. Na condição de feirante, negocia os preços segundo a lógica do rolo, um acordo de troca ou venda que nem sempre visa vantagem monetária. Certa vez, interessada na compra de um cinzeiro, perguntei o preço e barganhei. Na resistência de venda e justificado

o valor atribuído, “hoje estou precisando de dinheiro”, eu o adquiri pelo preço de vinte reais. Poucos passos à frente, outro objeto semelhante era negociado por cinco reais. Tal interação, evidencia o fundamento do rolo como prática econômica e cultural; conforme Debary (2017), “os vendedores com frequência avaliam o preço das coisas tendo em vista o que estima ser a necessidade dos compradores e do que consideram um preço justo” (Debary, 2017, p. 46). Demais pistas do rolo ainda são indicadas pelo autor:

A negociação e a fixação do preço resultam de um acordo sobre o valor de troca, e há uma obrigação de estabelecer um diálogo, trocar palavras ou histórias. É a regra do jogo, por vezes ignorada pelos não iniciados. Concede-se um objeto abaixo preço entre pessoas que compartilham um mesmo conhecimento, um conhecimento enunciado ou manifestado pela maneira de manipular o objeto e de nele reconhecer um valor banal, comum e por isso compartilhado. De uma maneira geral, a tendência ao preço baixo visa introduzir um outro valor de troca, que não o pecuniário (Debary, 2017, p. 46).

No mesmo ponto de venda, em meio a objetos expostos de modo mais ou menos permanente, havia um porquinho. Feito de material plástico, aparentemente sem utilidade, mas com destaque visual na lona de vendas. Para que serve? A biografia do objeto realmente foi contada apenas após a sua aquisição, como uma forma de barganha ou troca ou dádiva. Permanecia ele entre os objetos deslocados para serem expostos, “singularizados” (Kopytoff, 2008), mas não vendáveis.



Imagem 41: Objeto na Feira da Marreta. Foto: Mana Rosa (2023).

Conforme sua biografia, foi um “achado”. Quando da compra de um terreno pelo feirante-colecionador, a terra foi removida e o porquinho foi escavado, tal como um artefato arqueológico. Segue a sua narrativa:

Esse porquinho... Nós estamos aqui na feira né, a Feira Múltiplo, conhecida Feira da Marreta, na rua 250, parque agropecuário, Nova Vila. Então, eu tenho reciclagem, eu demoli uma casa. Eu comprei uma casa de um advogado de Brasília e demoli pra pegar madeira, telha. Tinha uns cem anos a construção. O porquinho apareceu debaixo da casa e eu trouxe ele pra feira. Tem praticamente cem anos. É um material bom, pode passar carro em cima, tem boa durabilidade, não vai acabar nunca, vai ficar pro resto da vida. Hoje em dia não tem um material bom desse.

A atribuição de valor dada em relação ao interesse pelo objeto é um aspecto a ser considerado, ao mesmo tempo em que a resistência à sua venda, que é motivada pelo grau de apego ou desapego daquele que pratica o rolo. O porquinho foi negociado por sessenta reais após seis meses de exibição na feira, sendo considerado um “achado”, uma “antiguidade” que sobreveio escavada no terreno colocado à venda após o falecimento de seu proprietário.



Imagem 42: O porquinho. Foto: Tatiana Leal (2023).

Entretanto, conforme mencionado, nem tudo está à venda:

Vimos muito tempo aqui na feira trazendo um sapato desse tamanho, era uns cem centímetros [...] todo mundo perguntava se vendia, e ele colocava um preço altíssimo, porque a gente só queria chamar atenção na banca, era só pra

expor mesmo, não queria vender, botava o preço de cem, duzentos, trezentos, e o povo tudo doido com esse sapato. Era só pra poder expor mesmo.

Ao contrário dos objetos que permanecem na esfera restritiva ou proibitiva de troca ou venda, levados à feira apenas para serem expostos ao olhar; outros chegam e saem com facilidade por intermédio do rolo, que é praticado também entre os próprios feirantes. Durante a feira, trocam coisas repetidas, serviços, dinheiro e espaços. Se alguém chega e o responsável da banca não está presente, prontamente o feirante vizinho chega para responder, o que é, quanto custa, como se paga.

Segundo Debary (2017), é comum dos mercados de segunda mão a apresentação de objetos “estranhos” e “imaginários”. Em razão disso, eles são destino de visitação em muitas localidades, como o mercado de *Saint-Ouen*, em Paris, que recebe mais de 120.000 visitantes aos finais de semana, chegando a ultrapassar o público do Museu do Louvre (Debary, 2017, p. 50). Segundo o autor, nesses mercados “encontra-se de tudo, até o que não existe”. Não seriam assim os famosos gabinetes de curiosidades que deram origem aos museus tradicionais ocidentais?



Imagem 43: Objetos curiosos expostos na Feira da Marreta. Fotos: Mana Rosa (2022).

Outro ponto de venda que chama a atenção devido à exibição de objetos “estranhos”, “curiosos” ou “imaginários” é aquele que expõe uma coleção de dentaduras e instrumentos odontológicos usados. Ao contrário do que se poderia supor, o feirante não possui

relação com consultórios de odontologia nem participação em distribuidoras de produtos do ramo. Ele as leva para a feira com o intuito exclusivo de expor e chamar a atenção, criando um espaço expositivo e também performático, uma vez que a interação com os transeuntes gira em torno de sua provocação para que as pessoas experimentem as dentaduras:

Olha, pra tirar foto tem que experimentar, viu! Pra mostrar pro parente lá, para as amigas, fique à vontade, pode tirar foto!

Pode experimentar, minha filha, pode ir experimentando aí. Essa água aqui é pra fazer um gargarejo na boca.

Eu estou brincando, viu gente (risos).



Imagem 44: Coleção de dentaduras exposta por feirante na Feira da Marreta. Foto: Tatiana Leal (2023).

Sendo um dos feirantes mais antigos da Feira da Marreta, ele possui uma extensa rede de relacionamentos e amizades estabelecida entre feirantes e frequentadores. Sua banca é amplamente conhecida e frequentemente divulgada em vídeos anedóticos nas redes sociais<sup>41</sup>, contendo, inclusive, comentários de pessoas que alegam ter testemunhado a prova das dentaduras – embora o próprio feirante afirme que as leva somente “para tirar uma onda com a turma”. Pensamos que isso acaba por criar um imaginário bastante peculiar sobre a feira, além de uma “memória coletiva” (Halbwachs, 2006) compartilhada que pode reforçar uma impressão, talvez estereotipada, para aqueles que não a conhecem.

---

<sup>41</sup> Feira Livre. **Instagram.** @indioinjusticadoficial. 23 abr. 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CrYyPA4NLOU/?igshid=MDJmNzVkJY%3D>. Acesso em: 10 out. 2023.



Imagem 45: Exposição de dentaduras na Feira da Marreta. Foto: Tatiana Leal (2023).

Da mesma forma que em Debary (2017), as dentaduras sugerem a ocorrência comum de “objetos imaginários” nas feiras de segunda mão, tais como: “tímpano de baleia”, “cachorro espacial”, “cabeça de unicórnio empalhada”, “asas de anjo”, “água de chuva”, água de neve”. Nas palavras de Debary (2017),

Um valor enigmático envolve esses restos e sua conservação. A incerteza de suas naturezas traz também a pergunta sobre sua trajetória e continuidade, bem como a questão da ligação das pessoas a esses objetos de afeição que se tornam objetos de recordação a partir de sua ‘desfuncionalidade’ (Baudrillard, 1968: 163): ‘eles não se conservam para suas funções originais, mas justamente porque já as perderam’ (Dassié, 2010: 199). O valor de alteração como valor de história, de incerteza sobre o passado e sobre o futuro, é exposto em pleno dia nesses mercados da memória (Debary, 2017, p. 51).

Em realidade, seu ponto de venda possui cadastro autorizado para a comercialização de óleo lubrificante automotivo e bancos de couro, o que ocorre com sucesso ao longo de um domingo na feira. Também são reaproveitados para venda os galões de óleo vazios, recolhidos em grandes concessionárias de automóveis e bastante procurados para projetos de bricolagem, adaptações de mesas e balcões em residências e bares.



Imagem 46: Feirante expõe dentaduras, mas vende óleo lubrificante automotivo na Feira da Marreta. Foto: Frame de vídeo Coletivo Marreta (2023).

A sua vivência como feirante na Feira da Marreta, entretanto, não é reduzida ao aspecto comercial e relacionada estritamente ao universo do trabalho. Quando questionado se atuava em alguma outra feira na cidade, respondeu com ênfase que:

Não. Só essa aqui! Eu tenho meu serviço. Eu mexo com carretinha, eu tenho meu serviço. Eu fabrico carretinha e vendo no Tocantins, agorinha eu já vendi uma carreta.

Tal narrativa denota que a feira é apropriada sob um sentido cultural mais amplo por aqueles que a fazem; não sendo restrita ao universo econômico, mas estendido às situações de lazer, pertencimento, sociabilidade e afeto que são construídos e ancorados no “lugar”. Sobre a característica de feira de objetos usados, reitera a prática do rolo e a dinâmica de circulação dos “objetos-resto” na Feira da Marreta:

A feira aqui é boa, é roupa, é essas ‘coisera’ aí né. Isso aí é o seguinte: a pessoa que quer descartar e não tem o que fazer [...]. Igual tem um rapazinho amigo meu aqui que ele ganha muita coisa, roupa, sapato, desse pessoal marajá aí né, pra não jogar fora no lixo... E eu acho também é uma boa ideia, que a pessoa faz isso de bom coração, doa pra pessoas... a pessoa vem aqui e tem gente que precisa daquela mercadoria e compra dele, entendeu? É assim que faz.

Já com relação aos objetos que são “abandonados” ao término da feira, os objetos-abandono, deixados como resquícios do acontecimento da feira e novamente reintroduzidos na categoria “lixo”, diz que:

Eu não gosto que faz isso, o trem que tá ficando aí ele tem valor pra algumas pessoas [...]. Joga fora nada não, deixa aí que eu vou doar! É sapato, é roupa, é tudo aí.

Chama lixo, né, um joga um lixo fora, e aí o outro vem pegando o lixo dali pra serventia pra eles, entendeu? Um cara chegou lá em casa e me deu uma televisão daquelas grandonas [...] aí me serviu, eu retirei o cobre dela, os alumínio dela, aí me serviu, entendeu? Eu não falo ‘não quero esse trem velho não’, não faço isso. Aí, o que eu faço: eu tiro o que eu preciso, o cobre, o alumínio, as placas e ainda a capa da televisão eu dou pra um amigo meu que pode reaproveitar. Tudo, tudo tem sua serventia.

Esse relato explicita uma ordem diferenciada das relações de valoração e consumo de objetos materiais quando comparada à lógica dos circuitos superiores da economia, cuja obsolescência significa a sua morte social. Na qualidade de coisas mutáveis, os objetos são considerados em relação aos seus materiais vivos, aquilo que se pode reaproveitar, e, portanto, seguir como coisas que circulam no mundo material: são transformados, reaproveitados, reclassificados, ressignificados, passados de mão em mão em uma segunda, terceira ou quarta vida (?), independentes de suas funções originais.

Se essa dificuldade em rejeitar os objetos-resto está relacionada a um impulso colecionista semelhante ao que conhecemos dos museus, ainda não sabemos afirmar. Ao que tudo indica, a lógica circulatória dos objetos na Feira da Marreta visa à manutenção dos objetos em vida, daquilo que é possível renovar, trazer de volta à vida, num dia de domingo.

Caberia aqui mencionar, também para reflexões futuras, a passagem de Davi Kopenawa (2015) que, a respeito da “paixão pela mercadoria”, diz o seguinte:

As mercadorias não morrem. É por isso que não as juntamos durante nossa vida e nunca deixamos de dá-las a quem as pede. Se não as déssemos, continuariam existindo após a nossa morte, mofando sozinhas, largadas no chão de nossas casas. Só serviriam para causar tristeza nos que nos sobrevivem e choram nossa morte. Sabemos que vamos morrer, por isso cedemos nossos bens sem dificuldade. Já que somos mortais, achamos feio agarrar-se demais aos objetos que podemos vir a ter. Não queremos morrer grudados a eles por avareza. Por isso eles nunca ficam muito tempo em nossas mãos! Nem bem acabamos de consegui-los e logo os damos a outros que, por sua vez, os querem (Kopenawa, 2015, p. 409-410).

Seguindo a lógica circulatória dos objetos e os constantes deslocamentos dos restos (“lixos” ou descartes) que são ressignificados na Feira da Marreta, temos ainda o relato de outro feirante que se considera um dos pioneiros na feira. Seu ponto de venda, além de marcado pela exposição de objetos que ele mesmo recolhe do lixo e restaura para a venda na feira, também se torna um “palco” para apresentações musicais ao vivo. Músico profissional, atuando em eventos, festas de aniversário, casamentos e outros, o feirante mantém um canal no *YouTube*, chamado “Alex faz ao vivo”<sup>42</sup>, sendo a feira, além de espaço de comércio, um lugar onde é possível realizar a sua performance também como cantor e divulgar o seu canal para um público amplo e diversificado.



Imagem 47: Alex cantor se apresenta no seu ponto de venda na Feira da Marreta. Foto: Frame de vídeo Coletivo Marreta (2023).

Sobre a caracterização da feira e sua história, nos conta que:

Essa feira aqui é o seguinte: ela tem muitos anos, antes era lá na Praça Boaventura e migrou pra cá. Tem muitos anos que eu venho, tem mais de vinte anos que eu frequento essa feira aqui, que eu trabalho aqui. Aqui é muito bom, aqui é muito divertido, tem gente que vem aqui só pra comer pastel com garapa, é bom demais! Aqui tem de tudo, tudo variedade, até dentadura usada acha aqui (risos). Todo mundo aqui é uma irmandade, todo mundo aqui é de boa. Tem de tudo, tem compressores, tem bomba de lava jato, tem de tudo.

---

<sup>42</sup> Alex faz ao vivo 3. **YouTube**. Disponível em: <https://www.youtube.com/@alexfazaovivo3350>. Acesso em: 12 out. 2023.

O modo como realiza a exposição e venda de objetos varia de acordo com aquilo que é encontrado e selecionado para levar à feira, ou seja, ao que foi atribuído um potencial valor de venda: “a gente garimpa no lixo e vem pra cá e vira produto”. Os preços também não são fixos e seguem a dinâmica do rolo, compreendido como uma forma de complementação de renda.

O que eu vendo é só aqui mesmo. Eu sou músico, faço eventos, aniversários, casamentos e trabalho com restauração de móveis antigos, bicicletas antigas, carros antigos, sou *luthier*, conserto violão, essas coisas, tem muito instrumento na minha oficina pra vender.

Assim como a maioria dos feirantes que participam da Feira da Marreta, ele exerce outras atividades profissionais ao longo da semana. Seu envolvimento com a feira, portanto, não se restringe ao comércio e à necessidade de vendas, que varia de domingo a domingo em relação às tipologias dos objetos expostos.

É aleatório, eu tenho muita coisa lá, às vezes eu pego um pouco e trago. De tudo eu trago um pouco. Aqui tem de tudo, tem vez que eu trago isso aqui, tem vez que eu trago móveis antigos, bicicletas antigas, tudo antigo! Tem muita gente que vem garimpar aqui.

No que se refere ao tipo dos objetos que circulam de modo mais evidente na feira, incluindo suas biografias, destaca-se o seguinte diálogo:

Olha, eu vou falar uma coisa muito engraçada: lixo. Gente, eu adoro lixo [...] principalmente alguém que tá mudando, sabe? Joga aquele tanto de trem fora, é muita coisa que eu acho!

Então aqui vende-se lixo?

Aqui não vende lixo. Aqui vende produtos e de qualidade ainda! Porque a gente garimpa no lixo e traz pra cá e vira produto. Aí ó, essa bicicleta foi achada no lixo [...], porém, já não é lixo mais, ela tem o valor dela. E é tudo baratinho aqui, é só pra complementar o salário.

Aqui é um lugar que o lixo se modifica. Não é lixo mais. Tudo aqui se modifica. Eu compro e revendo aqui também, mas a maioria é tudo do lixo. O lixo vira produto aqui, ganha preço. Barato, porém de qualidade. Não é porque tá no lixo que não presta.



Imagem 48: Objetos que são retirados do lixo e comercializados na Feira da Marreta. Foto: Frame de vídeo Coletivo Marreta (2023).

Dessa forma, é evidente na Feira da Marreta a realização de práticas não convencionais de comércio e consumo de objetos materiais, juntamente à construção de relações diferenciadas que se produzem quando os objetos descartados como lixo são continuamente valorados nos espaços de venda da feira, afinal: “não é porque tá no lixo que não presta”. Ademais, o comércio na feira não é especializado nem padronizado, refletindo a riqueza do mundo material que está em constante transformação. Como afirmou Debary (2017), “a beleza do resíduo transformado está em buscar o afastamento da morte” (Debary, 2017, p. 36). Na Feira da Marreta, como em outras feiras de segunda mão, discos de vinil são transformados em relógios de parede, uma moeda vira cinzeiro, lustres antigos servem como fruteiras, bicicletas obsoletas se tornam suporte para plantas, gaiolas são objetos de arte, retratos de pessoas desconhecidas são expostos, junto a cartas ou cartões postais endereçados.



Imagem 50: Cartões postais na Feira da Ladra em Lisboa. Foto: Mana Rosa (2012).



Imagem 49: Coleção de chaveiros na Feira da Marreta. Foto: Tatiana Leal (2023).



Imagem 51: Prato de cerâmica na Feira da Marreta. Foto: Mana Rosa (2019).

Como vimos, alguns desses objetos são levados apenas para serem expostos ao olhar e chamar a atenção, demonstrando que a feira transcende sua função comercial, tornando-se também um lugar para apresentações musicais e artísticas, para fruição. Também é um lugar de encontro e fortalecimento de redes de sociabilidade, tanto entre os feirantes quanto entre estes e seus compradores, que acabam formando laços duradouros de afeto e amizade.

Por outro lado, na Feira da Marreta, ainda é possível encontrar coleções consagradas, como a numismática<sup>43</sup>. Na banca onde são comercializados itens repetidos de uma coleção particular, o feirante faz a demonstração meticulosa e contextualizada de seu acervo, esclarecendo para quem tiver interesse, aspectos históricos e econômicos do surgimento de cédulas e moedas, seus materiais constitutivos e os diversos formatos e épocas de produção. Colecionador há seis anos, costuma frequentar eventos e congressos sobre o assunto em Goiânia e em outras cidades, mas a Feira da Marreta é o único local onde expõe sua coleção. Nos dias de semana, ele exerce a função de servidor público e vai à feira com o objetivo de socializar seus conhecimentos, encontrar pessoas interessadas e oferecer itens repetidos para venda ou troca.



Imagem 52: Coleção de numismática exposta na Feira da Marreta. Foto: Frame de vídeo Coletivo Marreta (2023).

O interessante nesse caso, além disso, é a trajetória e o destino das coisas que fez com que ele se tornasse um colecionador especializado no assunto. Conforme relata, após o

---

<sup>43</sup> Importante mencionar que as coleções de numismática têm uma ligação estreita com o surgimento do colecionismo ocidental, notadamente no contexto dos gabinetes de curiosidades, reconhecidos como o protótipo dos museus tradicionais modernos. No Brasil, essas coleções compuseram parte significativa da formação dos primeiros acervos dos chamados “museus nacionais”, como o Museu Nacional, o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Museu Paulista (Perroni, 2021). Além disso, a numismática foi, por muito tempo, uma disciplina acadêmica obrigatória do “Curso de Museus”, criado em 1932 no Museu Histórico Nacional (MHN), que posteriormente deu origem ao atual bacharelado em Museologia oferecido pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

falecimento de seu avô, em meio aos espólios e bens materiais que a família teve de encontrar uma destinação, havia um pote cheio de dinheiro e moedas antigas. Ele explica:

Meu avô vendeu um caminhão na época e guardou o dinheiro. Aí o dinheiro desvalorizou porque ele não trocou o dinheiro. Era cruzeiro, cruzado, depois cruzado novo. Aí quando achei, achei um pote cheio de moeda, cédulas antigas [...]. Aí eu comecei!

Embora seu avô não tenha sido um colecionador de numismática, o feirante fez desse “momento de ruptura” (Debary, 2017) o ponto de partida para uma de suas principais atividades. Nesse contexto, de acordo com Debary (2017), “a questão da sucessão aparece de maneira central. Trata-se de fazer perdurar e transmitir objetos relegados”, além de que “o objeto implica que se continue a reconhecer seu valor, um interesse (de não terminar na lixeira)” (Debary, 2017, p. 40-41). Com este exemplo, também apreendemos mais uma característica comum dos mercados de usados e feiras de segunda mão, mencionada pelo autor, que é a de não se enquadrarem nas relações comumente estabelecidas entre produtores, comerciantes e compradores. Os objetos que circulam nas feiras de segunda mão são acidentais ou estranhos à vida comercial ordinária, possuem origens e biografias diversas. Por essa razão, devem ser narradas como forma de explicitar a riqueza da Feira da Marreta como um lugar culturalmente construído e não estigmatizado como feira de objetos sem procedência.

#### **4.2 O surgimento do Coletivo Marreta**

A intensa imersão no campo da Feira da Marreta como pesquisadora entre os anos de 2018 e 2023, reverberou no engajamento de pessoas amigas, profissionais e pesquisadoras de diferentes áreas (Produção Cultural, Artes Visuais, Cinema e Música) que de início acolhiam com a escuta as minhas várias inquietações sobre o campo. Resultou disso um coletivo de produção artística e audiovisual sobre a feira.

No início do trabalho de campo<sup>44</sup>, eu me vi “sem câmera na mão e um projeto de pesquisa”, e foi assim que surgiu o Coletivo Marreta, no intuito de registrar visual e sonoramente a feira. A partir de janeiro de 2023, o coletivo<sup>45</sup> elaborou e submeteu para avaliação, quatro projetos culturais em editais de leis de incentivo à cultura: (1) a “Exposição de Lambe na Feira

---

<sup>44</sup> O projeto de pesquisa, à época intitulado “Cultura Material e Patrimônios Culturais: por uma biografia cultural da Feira da Marreta em Goiânia (GO)”, tramitou na Plataforma Brasil e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), em 21 de junho de 2021, para o início do trabalho de campo.

<sup>45</sup> Formado por mim e Cássia Oliveira (bibliotecária e artista visual), Pedro Constantino (músico, compositor musical e cientista social), Taiana Martins (produtora cultural e acrobata aérea) e Tatiana Leal (geógrafa, artista independente e realizadora audiovisual).

da Marreta”; (2) o curta-metragem “A vida dos Objetos”; (3) o média-metragem “A Feira da Marreta e a circulação das coisas<sup>46</sup>”; e (4) o projeto “Feiras e Patrimônios: mapeamento das principais feiras de segunda-mão em Goiás (GO) e no Distrito Federal (DF)” Desses quatro projetos, o média-metragem teve a aprovação pela Lei Goyazes de Incentivo à Cultura, porém, devido à falta de captação de recursos, não foi iniciado.

Tal efusividade de possibilidades de olhares e pesquisas expressa o potente campo que ora é apresentado, como vimos, a partir do cruzamento de diferentes disciplinas acadêmicas, em especial a Antropologia, a Museologia e os estudos de patrimônios culturais, que se inspiram na “indisciplinada” (Miller, 2013) cultura material, considerada “inclusiva, abrangente, original, às vezes com pesquisas e observações peculiares” (Miller, 2013, p. 7).

Por fim, apresentamos aqui uma galeria de imagens (colagens digitais) propostas para exposição do projeto lambe<sup>47</sup>, ainda não contemplado. A iniciativa consistiu em uma intervenção de arte urbana no espaço da feira, envolvendo pessoas autorizadamente fotografadas e os objetos escolhidos por elas na feira. O principal objetivo do projeto foi contribuir para a revitalização da Feira da Marreta por meio das artes visuais, além de provocar reflexões sobre as coisas que impactam esteticamente o ambiente. A proposta busca difundir a arte urbana, utilizando a técnica do lambe-lambe para transformar o entorno da feira em galerias de arte a céu aberto.



Imagem 53: Esboços de lambe-lambe elaborados por Tatiana Leal (2023) para a proposição do projeto *Exposição de Lambe na Feira da Marreta* no Fundo de Arte e Cultura de Goiás, edital 2023.

<sup>46</sup> Projeto aprovado e ainda em fase de captação. Publicado no Diário oficial em 03 de março de 2023. Secretaria de Estado de Cultura. Portaria nº 65, de 01 de março de 2023. **Aprovar por mérito, relevância e oportunidade, os seguintes projetos apresentados com vista aos benefícios do Programa Goyazes e Incentivo à Cultura.** Diário Oficial do Estado de Goiás, Goiânia, ano 186, n. 23.993, p. 203-204, 3 mar. 2023. Disponível em: <https://diariooficial.abc.go.gov.br/>. Acesso em: 12 out. 2023.

<sup>47</sup> O lambe-lambe é uma forma de arte urbana que remonta ao surgimento da publicidade no século XIX. Consiste em uma técnica de impressão em suporte de papel de tamanhos variados, pôsteres, cartazes, que são colados com grude artesanal em muros e espaços públicos.

Nesse processo de criação, buscamos destacar as trajetórias biográficas dos objetos que circulam na feira, assim como as histórias e performances de seus vendedores que compartilham narrativas fantásticas que se mesclam com a diversidade de objetos à venda. Assim, o principal desafio que a exposição de lambes enfrenta é a ocupação dos muros ao redor da Feira da Marreta, inaugurando a realização de uma intervenção artística em um dos espaços mais polêmicos da cidade: uma feira que traz à tona um confronto de visões de mundo por meio dos objetos materiais.

No curta-metragem experimental “A vida dos objetos”, o objetivo é retratar de maneira lúdica e poética o mundo material circulante na Feira da Marreta, dando voz a esses objetos em primeira pessoa. A sinopse é a seguinte:

**A vida dos objetos** explora o que se passa na ‘cabeça dos objetos’ que residem na Feira da Marreta, cuja existência é impactada pelas diversas maneiras pelas quais chegam lá. Alguns duram eternidades devido às suas qualidades férricas, plásticas, metalizadas, amadeiradas etc., outros menos. Suas performances ao longo da vida também são transformadas de acordo com encontros e separações que se dão em seu meio cultural, onde se misturam com outros objetos, seres e forças naturais. Essas interações levam à criação de novas funções e perspectivas de mundo ao seu redor. Este curta-metragem experimental destaca de forma poética e lúdica os usos e reusos dos objetos, revelando novas dimensões de suas existências (Coletivo Marreta, 2023).

O projeto, submetido na modalidade de produção audiovisual ao Fundo de Arte e Cultura de Goiás (FAC) 2023, foi elaborado tendo a presente tese como principal referência. Como ainda não foi aprovado, poderá ser submetido para outras avaliações em editais futuros.

● **A VIDA DOS OBJETOS**  
**proposta de curta-metragem**

Realizar um curta-metragem sobre A vida dos objetos é de grande importância

visa retratar de forma lúdica e poética as biografias culturais dos objetos que circulam na Feira da Marreta, explorando os trânsitos e os processos de desfuncionalização e resignificação por que passam na medida em que adentram no espaço da feira. Provenientes de descartes, esses objetos ganham renovada performance reivindicando para si novos usos e sentidos.

Para Carenzo, a ênfase na “vida social das coisas” tem invisibilizado o que sucede com elas após a sua “morte social”. Longe de representarem a fase final do processo de produção e consumo, os resíduos ou objetos descartados, na medida em que atravessam diferentes regimes de valor, acabam por absorver novos sentidos e valores que os possibilitam retornar à esfera mercantil (CARENZO, 2011, p. 20).

Imagem 54: Parte do material elaborado pelo Coletivo Marreta para a submissão do projeto audiovisual em edital do FAC (2023). Fonte e elaboração: Cássia Oliveira / Coletivo Marreta (2023).

A proposta do média-metragem “A Feira da Marreta e a circulação das coisas” seguiu nessa mesma direção, porém objetivando uma narrativa audiovisual de caráter documental, incluindo entrevistas e biografias culturais de objetos narradas por feirantes e frequentadores. Na descrição da proposta, argumentamos que:

A inevitável insurgência do mundo material demonstrada no cotidiano da feira, evidenciará através do projeto audiovisual a história dos objetos a partir dos olhares e das mãos de trabalhadoras e trabalhadores que colocam em curso a vida social das coisas. Pautado por um olhar etnográfico, poético e reflexivo, o objetivo é demonstrar visual e sonoramente os trânsitos, ambiguidades e singularizações de objetos materiais diante do complexo circuito de vida e morte que as ‘coisas’ estabelecem na feira ao afluírem do lixo para o fluxo de comércio das bancas e calçadas da Feira da Marreta. A narrativa audiovisual visa contar por meio dos objetos histórias vinculadas a eles, bem como a pessoas envolvidas em seus trânsitos, explorando aspectos sonoros e visuais que de outra forma não seria possível narrar, registrar e divulgar para um público amplo (Coletivo Marreta, 2023).

O projeto do média-metragem foi aprovado pela Portaria nº 65, de 01 de março de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás. No entanto, não houve captação de recursos, e, portanto, o projeto não foi iniciado.

Por último, o projeto “Feiras e Patrimônios: mapeamento das principais feiras de segunda-mão em Goiás (GO) e no Distrito Federal (DF)” foi inscrito na modalidade “patrimônio material e imaterial” do FAC 2023. O projeto de mapeamento compreende um trabalho de campo etnográfico que tem como objetivo coletar as histórias que descrevem e narram sobre as diferentes origens das feiras pesquisadas; realizar registros fotográficos e audiovisuais, observando objetos, sujeitos, estruturas e ambientes que compõem estas feiras; observar as dinâmicas culturais e sociais que se desenvolvem nesses espaços; realizar um reconhecimento geográfico e histórico do bairro que abriga cada feira, dentre outras ações de pesquisa que por ventura ofereçam informações exclusivas e esclarecedoras sobre o desenvolvimento e a atuação das seguintes feiras: Feira da Marreta, Goiânia (GO), Feira do Troca de Olhos D’Água (GO), Feira do Rolo de Ceilândia (DF), Feira de Antiguidades Gilberto Salomão, Brasília (DF), e Feira de Antiguidades da Praça Tamandaré, Goiânia (GO).



Imagem 55: Parte do material elaborado para a apresentação do projeto de mapeamento das feiras em Goiás e no Distrito Federal. Fonte e elaboração: Cássia Oliveira / Coletivo Marreta (2023).

A partir das informações coletadas, o projeto prevê a criação de um *site* cuja arquitetura conta com *plugins* de acessibilidade, leitor de tela, tradução em libras e tradução para os idiomas espanhol e inglês e acessível para deficientes visuais, auditivos e disléxicos. O conteúdo do *site* será organizado a partir de menus que apresentam informações gerais, história de origem, os (as) feirantes, os objetos comercializados, eventos realizados, curiosidades, localização, como chegar, vídeos, imagens, depoimentos, *wallpapers*, além do *download* gratuito de um catálogo das feiras mapeadas.



Imagem 56: Esboço do *website* a ser realizado como resultado das pesquisas realizadas durante o mapeamento das feiras em Goiás e no Distrito Federal. Fonte e elaboração: Cássia Oliveira / Coletivo Marreta (2023).

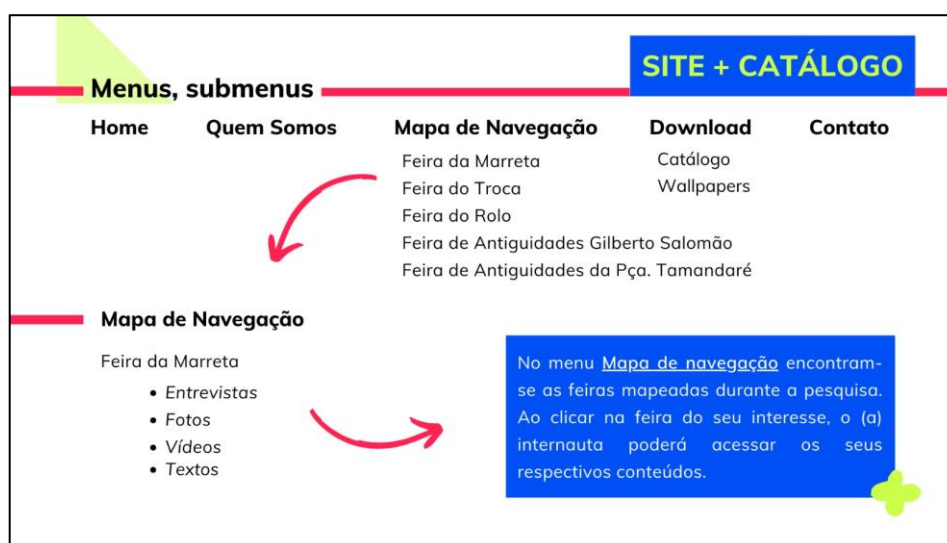


Imagem 57: Esboço do *website* a ser realizado como resultado das pesquisas realizadas durante o mapeamento das feiras em Goiás e no Distrito Federal. Fonte e elaboração: Cássia Oliveira / Coletivo Marreta (2023).

Com esses exemplos, pretendemos reiterar o potente campo de pesquisas acadêmicas e de realizações artísticas que a Feira da Marreta oferece. Esperamos que esta etnografia seja apenas um começo para futuros desdobramentos, tanto para nós, do coletivo, quanto para a feira e para futuras pesquisas, uma vez que nossa visão está alinhada ao que disse Antônio Bispo dos Santos sobre os ciclos de vida, evidentemente ligados à lógica circulatória de objetos-coisas-restos-abandonos que afluem do lixo para a feira, da feira para o lixo, como um “começo, meio, começo”<sup>48</sup>.

<sup>48</sup> Expressão de Antônio Bispo dos Santos, referenciada em Carta dirigida ao 20º Fórum Social Mundial de 2020. Disponível em: <https://observatoriosc.org.br/nego-bispo-questiona-em-carta-ao-forum-social-mundial-valores-da-civilizacao/>. Acesso em: 15 out. 2023.

## Considerações finais

Ao direcionar um olhar antropológico renovado para a circulação de mercadorias na vida social, compreendendo-as em sua dimensão cultural, e não estritamente econômica, Appadurai (2008) enfatizou que em razão de estarem presentes em uma enorme gama de sociedades,

Mercadorias, e coisas em geral, despertam, de modo independente, o interesse de diversos tipos de antropologia. Constituem os princípios básicos e os últimos recursos dos arqueólogos. São a substância da ‘cultura material’, que une arqueólogos a antropólogos culturais de diversas linhas. Na qualidade de objetos de valor, ocupam uma posição central na antropologia econômica e, com igual importância, na teoria da troca ou na antropologia social em geral, uma vez que são o instrumento do ato de presentear (Appadurai, 2008, p. 17-18).

Tendo em vista a permanente produção e circulação dos objetos no meio social, é possível perceber o modo como coisas de diferentes tipos e funcionalidades ganham distintos significados de acordo com o contexto em que estão inseridos, ou seja, os objetos não possuem um valor em si, e na medida em que lhes são atribuídos diferentes usos e significados – possibilitando a realização de atividades fundamentais que de outro modo não seriam possíveis – ganham destaque e importância para a interpretação e reflexão antropológicas.

Nesse sentido, recentes análises antropológicas (Miller, 2013; Ingold, 2012; Appadurai, 2008; Gonçalves, 2007) têm destacado o estatuto social dos objetos e se interessam pelo estudo da “vida social das coisas”, suas biografias, o potencial de agência que detêm, entre outras abordagens em direção a um movimento denominado ontologia orientada aos objetos ou virada ontológica na Antropologia. Tais perspectivas visam à desestabilização de dicotomias como sujeito e objeto, materialidade e imaterialidade, desafiando a noção dos objetos como algo inerte, estático e sem vida. Assim, a distinção entre “coisa” e “objeto” amplamente discutida por autores como Ingold (2012) e Miller (2013) é vista como necessária para se pensar o *status* que os objetos materiais adquirem no contexto da Feira da Marreta.

Analisando essas questões em contraste com as contribuições de Pomian (1984) e Ingold (2012) acerca da distinção entre “coisas” e “objetos”, consideramos que os objetos materiais que circulam no ambiente da feira são mais bem compreendidos enquanto “coisas”, pois não são facilmente classificáveis e não obedecem a um único sistema de classificação.

Para Pomian (1984), existem os “objetos de coleção”, os semióforos, que são mantidos fora das atividades econômicas, sujeitos a uma atenção especial e expostos ao público; e os “objetos úteis”, as “coisas”, que podem ser consumidas, servir para obter bens de

subsistência ou transformar matérias brutas (Pomian, 1984, p. 71). Ingold (2012), por sua vez, afirma que o mundo material não é formado por “objetos”, considerados mortos, estáticos e sem vida, mas por “coisas”, vivas, em constante transformação e que se integram aos ciclos e dinâmicas da vida e do ambiente “precisamente porque não foram reduzidas ao estado de objeto” (Ingold, 2012, p. 34).

Ao examinar as acepções de Pomian (1984) e de Ingold (2012), foi possível notar a existência de uma variação perceptiva que permite o trânsito dos objetos em diferentes esferas de valoração. A trajetória pregressa dos semióforos informa que antes de integrarem coleções, os objetos materiais circulam: são produzidos, comercializados, utilizados e descartados. Porém, da mesma forma retornam ao circuito das transações mediante a atribuição de valores diferenciados que permitem que sejam reutilizados, comercializados como objetos de segunda mão e antiguidades, ou mesmo comporem coleções, sendo musealizados ou patrimonializados.

No caso da Feira da Marreta, objetos dados como obsoletos, velhos, inúteis e descartáveis, são compreendidos na qualidade de “coisas”, não exatamente passíveis de classificação, mas que de modo muito particular ganham uma segunda vida no contexto da feira e para além dela: são selecionadas, expostas, consumidas e reaproveitadas.

É dessa forma que, no âmbito da pesquisa sobre a biografia cultural da Feira da Marreta, percorremos o itinerário dos objetos com vistas ao estabelecimento de um quadro que possa demonstrar o seu trânsito no meio social e o modo como adquirem ou perdem funções e significados. Para tanto, foi igualmente necessário analisar a feira como um todo, enquanto espaço, circuito econômico, lugar ou cenário onde são possibilitadas práticas sociais e performativas que permitem a circulação desses objetos em questão. Nesse sentido, vemos a feira também como um grande artefato, passível de ser analisada a partir das mesmas categorias mobilizadas para o estudo dos objetos ou da cultura material. É notável, tanto no campo da Arqueologia quanto da Museologia, o desenvolvimento de abordagens que tratam as paisagens culturais, os museus e as próprias cidades enquanto mega ou super artefatos, “provocando uma interpretação expandida de artefato” (Duarte Cândido, 2016, p. 1).

Em análise sobre o tema do papel educativo dos museus de cidade a partir do CAMOC, Comitê Internacional para as Coleções e Atividades dos Museus de Cidades, criado em 2005, Manuelina Maria Duarte Cândido (2013) constatou, por meio dos estudos de Jones *et al* (2012) e de Maria Ignez Mantovani (2009), que “a cidade é o maior artefato que um museu pode ter” e que a geração de processos museológicos acerca dos modos de vida na cidade contemporânea tem sido alvo crescente de interesse, a despeito da constatação de Mantovani

de que que ainda são poucas as iniciativas no Brasil voltadas para o tratamento das grandes cidades como objetos museais (Duarte Cândido, 2013, p. 32-33).

Dessa forma, foi possível constatar que a Feira da Marreta não é somente um espaço comercial. Sua permanência histórica e sua abrangência cultural evidenciam que ela consiste em uma importante referência patrimonial para o município de Goiânia – mesmo que pouco valorizada ou mal vista por aqueles que não a conhecem. Essa estigmatização, reforçada pela precarização do apoio para seu acontecimento, entretanto, é bastante comum entre as feiras de segunda mão no Brasil, conhecidas genericamente como feiras do rolo, refletindo na maneira como as sociedades se apropriam e valorizam seus patrimônios. Não é demais repetir aqui um jargão dos estudos de patrimônios culturais, em frase atribuída a Aloísio Magalhães, que diz que “só se preserva aquilo que se ama, só se ama aquilo que se conhece”.

Por meio do mapeamento de feiras congêneres, foi possível compreender que as feiras, de modo geral, também são uma categoria dos circuitos inferiores da economia. Por essa razão, foi questionado se não são os atributos de informalidade, irregularidade e espontaneidade próprios desses circuitos inferiores que acentuam a ideia de que as feiras de segunda mão são lugares “perigosos” (Douglas, 1976) e de má reputação quando se trata da comercialização de objetos sem procedência. No entanto, como garantir a procedência de objetos, em sua maioria oriundos do lixo? Traçar as biografias desses objetos é uma forma de combater o estigma, bem como promover a valorização das práticas de venda, troca e consumo de objetos usados realizadas nesses espaços.

Ademais, sob a perspectiva da Antropologia do Consumo, Alice Duarte (2002) afirma que “o centro comercial pode ter um papel activo na construção de identidades. Através das compras neste lugar particular, os consumidores podem envolver-se num trabalho de reconstrução de dimensões da identidade, como o género, a classe ou a etnicidade” (Duarte, 2002, p. 9). Assim, à semelhança do papel ativo que Duarte atribui aos centros comerciais, vemos a Feira da Marreta construída como um lugar, sobretudo, cultural, cujas práticas comerciais frequentemente transcendem a lógica capitalista do consumo de massa e da obsolescência programada dos objetos, gerando dinâmicas subjetivas de amizade, afeto e memória que superam as relações puramente mercantis agenciadas pelo comércio formal.

Da mesma forma, observamos que a prática do rolo é considerada um fenômeno cultural associado ao escambo e, portanto, intimamente ligada ao surgimento das feiras no Brasil que, por sua vez, estão associadas à origem de diversas cidades, como Caruaru (PE), cuja feira, como vimos, é patrimônio imaterial nacional. Em Goiânia, a Feira da Marreta também

está associada à construção da cidade na década de 1930, porém, ao contrário das feiras do rolo que estão associadas a roteiros turísticos e culturais, não é valorizada.

Consideramos, portanto, a relevância histórica das feiras no processo de desenvolvimento das cidades modernas, sua importância no que se refere ao abastecimento de produtos essenciais, seu diferencial enquanto espaço privilegiado de trocas comerciais e circulação de objetos e, sobretudo, a notoriedade dos aspectos simbólicos ligados à produção e à reprodução de práticas culturais em seu ambiente.

Com efeito, os estudos sobre objetos ou cultura material constituem um dos grandes eixos de análise da Antropologia, impulsionados e reunidos, inclusive, em torno do “Grupo de Trabalho Permanente em Patrimônios e Museus”, da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), para o qual o desenvolvimento de uma “antropologia dos objetos” constitui uma das novidades do campo, permitindo novas reflexões sobre os objetos “tanto no que diz respeito a processos de patrimonialização quanto no que tange aos significados e agenciamento dos objetos em várias culturas” (Abreu; Lima Filho, 2012, p. 34). À vista disso, a perspectiva contemporânea do tema permite que coisas e objetos sejam abordados por etnografias, motivo pelo qual se verifica a pertinência do olhar antropológico sobre a Feira da Marreta e sua forma de exposição, circulação e comercialização de objetos materiais.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação dos antropólogos nas questões do patrimônio. **Sociedade e Cultura**, v. 8, p. 37-53, 2005. Disponível em: <https://www.reginaabreu.com/site/index.php/artigos1>. Acesso em: 10 out. 2023.

\_\_\_\_\_. Tal antropologia qual museu? **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, [s. l.], Suplemento 7, p. 121-143, 2008. DOI 10.11606/issn.2594-5939.revmaesupl.2008.113502. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmaesupl/article/view/113502>. Acesso em: 10 out. 2023.

ABREU; Regina; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. A trajetória do GT de Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia. In: TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012. p. 25-73.

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Tradução de Agatha Bacelar. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

ARANTES, Antonio A. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 425–435, jan. / jun., 2006. DOI 10.18224/hab.v4.1.2006.425-435. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/362>. Acesso em: 10 out. 2023.

\_\_\_\_\_. Diversity, heritage and cultural politics. **Theory, Culture & Society**, v. 24, n. 78, 2007. p. 290-296.

ARAUJO, Alexandro Moura; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 561-583, out. 2018. DOI 10.36920/esa-v26n3-4. Disponível em: [https://www.revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-3\\_feiras\\_feirantes](https://www.revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-3_feiras_feirantes). Acesso em 10 out. 2023.

ARAÚJO GONÇALVES, Luiz Antônio; HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante. As feiras populares no Nordeste Brasileiro: aportes iniciais. **Revista de Geografia**, [s. l.], v. 34, n. 2, 2017. DOI 10.51359/2238-6211.2017.229253. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/229253>. Acesso em: 15 out. 2024.

BARROS, Manoel de. **Poesia completa**. – São Paulo: Leya, 2010.

BASQUES, Messias. Uma Antropologia das coisas: etnografia e método. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 150-165, jan./jun., 2010. DOI 10.22456/1982-6524.12233. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EspaçoAmeríndio/article/view/12233>. Acesso em: 10 out. 2023.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. Tradução de Zulmira Ribeiro Tavares. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

BONNOT, Thierry. Itinerário biográfico de uma garrafa de sidra. *In*: DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria; RUOSO, Carolina (org.). **Museus e patrimônio: experiências e devires**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2015. p.121-151.

BORSOI, Eduardo. Troca-troca. **Coordenação de Registro e Conservação / Patrimônio Cultural do Piauí (CRC/SECULT)**. Teresina, 3 fev. 2017. Disponível em: <https://crcfundacpiauui.wordpress.com/2017/02/03/troca-troca/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRANDÃO, Simone Buiate. **A antiga linha férrea de Goiânia: de símbolo da modernidade à obsolescência**. 2017. 187 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura - Projeto e Cidade) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, 2017.

BRITTO, Lays. O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. **Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, Goiânia, v. 3, n. 1, p. 165-169, ago., 2017. DOI 10.18224/baru.v3i1.5839. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/5839>. Acesso em: 05 maio 2021.

BROMLEY, R.J. Os mercados periódicos dos países em desenvolvimento: uma revisão crítica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE, 42(3), p. 646-57, jul./set. 1980. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1985\\_v47\\_n1\\_2.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1985_v47_n1_2.pdf). Acesso em: 16 jun. 2021.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 9, n. 9, p. 9 – 33, 1996. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/291>. Acesso em: 16 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Estudos de cultura material e coleções museológicas: avanços, retrocessos e desafios. *In*: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio (org.). **Cultura material e patrimônio da ciência e tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2009.

BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. Cultura material. *In*: **Enciclopédia Einaudi: Homo-Domesticação**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989. p. 11 - 47.

CARDOSO, Pedro Manuel. O que é a Museologia e o Patrimônio? **Revista Cadernos do CEOM**, Chapecó (SC), v. 27, n. 41, p. 116-152, 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2600>. Acesso em: 19 jul. 2020.

CARENZO, Senastián. Desfetichizar para producir valor, refetichizar para producir el colectivo: cultura material en una cooperativa de “cartoneros” del gran Buenos Aires. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 17, n. 36, p. 15-42, jul./dez. 2011. DOI 10.1590/S0104-71832011000200002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/GYsdJKkWf9TzSQ3hvPFNRyd/?lang=es>. Acesso em: 10 out. 2023.

CEPAL. Fomento de circuitos cortos como alternativa para la promoción de la agricultura familiar. **Boletín CEPAL/FAO/IICA**, 2014. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/37152-fomento-circuitos-cortos-como-alternativa-la-promocion-la-agricultura-familiar>. Acesso em: 16 jun. 2021.

CHAGAS, Mario. No museu com a turma do Charlie Brown. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 2, n. 2, p. 49-65, 1994. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/535>. Acesso em: 19 ago. 2021.

CHUVA, Marcia Regina Romeiro. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n.34, p 147-165, 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2021.

COGOY, Carlos. Feira do Rolo: Economia alternativa reaproveita roupas. **DM Pelotas**, Pelotas, 16 jun. 2016. Disponível em: <https://diariodamanhapelotas.com.br/site/feira-do-rolo-economia-alternativa-reaproveita-roupas/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CONHEÇA a história da Feira do Troca em Picos. **Cidadeverde.com**, Picos, 20 jun. 22. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/370819/conheca-a-historia-da-feira-do-troca-em-picos>. Acesso em: 19 jun. 2023.

DEBARY, Octave. Segunda mão e segunda vida: Objetos, lembranças e fotografias. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 3, ago.-nov. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/9547>. Acesso em: 10 out. 2023.

\_\_\_\_\_. **Antropologia dos Restos: da lixeira ao museu**. Tradução de Maria Letícia Mazzucchi Ferreira. - 1. ed. - Pelotas: UM2 Comunicação, 2017. *E-book*. 136p. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Antropologia-dos-Restos.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

DESCOLA, Philippe. Uma antropologia dos interstícios. In: DEBARY, Octave. **Antropologia dos Restos: da lixeira ao museu**. Tradução de Maria Letícia Mazzucchi Ferreira. – 1. ed. – Pelotas: UM2 Comunicação, 2017. *E-book*. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Antropologia-dos-Restos.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

DESVALLÉES, André.; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de museologia**. São Paulo: Armand Colin; Comitê Internacional para Museologia do ICOM; Comitê Nacional Português do ICOM, 2013. Disponível em: [https://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF\\_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf](https://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf). Acesso em: 19 out. 2023.

DINIZ, Beatriz Ferraz. O discurso sobre a vadiagem na Praça da Sé (SP). **Psicologia & Sociedade**, 28, n. 2, p. 341-349, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Vg9gt8PwdyJXB3q4pkwcNXC/>. Acesso em: 25 out. 2023.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. Ondas do pensamento museológico brasileiro. **Caderno de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 20, n. 20, 251p., 2003. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/37>. Acesso em: 14 out. 2023.

\_\_\_\_\_. Cultura material: interfaces disciplinares da Arqueologia e da Museologia. **Cadernos do CEOM** (Unochapecó), Chapecó - Santa Catarina, v. 21, p. 75-90, 2005.

\_\_\_\_\_. O CAMOC e o papel educativo dos museus de cidade. *In*: Seminário da Rede de Educadores de Museus de Goiás, Educação Museus e Cidades, IV, 2013, Goiânia, GO. **Anais eletrônicos** [...]. Goiânia, 2013. Disponível em: <http://anaisdoseminariosremgoias.blogspot.com/>. Acesso em: 19 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Pesquisa**. Os sentidos os tempos e os destinos das coisas: abordagens interdisciplinares sobre cultura material. Manuscrito não publicado. Goiânia: UFG, 2016.

\_\_\_\_\_. Sobre os sentidos, os tempos e os destinos das coisas. *In*: DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria; WICHERS, Camila A. de Moraes e COLLAÇO, Janine H. Leicht (org.). **Patrimônios culturais: entre memórias, processos e expressões museais**. Goiânia: CEGRAF, 2017. p. 40-52.

DUARTE, Alice. Daniel Miller e a Antropologia do consumo. **Etnográfica: revista do Centro de Estudos de Antropologia Social**, vol.6 (2), 2002, p. 367-378. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/23627>. Acesso em: 14 jul. 2022.

FABIAN, Johannes. Colecionando pensamentos: sobre os atos de colecionar. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 59 - 73, 2010. DOI 10.1590/S0104-93132010000100003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132010000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132010000100003). Acesso em: 16 jun. 2021.

FEIRA do rolo da Praça 8 de Dezembro é alvo de questionamento no Conseg. **Click Guarulhos**, Guarulhos, 21 jul. 2015. Disponível em: <https://www.clickguarulhos.com.br/2015/07/21/feira-do-rolo-da-praca-8-de-dezembro-e-alvo-de-questionamento-no-conseg/>. Acesso em: 26 maio 2023.

FERREZ, Helena Dodd. **Tesouro de objetos do patrimônio cultural nos museus brasileiros**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, 2016. Disponível em: <http://www.tesauromuseus.com.br/download/tesouro.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2021.

FEIRA do rolo gera aglomerações na Praça da Sé, no centro de São Paulo. **G1**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/sp1/video/feira-do-rolo-gera-aglomeracoes-na-praca-da-se-no-centro-de-sao-paulo-8550879.ghtml>. Acesso em: 29 maio 2023.

GIANNECCHINI, Laura; AZEVEDO, Maria, BOTELHO; Ricardo. **“Feira também é cultura!”** - Feiras livres como espaços de intensa sociabilidade na cidade de São Paulo. Disponível em: <http://new.institutofonte.org.br/wp-content/uploads/2017/12/%E2%80%9CFeira-tambe%CC%81m-e%CC%81-cultura%E2%80%9D.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2021.

GOIÂNIA. **Decreto n. 2.834**, de 30 de julho de 2001. Aprova as Normas para o Funcionamento de Feiras Livres e Feiras Especiais no Município de Goiânia. Disponível em: [https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete\\_civil/sileg/dados/legis/2001/decreto28342001.pdf](https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2001/decreto28342001.pdf). Acesso em: 28 maio 2021.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro, 2007. 256p. (Museu, memória e cidadania)

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. Entre vulgarizações e singularizações: notas sobre a vida social dos balaios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 17, n.36, p.127-143, jul./dez. 2011. DOI 10.1590/S0104-71832011000200006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832011000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832011000200006). Acesso em: 10 ago. 2023.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. – São Paulo: Centauro, 2006.

HENARE, Amiria.; HOLBRAAD, Martin; WASTELL, Sari. Introduction: Thinking through things. *In*: HENARE, Amiria; HOLBRAAD, Martin; WASTELL, Sari. **Thinking through things: theorising artefacts ethnographically**. London: Routledge, 2007. p. 1-31.

HOLBRAAD, Martin. **Ontologia é apenas outra palavra para cultura** (Parte 3) – Moções de Matei Candea e Martin Holbraad. 2019. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

IBRAM. **Subsídios para a criação de Museus Municipais**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Cultura / Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais / Departamento de Processos Museais, 2009. 40p.

INGOLD, Tim. **The Perception of the Environment: Essays on livelihood, dwelling and skill**, London: Routledge, 2000.

\_\_\_\_\_. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, 2012. DOI 10.1590/S0104-71832012000100002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832012000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832012000100002). Acesso em: 16 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis: Vozes, 2015.

IPHAN. **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual\\_do\\_INRC.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf). Acesso em: 16 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. **Parecer n. 005/06 – DPI**. Registro da Feira de Caruaru/PE. Brasília: DPI, 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/FeiradeCaruaruParecer.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. **Feira de Caruaru**. Brasília, DF: IPHAN, 2006. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie\\_feira\\_de\\_caruaru.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_feira_de_caruaru.pdf). Acesso em 10 out. 2023.

\_\_\_\_\_. **Feira de Caruaru**. Brasília, DF: Iphan, 2009. 116 p. (Dossiê Iphan; 9) Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/dossie9\\_feiradecaruaru.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/dossie9_feiradecaruaru.pdf). Acesso em: 10 out. 2023.

\_\_\_\_\_. **Livros de Registro dos Lugares**. [s. l.: s. n.], 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>. Acesso em: 22 jul. 2022.

JONES, Ian; Sandweiss, Eric; MOULIOU, Marlen; ORLOFF, Chet (Eds.). **Our Greatest Artefact: the city** – Essays on cities and museums about them. Istanbul: CAMOC, 2012.

KOPENAWA, David; ALBERT, Bruce. Paixão pela mercadoria. *In: A queda do Céu* - palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 406-420.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. *In: APPADURAI, Arjun. A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede**. Salvador: EDUFBA, 2012; Bauru, São Paulo: EDUSC, 2012.

LEITÃO, Débora Krischke; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Tratar as coisas como fatos sociais: metamorfoses nos estudos sobre cultura material. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 231–247, 2010. DOI 10.5433/2176-6665.2010v15n2p231. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/8237>. Acesso em: 10 out. 2023.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Entre campos: cultura material, relações sociais e patrimônio cultural. *In: TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (org.) Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília: ABA, 2012. p. 111-128.

LIMA, Tânia Andrade. Cultura Material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, 2011. DOI 10.1590/S1981-81222011000100002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/899PQPGsVV5WGXNyxXqzhwc/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10 out. 2023.

LUBAR, Steven; KINGERY, W. David (orgs.) **History from things: essays on material culture**. Washington: Smithsonian Institution Press, 1993.

LUNA, Gloria Alejandra Guarnizo. **Catar e colecionar** - Do lixo à museália nos Museus do Lixo. *Revista Mundaú*, v. 1, n. 12, p. 91–104, 2022. DOI 10.28998/rm.2022.n.12.13284. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistamundau/article/view/13284>. Acesso em: 26 set. 2023.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MASCARENHAS, Gilmar; DOLZANI, Miriam C. S. Feira livre: Territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 72–87, 2008. DOI 10.5216/ag.v2i2.4710. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/4710>. Acesso em: 23 out. 2023.

MASCARENHAS, Gilmar. O lugar da feira livre na grande cidade capitalista: Rio de Janeiro, 1964-1989. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 95-120, 1992. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1992\\_v54\\_n1.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1992_v54_n1.pdf). Acesso em: 16 jun. 2021.

MATTOS, Sílvia Clímaco. **Memórias e cidade**: lembranças do bairro da Vila Nova - 1930 ao presente. 2008. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/6353?mode=full>. Acesso em: 16 jun. 2021.

MAUSS, Marcel. O ensaio sobre a dádiva. *In*: **Sociologia e Antropologia**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. *In*: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão – Ouro Preto – 2009. **Anais** [...]. Brasília: IPHAN, 2012. p. 25-39. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2\\_vol1\\_ForumPatrimonio\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf). Acesso em: 27 jul. 2021.

MERENCIO, Fabiana Terhaag. A imaterialidade do material, a agência dos objetos ou as coisas vivas: a inserção de elementos inanimados na teoria social. **Cadernos do LEPAARQ**, Pelotas, RS, v. 10, n. 20, p. 184-204, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/2204>. Acesso em: 16 jun. 2021.

MILLER, Daniel. **Material cultures**: why some things matter. University College London, 1998.

\_\_\_\_\_. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MINNAERT, Ana Cláudia; FREITAS, Maria do Carmo. Práticas de higiene em uma feira livre da cidade de Salvador (BA). **Ciência & saúde coletiva**, v. 15, p.1607-1614, jun.2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/vg3vpJgND6DfqHmQhyGChvh/#>. Acesso em: 19 out. 2023.

MINNAERT, Ana. A feira livre sob um olhar etnográfico. A feira livre sob um olhar etnográfico. *In*: FREITAS, M. C. S. de; FONTES, G. A. V.; OLIVEIRA, N. de. **Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura**. Salvador: Edufba, 2008. p. 118-148. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/9q/pdf/freitas-9788523209148-08.pdf>. Acesso em: 19 out. 2023.

MIRANDA, Gustavo Magalhães Silva. **A feira na cidade**: limites e potencialidades de uma interface urbana nas feiras de Caruaru (PE) e de Campina Grande (PB). 2009. 189 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3220>. Acesso em: 16 jun. 2021.

MOORE, Christopher R.; THOMPSON, Victor D. **Animism and Green River persistente places**: a dwelling perspective of the Shell Mound Archaic. *Journal of Social Archaeology*,

2012. Disponível em: [https://leiaufsc.files.wordpress.com/2016/08/aula-2\\_moore.pdf](https://leiaufsc.files.wordpress.com/2016/08/aula-2_moore.pdf). Acesso em: 01 jun. 2021.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. Feiras e Mercados: pistas para pesquisa de campo. *In*: FERRETI, Sergio (org.). **Reeducando o olhar: estudos sobre feiras e mercados**. São Luiz: Edições UFMA; PROIN(CS), 2000.

\_\_\_\_\_. Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil. **Revista de História**, [s. l.], v. 53, n. 105, p. 81-106, 2023. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1976.209659. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/209659>. Acesso em: 4 out. 2023.

MOUTINHO, Mário. Definição evolutiva de sociomuseologia: proposta de reflexão. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 27, n. 41, p. 423-427, 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/168>. Acesso em: 28 jul. 2021.

MURA, Fabio. De sujeitos e objetos: um ensaio crítico de antropologia da técnica e da tecnologia. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 17, n. 36, p. 95-125, 2011. DOI 10.1590/S0104-71832011000200005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/8MLhkYcSBtqwBH6b796LWkp/?lang=pt#>. Acesso em: 16 jun. 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, jul. /dez. 1993.

OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves. Biografia cultural das coisas: aporte metodológico para o estudo do Turismo. **Resgate - Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 23, n. 2, p. 29-42, 2015. DOI 10.20396/resgate.v23i30.8645804. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645804>. Acesso em: 16 jun. 2021.

PAULO, Gerliézer. Feira muda de nome, mas não muda a prática. **Sagres**, Aparecida de Goiânia, 12 abr., 2013. Notícias | Política. Disponível em: <https://sagresonline.com.br/feira-muda-de-nome-mas-nao-muda-a-pratica/>. Acesso em: 21 set. 2023.

PERRONI, Lígia Kulaif. **A Numismática no Museu Paulista: uma coleção de moedas em um museu de História Natural (1893-1916)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-20062022-141412/pt-br.php>. Acesso em: 21 out. 2023.

PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. *In*: LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. *In*: **Enciclopédia Einaudi**, volume 1. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da moeda, 1984.

PORTO, Gil Carlos Silveira. **Configuração sócio-espacial e inserção das Feiras Livres de Itapetinga – BA e arredores no circuito inferior da economia**. 2005. 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19361/1/Gil%20Carlos%20Silveira%20Porto.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2021.

PREFEITURA DE GOIÂNIA. Secretaria Municipal do Desenvolvimento de Economia Criativa. **Competências**. 2021. Disponível em: [https://www.goiania.go.gov.br/estrutura/interna/id=549?filtro\\_simplificado=secretarias](https://www.goiania.go.gov.br/estrutura/interna/id=549?filtro_simplificado=secretarias). Acesso em: 28 maio 2021.

PREFEITURA estabelece cadastro para participação na Feira do Rolo de Piracicaba. **G1**, Piracicaba, 27 de abril de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2019/04/27/prefeitura-estabelece-cadastro-para-participacao-na-feira-do-rolo-de-piracicaba.ghtml>. Acesso em: 29 maio 2023.

PREFEITURA se reúne com ambulantes da Feira de Novos e Usados de Prazeres. **NE10**, Jabotão dos Guararapes, 31 jan. 2011. Disponível em: <https://ne10.uol.com.br/canal/noticias/grande-recife/noticia/2011/01/31/prefeitura-se-reune-com-ambulantes-da-feira-de-novos-e-usados-de-prazeres-255142.php>. Acesso em: 26 maio 2023.

RBA. Grupo de Trabalho 39 feiras, mercados, capitais e potencialidades. *In: 31ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Brasília: ABA, 2018. Disponível em: [https://www.31rba.abant.org.br/simposio/view?ID\\_SIMPOSIO=44](https://www.31rba.abant.org.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=44). Acesso em: 19 jul. 2020.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 265-282, 1996. DOI 10.1590/S0101-47141996000100018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5343>. Acesso em: 16 jun. 2021.

RIAL, Carmen. **O poder do lixo: abordagens antropológicas dos resíduos sólidos**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016. 432 p.

RIBEIRO, Ruamma Raquel Gusmão; FAÇANHA, Antônio Cardoso. Transformações recentes na área central de Teresina/Piauí: uma interpretação geográfica. **Geografia: Publicações Avulsas**. Universidade Federal do Piauí, Teresina, v. 2, n. 1, p. 353–372, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://ojs.ufpi.br/index.php/geografia/article/view/10545/7686>. Acesso em: 19 jun. 2023.

ROSA, Mana Marques. **Sistema museológico: por uma etnografia dos museus na cidade de Goiás (GO)**. 2016. 193 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/2e9af525-b3ee-480f-815e-5517850dbd03>. Acesso em: 10 out. 2023.

SALVADOR e sua tradicional Feira do Rolo. **GN NEWS**, Salvador, 18 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.gnnews.com.br/noticia/4630/salvador-e-sua-tradicional-feira-do-rolo>. Acesso em: 29 maio 2023.

SANTOS, Antônio Bispo. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, José Erimar. Feiras Livres: (re)apropriação do território na/da cidade, neste período técnico-científico-informacional. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, RS, v. 17, n. 2,

2013. DOI 10.5902/2236499410771. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/10771>. Acesso em: 16 jun. 2021.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. (Ciências sociais).

SANTOS, Paulo Cesar de Holanda. **Na feira livre tem muito mais do que se vê e do que se ouve**: etnografia da feirinha do Jacintinho na cidade de Maceió-AL. 2014. 111 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFS-2\\_2d06cf3b272687539c48a517899c344c](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFS-2_2d06cf3b272687539c48a517899c344c). Acesso em: 16 jun. 2021.

SANTOS, Rodrigo Gonçalves dos; LODDI, Laila Beatriz da Rocha; ZANIN, Nauíra Zanardo. Sobre lugares, práticas, corporeidades, dominação e parceria: a experiência gentrificadora e seus atravessamentos na cidade contemporânea. **Indisciplinar**, [s. l.], v. 4, n. 5, p. 112–141, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/33425>. Acesso em: 28 maio 2021.

SANTOS, Vinicius Melquiades dos. **Pedras artesãs**: materialidade, tecnologias e mobilidades das panelas de pedra-sabão em Minas Gerais. 2018. 346 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/71/711131/tde-26092018-171443/en.php>. Acesso em: 16 jun. 2021.

SATO, Leny. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, Edição Especial, p. 95-102, 2007. DOI 10.1590/S0102-71822007000400013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822007000400013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400013&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 05 maio 2021.

\_\_\_\_\_. Visitando a feira livre: notas sobre sua organização e seu trabalho. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 227-248, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41441>. Acesso em: 16 jun. 2021.

SCHLANGER, Sarah H. Recognizing persistent places in Anasazi settlement systems. In: Rossignol J and Wandsnider L (eds) **Space, Time, and Archaeological Landscapes**. New York: Plenum Press, 1992. p. 91-112.

SECOM. Prefeitura vai continuar operações até Feira do Rolo ser desarticulada. **Paripe.Net**, Salvador, 03 set. 2020. Disponível em: <http://www.paripe.net/noticia?url=prefeitura-vai-continuar-operacoes-ate-feira-do-rolo-ser-desarticulada>. Acesso em: 29 maio 2023.

SILVA, Sergio Baptista. Apresentação: repensando objetos, arte e cultura material. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, vol. 17, n. 36, p. 7-11, 2011. DOI 10.1590/S0104-7183201100020000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/s3PsskFTxMGZXQY5gJMKNzg/?lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2021.

SOARES, Antonio Carlos. Conceitos outros: as coisas e a Virada Ontológica. **Oficina do Historiador**, v. 13, n. 1, p. 1-12, jan.-jun., 2020. DOI 10.15448/2178-3748.2020.1.36312.

Disponível em:  
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/36312>.  
Acesso em: 16 jun. 2021.

SOUSA, Letícia Gomes de. **Arquitetura de feições brutalistas no Piauí**: dez exemplares. 2017. 261 f. Dissertação (Mestrado em Projeto de Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16138/tde-22062017-143338/publico/LeticiaGomesdeSousa\\_REV.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16138/tde-22062017-143338/publico/LeticiaGomesdeSousa_REV.pdf). Acesso em: 19 jun. 2023.

SOUZA, Carolina As feiras livres como lugares de produção cotidiana de saberes do trabalho e educação popular nas cidades: alguns horizontes teóricos e analíticos no campo trabalho-educação. **Revista trabalho necessário**, v. 13, n. 22, 20 dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/9597>. Acesso em: 10 out. 2023.

SOUZA, Dalyson Henriques Barros de *et al.* Feira livre e cultura popular: espaço de resistência ou de subalternidade? *In*: Congresso Brasileiro de Geógrafos, VII, Vitória, ES. **Anais eletrônicos** [...]. Vitória, UFES, 2014. Disponível em: <http://www.cb2014.agb.org.br/site/anaiscomplementares?AREA=1>. Acesso em: 16 jun. 2021.

TAMASO, Izabela. A Expansão do Patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios... **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia: UFG, v. 8, n. 2, jul/dez. 2005.

\_\_\_\_\_. A cruz do Anhanguera: representações, experiências, memórias, patrimônio. *In*: FRÚGOLI JR, Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira; PEIXOTO, Fernanda Arêas (Orgs.). **As cidades e seus agentes: práticas e representações**. – Belo Horizonte: PUCMINAS/EDUSP, 2006.

\_\_\_\_\_. **Em nome do patrimônio**: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, UnB, 2007.

\_\_\_\_\_. Por uma distinção dos patrimônios em relação à história, à memória e à identidade. *In*: PAULA, Zueleide Casagrande de; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luis (org.). **Polifonia do Patrimônio**. – Londrina: EDUEL, 2012.

\_\_\_\_\_. Os patrimônios como sistemas patrimoniais: notas etnográficas sobre o caso da cidade de Goiás. **Revista Antropológicas**, Recife, v. 26, n. 2, p. 156-185, 2015.

TAVARES, Breitner Luiz. **Feira do rolo**: na pedagogia da malandragem memória e representações sociais no espaço urbano de Ceilândia-DF. 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

TURGEON, Laurier. La mémoire de la culture matérielle et la culture matérielle de la mémoire. *In*: TURGEON, Laurier; DEBRAY, Octave. **Objets & Mémoire**. Paris: Presses de l'Université de Laval, 2007.

VENKATESAN, Soumhua. **Ontologia é apenas outra palavra para cultura** (Parte 1) – Introdução. 2019. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

VEREADOR quer melhorias para a Feira do Rolo. **Câmara Municipal**, Bicas, 12 abr. 2022. Disponível em: <https://www.bicas.mg.leg.br/institucional/noticias/vereador-quer-melhorias-para-a-feira-do-rola>. Acesso em: 17 jun. 2023.